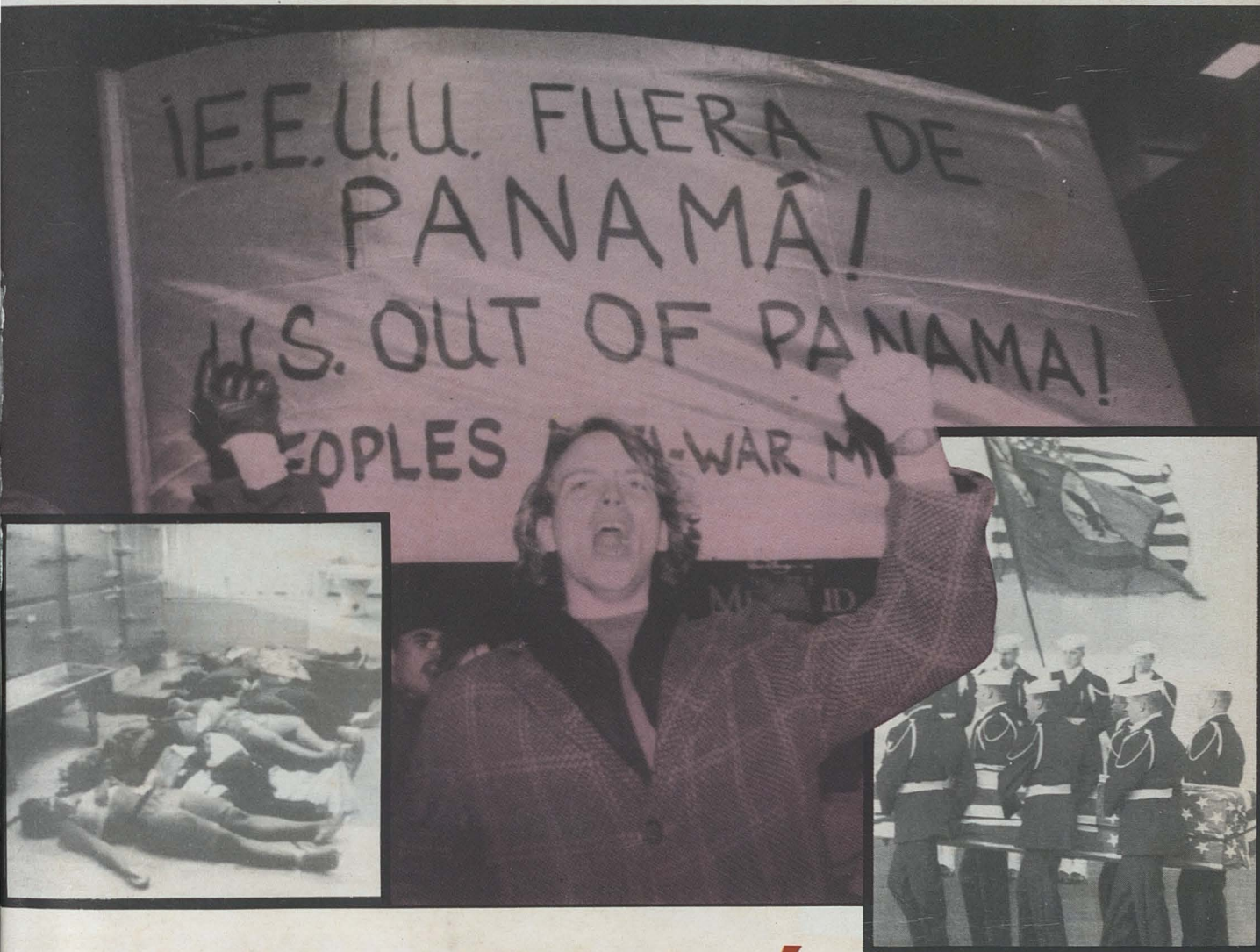


Religião
O desafio evangélico

CADERNOS DO

terceiro mundo

PUBLICAÇÃO MENSAL • Nº 128 • NCz\$ 100,00 • BOA VISTA, MANAUS NCz\$ 130,00 • ANO XIII



PANAMÁ

O SALDO DA INVASÃO

**No desenvolvimento
da Indústria Petrolífera
para a reconstrução de Angola,
Sonangol é vital
para o futuro**



SONANGOL

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA
C.P. 1316 – LUANDA – TELEX 3148 – 3260

C
S
F
E
n
C
C
S
F
E
n
C
S
f
d
b
c
h
6

A PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA SUA PESQUISA E CONSULTA.

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

São 674 páginas com informação objetiva e independente sobre todos os países do mundo, com o olhar de quem “vê o Terceiro Mundo com os próprios olhos.”



Contém:

Dados de história, economia, geografia e política.
Suplemento especial sobre Brasil.
Mais 1000 mapas e gráficos.
As organizações internacionais, como funcionam e porquê.
Temas da atualidade tais como: matérias-primas, tecnologia, fome, dívida externa, aids, transnacionais e outros.

Atende a:

Professores, Estudantes,
Jornalistas, Administradores,
Economistas, Industriais,
Políticos, Exportadores,
Diplomatas e outras atividades.

O produto:

Impressão em papel de qualidade.
Formato amplo (21x28cm).
Diagramação moderna e ilustrada.
Acabamento reforçado (costurado e colado).

O TERCEIRO MUNDO Visto com os próprios olhos

Cadernos do Terceiro Mundo é uma revista que trata de política, cultura, economia e meio ambiente. Contém notícias e análises de fatos que ocorrem na África, Ásia, América Latina, Caribe e Oriente Médio.

A revista é feita por jornalistas do Terceiro Mundo e a informação nela publicada não é filtrada por nenhum centro internacional de poder.

Qual é a perspectiva de **Cadernos do Terceiro Mundo**? É a do Sul em relação ao Norte. A revista não representa nenhum partido político nem governo. Defende o direito de cada povo escolher o seu sistema político próprio. O seu objetivo é dar aos leitores uma visão do Terceiro Mundo sem as distorções causadas pelos preconceitos de hegemonias políticas, das falsas supremacias raciais ou culturais e dos interesses de grupos de poder. Os próprios meios de comunicação do Terceiro Mundo costumam divulgar notícias superficiais e até tendenciosas sobre os países do Sul, em sua maioria veiculadas pelas agências transnacionais de notícias. A revista **Cadernos do Terceiro Mundo** não só reage a este tipo de notícias como divulga e analisa fatos que estas agências não se interessam em noticiar.

CADERNOS DO
terceiro
mundo

**Assine agora e
ganhe da inflação
por 12 meses**

*Não perca
esta promoção!
Até 40% de
desconto*

**GUIA DO
TERCEIRO
MUNDO**

**Adquira já
seu exemplar**

LIDADE DESTES PREÇOS: ATÉ 10.03.90

DE ASSINATURAS ANUAIS E/OU GUIAS	VALOR POR ASSINATURAS E/OU GUIAS	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	960,00	960,00	-
2	840,00	1.680,00	-
3	840,00	2.520,00	1 Livro de nossa escolha
4	720,00	2.880,00	1 Livro de nossa escolha
5	720,00	3.600,00	1 Guia do Terceiro Mundo

OUTROS PREÇOS
• Renovação antecipada de uma assinatura: NCz\$ 780,00
• Exemplar avulso (atual ou atrasado): NCz\$ 100,00
• Guia pelo reembolso postal: NCz\$ 1.400,00

**Começa uma nova década,
mas o desafio da informação continua.**

Recorte os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com as tabelas acima, e envie para a **Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122 - Crupo 104 a 106 Rio de Janeiro - RJ CEP 20241 - Tel.: (021)252-7440**

ASSINALE. () Assinat. de "Cadernos" ou () Renovação
 PEDIDO DE: () Guia do Terceiro Mundo: () pago, () r. postal
 Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel.:
 Profissão:

ASSINALE. () Assinat. de "Cadernos" ou () Renovação
 PEDIDO DE: () Guia do Terceiro Mundo: () pago, () r. postal
 Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel.:
 Profissão:

ASSINALE. () Assinat. de "Cadernos" ou () Renovação
 PEDIDO DE: () Guia do Terceiro Mundo: () pago, () r. postal
 Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel.:
 Profissão:

ASSINALE. () Assinat. de "Cadernos" ou () Renovação
 PEDIDO DE: () Guia do Terceiro Mundo: () pago, () r. postal
 Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel.:
 Profissão:

ASSINALE. () Assinat. de "Cadernos" ou () Renovação
 PEDIDO DE: () Guia do Terceiro Mundo: () pago, () r. postal
 Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel.:
 Profissão:

CUPOM DO REMETENTE **EDIÇÃO** **128**
 Nome:
 Endereço:
 Bairro: Cidade:
 Estado: CEP: Tel.:
 Profissão:

CAÇA ÀS BRUXAS

Postal
Cultural

ANO III - 1990 - Revista 128

PEDIDOS: CUPOM NO
VERSO, OU (021) 252-7440

terceiro
mundo

Brasil-Estados Unidos

O PILÃO DA MADRUGADA



De: Neiva Moreira
(Depoimento a José Louzeiro)

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Nos salões iluminados das conferências de chefes de Estado, nas vielas das guerrilhas, nas catástrofes e no **front** das guerras declaradas, lá estão eles, testemunhas da História.

Este livro é a reportagem com um desses repórteres: Neiva Moreira. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou, fala da sua inquietação, do inconformismo diante das injustiças, do fascínio pela informação e, por que não dizer, pelo perigo.

Como jornalista, político e parlamentar, de intensa atuação, Neiva Moreira foi e continua sendo protagonista e testemunha privilegiada de acontecimentos decisivos nesta segunda metade do século, não só no Brasil como em muitos países do Terceiro Mundo. Neste depoimento, ele narra episódios marcantes e, com visão política e linguagem de repórter, permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". 464 págs.

José Louzeiro

E-208

NCz\$ 430,00

A RIVALIDADE EMERGENTE (1959 - 1988)

De: Moniz Bandeira

O tema deste livro não poderia ser mais oportuno e atual do que é: as relações americano-brasileiras estão na ordem do dia em múltiplos campos: econômico-financeiro (os Estados Unidos são há um tempo nosso maior freguês e fornecedor); científico-tecnológico (nosso desenvolvimento nessa área está intimamente ligado ao seu know-how); cultural (é patente a influência americana na música popular, no cinema, na TV e na propaganda); militar (integramos projetos comuns de defesa estratégica), etc, etc.

Por outro lado, é também notória - ao lado da simpatia espontânea de boa parte da população - a crescente desconfiança, às vezes até mesmo a hostilidade que milhões de brasileiros dedicam aos Estados Unidos, apontando esse país como causa de muitos de nossos males ou, pelo menos, como exploradores neocolonialistas de nosso potencial humano e em recursos materiais.



O livro do Professor Moniz Bandeira é a análise isenta e documentada da relação binacional nem sempre tranquila ou mutuamente satisfatória, particularmente nas quase quatro décadas que abrange, onde se viu o surgimento de forte corrente nacionalista - inclusive no seio das Forças Armadas -, a eclosão de um golpe de estado militar (que os Estados Unidos indiscutivelmente apoiaram...), o surgimento de conflito de interesse entre a burguesia nacional e o big-business americano. Ao escrevê-lo, foi assessorado de uma ou de outra maneira por numerosas personalidades públicas e privadas, entre as quais ministros de Estado, políticos, chefes militares, diplomatas (o próprio Mr. Harry Schlaudeman, Embaixador dos Estados Unidos), líderes da indústria, do comércio e do meio financeiro. 328 págs.

E-210

NCz\$ 650,00

MACARTISMO: UMA
TRAGÉDIA AMERICANA

De: Argemiro Ferreira

Encerrada a Segunda Guerra Mundial, a sociedade norte-americana foi abalada por uma onda de obscurantismo que ficou conhecida como "Caça às Bruxas", numa alusão ao episódio da perseguição e eventual queima de feiticeiras nas fogueiras da Inquisição. "Ameaça Vermelha" tornou-se a expressão mágica para fundamentar um estado de quase histeria coletiva, alimentado pelos meios de comunicação e que teve no senador Joseph (Joe) McCarthy o seu mais notório manipulador, a ponto de emprestar o nome ao neologismo criado para definir o fenômeno - "macartismo".

A histeria macartista, cuja origem, afirmação e propagação este livro procura relatar, atingiu especialmente a chamada indústria do entendimento (cinema, rádio e televisão), mas alcançou, com seu potencial destrutivo, todos os setores da sociedade. Suicídio, tragédias familiares e desemprego foram alguns dos efeitos visíveis da caça às bruxas, que envenenou o dia-a-dia dos norte-americanos, semeou suspeitas, fabricou listas negras, encenou rituais de purificação e santificou a figura do delator.



O AUTOR Argemiro Ferreira é mineiro, jornalista com passagem pelos mais importantes veículos de comunicação do país. Começou a sua carreira em Belo Horizonte, aos 21 anos, como crítico de cinema, quando tomou conhecimento pela primeira vez da realidade da "Caça às Bruxas" de Hollywood. Este livro resulta desse interesse permanente pelo assunto que acabou por arrastar o autor ao estudo das origens da guerra fria, do fluxo da informação e dos problemas internos dos EUA. Publicou o livro "Informação e Dominação", dezenas de artigos sobre macartismo e escreve regularmente sobre política internacional. 272 págs.

E-209

NCz\$ 590,00

A ESQUERDA E O GOLPE DE 64
De: Dênis de Moraes



O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964. Pela primeira vez em muitos anos, os personagens não só refletem com profundidade sobre as causas da derrota do movimento popular, como fazem revelações a respeito de fatos até hoje controvertidos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbert de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com Jango, como o General Nelson Werneck Sodré, o Capitão Eduardo Chuahy e os Brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima. 379 págs.

E-202 NCz\$ 531,00

CONVERSAS COM BETINHO
De: Ricardo Gontijo



“E o Brizola, afinal, recebeu ou não recebeu dinheiro de Fidel Castro? Nesse período de divisão entre insurreição e guerrilha, o antigo líder da Rede da Legalidade adotou a posição de permitir as duas estratégias, liberando os adeptos de cada uma a fazerem o que bem entendessem. Houve, então, um apoio de Cuba ao movimento encabeçado por Brizola, tendesse ou não para a guerrilha. Foi por aí que veio algum recurso, destinado a passagens, treinamento de pessoal e despesas que surgissem no processo. A primeira ida a Cuba, para fazer este tipo de articulação, fui eu quem foi, no princípio de 65. Minha missão era estabelecer a relação Cuba-Brizola. Uma viagem fantástica.”

Esta é apenas uma das revelações contidas num livro muito interessante, escrito numa linguagem jornalística e sem pretensões dogmáticas nem proselitistas.

184 págs.

E-195 NCz\$ 152,00

MEMÓRIAS DE UMA GERAÇÃO ASSASSINADA
De: Newton Cuña

É um romance ágil, que revivencia o cotidiano brasileiro num ano especialmente importante para a história e vida nacionais: 1968.

Humano e tocante na delicadeza com que trata das personagens, instiga a reflexão e enriquece as prateleiras que cultivam literatura de bom gosto. 138 págs.

E-206 NCz\$ 162,00

A BESTA DO JARDIM BOTÂNICO
De: Licínio Rios Neto



A Besta do Jardim Botânico é, me parece, a primeira tentativa ficcional de analisar o que existe por trás do monopólio da informação no telejornalismo. É um livro que ousou assumir, poeticamente, um título polêmico, mas que corresponde à dimensão de como a notícia é manipulada no dia-a-dia e passa pelo filtro dos grandes interesses econômicos.

A besta do jornalismo brasileiro não é simplesmente lantejola na notícia ou os fatos reduzidos à banalidade. Ela é a omissão do jornalismo diante da verdade. Licínio tenta, através da ficção desvairada, resgatar a dignidade de uma profissão. Nesse livro, longe das rotativas, das câmaras de TV, das manchetes, Licínio Rios Neto chega bem perto das vitórias e das derrotas que fazem do jornalismo, ainda um compromisso com a democracia. 360 págs.

Roberto D'Avila

E-205 NCz\$ 335,00

O JOGO DA DIREITA
De: René Dreifuss



Sabe-se, há tempos, que as elites “plantam” notícias, fabricam greves e passeatas, formam lideranças populares “confiáveis” e contam com o apoio de seus pares do Primeiro Mundo, até para derrubar incômodos presidentes eleitos pelo voto. Este tem sido o jogo, em vários países da América Latina. Agora, neste “O jogo da direita”, o autor apresenta, passo a passo, o “frio” e sofisticado processo das elites, em tempo de abertura e “normalidade”. O cenário é o Brasil da Nova República, onde os zelosos e competentes jogadores da direita soberam avaliar as mudanças, sempre atentos a qualquer ensaio de avanço social.

Para o atento observador do Brasil político, o passeio pelas páginas do livro será equivalente ao prazer de destampar uma caixa de surpresas. Aqui, a História recente não saiu de arquivos secretos ou fontes clandestinas. Foi escrita a partir de 75 mil páginas de jornais e revistas, pacientemente recortadas e organizadas, como se fossem peças embaralhadas de um imenso e fascinante quebra-cabeça. 295 págs.

E-207 NCz\$ 370,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com desconto que tiver direito.

() assinante () não-assinante

Nome
Endereço
Bairro Cidade
Estado CEP Tel:
Profissão

comprador

TABELA DE DESCONTOS

- 5% Para não assinantes com pedidos acima de NCz\$ 1.000,00
- 15% Para assinantes com pedidos acima de NCz\$ 1.000,00
- 10% Para pagamento antecipado de pedidos acima de 1.500,00

VALIDADE
05.03.90

APÓS A DATA DA VALIDADE, COBRAREMOS PREÇOS ATUALIZADOS

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE



Diretor de importante indústria farmacêutica nacional, Adílson Xavier fala na Entrevista do Suplemento Brasil (pg. 48) sobre a luta do empresariado nacional e a perspectiva desastrosa para o desenvolvimento brasileiro, caso se faça uma opção por políticas econômicas liberais



O povo do Haiti não está resignado a viver sempre sob ditaduras. Isso é o que mostra o dirigente político e sociólogo Gérard-Pierre Charles (pg.16)

O vertiginoso processo de mudanças no Leste Europeu faz com que os aparatos bélicos percam sentido e acentua a divisão do mundo entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre o Norte e o Sul (pg. 34)



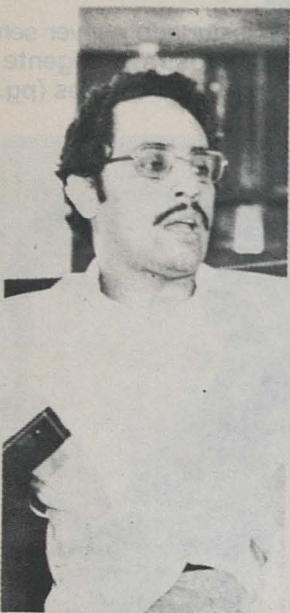
SUMÁRIO

2	PANORAMA TRICONTINENTAL	27	Filipinas: Economia em perigo	43	SAÚDE
8	CARTAS	28	Nepal: O paraíso sem direitos humanos	43	Índices alarmantes
		29	Sem saída		
	AMÉRICA LATINA		PACÍFICO	44	RELIGIÃO
10	Panamá: A volta do "big stick"	31	A força da unidade		Evangélicos: Caça aos fiéis
15	Uma obra para a paz		CULTURA	48	SUPLEMENTO BRASIL
16	Haiti: Em busca de uma alternativa	33	Peru: As plantas sagradas		Entrevista: "A hora é da empresa nacional"
	ÁFRICA		ECONOMIA	52	Infância: O grito das crianças de rua
20	Senegal/Gâmbia: O fim de uma nação	34	Norte/Sul: Era uma vez três mundos	58	Crime: Matador do milionário Diniz é rei dos bandidos do Rio
22	África do Sul: Corrida contra o relógio	37	Estados Unidos: Um déficit explosivo	62	Política: O povo negro e as eleições
24	Namíbia: Instrução primária ou reacionária?		COMUNICAÇÃO	63	Saúde: Os 1.200 males do fumo
	ÁSIA	40	O jornalismo responsável	64	Panorama Nacional
25	Filipinas: Uma vitória dos militares			68	Opinião: A pirataria gringa na América Central

EL SALVADOR

Brutal assassinato

Hector Oquelí Colindres, dirigente socialista salvadorenho, e Gilda Flores, advogada militante do ramo feminino do Partido Socialista Democrático (PSD), da Guatemala, foram sequestrados por um grupo de paramilitares em ter-

**Hector Oquelí**

ritório guatemalteco e posteriormente assassinados (ver "Opinião", pag. 68). Os cadáveres apareceram com um tiro na cabeça, na estrada que vai da Guatemala a El Salvador.

Oquelí era secretário-geral do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) de El Salvador e um dos secretários-gerais para a América Latina da Internacional Socialista (IS).

O sequestro ocorreu quando ambos se diri-

giam em um automóvel para o aeroporto da Cidade da Guatemala, onde Oquelí tomaria um avião para a Nicarágua. O dirigente salvadorenho ia participar como observador das eleições presidenciais de 25 deste mês na Nicarágua, representando a Internacional Socialista.

Na Nicarágua, o atual secretário-geral para a América Latina da IS, Luis Ayala, condenou energicamente o assassinato dos dirigentes socialistas. "Condenamos com todas as nossas forças este fato, que comove todos os partidos membros da IS", afirmou. "Assinalamos nosso profundo repúdio diante desse brutal ato de violência, que atenta contra a paz e a democracia na América Latina", disse Ayala, que se encontra na Nicarágua, onde ia participar junto com Oquelí como observador nas eleições.

O líder socialista salvadorenho Guillermo Ungo, que também está na Nicarágua como integrante da delegação da IS, afirmou que "esta lamentável ação significa uma perda para o movimento democrático salvadorenho e para a esquerda democrática". Ungo enfatizou que "esses assassinatos não só constituem uma violação flagrante aos direitos humanos, mas representam uma negação dos princípios básicos de respeito aos partidos políti-

cos de toda a América Latina".

O deputado do PSD da Guatemala, Hector Vásquez, admitiu que "este assassinato é um duro golpe ao processo democrático que se vive no país. O governo deve atuar de forma enérgica e iniciar imediatamente as investigações para capturar os responsáveis".

Vásquez denunciou também que "o fato dos responsáveis pertencem a comandos da extrema-direita salvadorenha não significa que o governo do presidente Vinicio Cerezo esteja isento de culpa, já que é sua obrigação proteger a vida das pessoas que estão no país".

Oquelí tinha estado presente em algumas conversações realizadas entre a guerrilha salvadorenha e os representantes do ex-presidente Napoleón Duarte. Participou, além disso, da comissão político-diplomática da aliança das frentes Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) e Democrática Revolucionária (FDR).

Oquelí, de 45 anos, tinha sido ministro das Relações Exteriores de El Salvador durante o governo da junta militar revolucionária que dirigiu o país em 1979. Posteriormente, a saída do governo de jovens militares reformistas levou Oquelí a abandonar o cargo e exilar-se, junto com Guillermo Ungo, para evitar ser vítima dos assassinatos em massa perpetrados pelos esquadrões da morte em El Salvador.

HONDURAS

Ultimato aos "contras"

O general Arnulfo Cantarero, chefe das Forças Armadas de Honduras, declarou em Tegucigalpa que a Resistência Nicaraguense (RN), grupo anti-sandinista, deve abandonar o território hondurenho para favorecer o processo de pacificação na região centro-americana.

Cantarero assumiu o comando das forças armadas depois da posse do novo presidente, Rafael Callejas, vencedor das eleições de 26 de novembro passado.

"Os contras devem sair de Honduras. Esta é uma decisão do governo, a qual acatamos e apoiamos", disse o militar. A desmobilização da RN - acantonada próximo à fronteira com a Nicarágua - é fruto de um acordo assinado pelos cinco presidentes centro-americanos, que, garantiu Cantarero, as forças armadas apóiam.

Desde 1988, cerca de 12 mil integrantes dos "contras" permanecem acampados em território hondurenho, onde recebem ajuda dos Estados Unidos. Após longas negociações, em agosto de 1989, na cidade hondurenha de Tela, os presidentes dos cinco países da América Central chegaram ao acordo de desmobilizar os "contras" e designaram essa tarefa para a Comissão Internacional de Apoio e Verifi-

cação dos Acordos de Paz (CIAV) e para o Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas para a região (Onuca).

A decisão do novo governo de Honduras poderá colaborar para fazer avançar os acordos de paz para a região. O desmantelamento total das bases dos "contras" em Honduras será um passo importante para distensionar a região.

CHILE

A unidade socialista

Depois de dez anos de rachas e divisões, o Partido Socialista do Chile selou novamente sua unidade, incorporando alguns setores cristãos e transformando-se na segunda força política do governo democrático que tomará posse em março no Palácio de La Moneda.

Clodomiro Almeyda e Jorge Arrate - dirigentes das duas facções surgidas no racha de 1979 - serão, respectivamente, o presidente e o secretário-geral do novo partido. O presidente eleito, Patricio Aylwin, que qualificou os socialistas como uma das grandes correntes humanistas de seu futuro governo, junto às tendências de inspiração cristã, laica e liberal, recebeu com entusiasmo a reunificação do PS.

Aylwin enviou uma mensagem à cerimônia na qual Almeyda e Arrate assinaram a ata de reunificação, que também foi subscrita por Oscar Guillermo Garretón, secretário-geral do Movimento de Ação Popular Unitária-Mapu (uma dissidência da democracia-cristã, que abandonou o partido em 1969). Personalidades mais independentes, como o escritor Ariel Dorfman, ex-militante da Esquerda Cristã, e alguns dissidentes de outros partidos também aderiram a esse novo PS, que conclui agora um longo e trabalhoso processo de unidade. No início dos anos 80, o PS chegou a ter 12 grupos internos, que pouco a pouco foram se aglutinando nas correntes mais fortes, dirigidas por Almeyda e Arrate.

Atualmente, ainda existem alguns grupos que se mantiveram à margem desse processo de reunificação, como o Partido Socialista Histórico e a União Socialista Popular, todos sem maior peso em termos eleitorais, levando em conta os resultados das eleições de 14 de dezembro do ano passado.

Almeyda e Arrate definiram o novo PS como "um partido renovado, democrático e pluralista", que observa criticamente seu passado, embora não o renegue, e procura enfrentar os desafios que apresenta o novo século.

Outra característica do perfil ideológico do novo PS pode ser depreendida através da menção de Arrate ao apoio que os socialistas chilenos deram à reprimida insurreição húngara de 1956 e ao abortado processo de transformações encabeçado por Alexander Dubcek em 1968, na Checoslováquia.



Almeyda: depois de dez anos, o PS está reunificado

Repensar a democracia e buscar mecanismos de participação, consenso e diálogo, em vez do confronto, foram apontados por Almeyda e Arrate como outra marca característica do renovado socialismo chileno. Enfatizaram também que o PS é uma organização "humanista, latino-americana e revolucionária", já que defende a transformação da sociedade dentro de um sistema que identifica o socialismo com a democracia e a justiça.

A reunificação do socialismo "é a melhor homenagem a Salvador Allende", disse Almeyda, ex-chanceler do governo da Unidade Popular, depois de Isabel Allende ler uma mensagem enviada do México por sua mãe, Hortensia Bussi, viúva do presidente constitucional do Chile, assassinado durante o golpe militar de 11 de setembro de 1973.

O presidente eleito, Patricio Aylwin, anunciou que no seu futuro governo três pastas serão ocupadas pelos socialistas. Ricardo Lagos foi nomeado para o Ministério da Educação, Germán Correa para o dos Transportes e Comunicações e

Luiz Alvarado para o de Bens Nacionais.

Outros representantes socialistas desempenharão funções importantes no futuro governo: Enrique Correa irá para a Secretaria Geral de Governo e Jaime Toha para a Comissão Nacional de Energia. O resto do gabinete ministerial se compõe de 10 democrata-cristãos, dois radicais, um membro do partido Aliança de Centro (PAC) e um social-democrata.

Depois de uma reunião de Aylwin com seu gabinete, ficou claro que as prioridades do futuro governo são enfrentar a "severa situação econômico-financeira", combater a alta da inflação e estabelecer mudanças na legislação trabalhista.

Outro ponto prioritário serão os vínculos institucionais do governo com as forças armadas. O titular da Defesa, Patricio Rojas (democrata-cristão), garantiu que o governo manterá uma relação de "respeito mútuo, colaboração institucional e de trabalho comum" com o general Augusto Pinochet, que permanecerá no cargo de comandante-em-chefe do exército.

URUGUAI

Gabinete de coalizão?

O presidente eleito do Uruguai, Luis Alberto Lacalle, do Partido Nacional (ou Blanco), designou em meados de janeiro seus principais colaboradores dentro do ministério, enquanto prossegue as gestões para formar um governo de coalizão para os próximos cinco anos. Lacalle tinha anunciado em dezembro o seu desejo de reservar para pessoas de sua confiança pessoal os ministérios do Interior, Economia, Defesa e Relações Exteriores, deixando o resto para as eventuais alianças com outras forças políticas.

A proposta de integrar ao ministério membros da oposição foi analisada numa reunião do Partido Colorado, da qual participaram os três principais dirigentes dessa organização, Jorge Pacheco, Jorge Battle e Enrique

Tarigo, sem que ao final se observasse algum avanço particular nas negociações.

Nas últimas eleições, o Partido Blanco obteve 38% dos votos, seguido pelo Partido Colorado, com 30%, e pela coalizão de esquerda Frente Ampla, com 21%.

A proporcionalidade no Parlamento exigirá do novo governo um entendimento com legisladores da oposição para conseguir a maioria necessária para aprovar as leis.

Dentro do Partido Colorado, um setor preferiu esperar um pouco mais para conhecer a proposta específica do governo do novo presidente. Só então decidiriam entrar ou não no gabinete. Outros dirigentes já tinham tornado pública sua decisão de não integrar o ministério do governo.

Dentro da Frente Ampla já existiria um consenso em não participar do governo dos *blancos*, embora se espera manter uma boa relação com ele,

principalmente levando em conta que a Frente tem a seu cargo a nova administração de Montevideú. Em um país onde um terço da população vive na capital, o cargo de prefeito de Montevideú só está atrás, em importância, ao do presidente.

Assessores de Lacalle garantiram que entre as prioridades do futuro governo estão reduzir o gasto do Estado, estimular o investimento e diminuir o montante da dívida externa.

CUBA

Coincidência e divergência

O vice-presidente cubano, Carlos Rafael Rodríguez, anunciou em Sófia, Bulgária, que seu país mantém "reservas" em relação às mudanças adotadas no Conselho de Ajuda Mútua Econômica (Come), no sentido de introduzir gradualmente o sistema de economia de mercado nesse organismo.

Carlos Rafael, ao pronunciar em janeiro último seu discurso perante a 45ª sessão do Come, afirmou que Cuba coincide com os demais países (além dos integrantes do Pacto de Varsóvia, pertencem ao Conselho a Mongólia, o Vietnã e Cuba) em que é necessária uma total reestruturação do organismo, embora - ressaltou - "isso nos obrigue a renunciar aos princípios que serviram de base para a sua organização".

O dirigente cubano as-

sinou que uma das grandes realizações do Come consiste em ter introduzido, para benefício dos países não-europeus que são membros do Conselho, preços preferenciais que tendem a eliminar o intercâmbio desigual. Por isso, acrescentou, "introduzir em certos aspectos de nossa atividade econômica a ação do mercado não pode significar nos submeter às regras do mercado".

Carlos Rafael disse que "não estava satisfeito" com os resultados da economia cubana no período 1988-1989, mas garantiu que o socialismo, no caso cubano, "com sua organização econômica, com seu sistema social, com seu planejamento dinâmico", permitiu evitar o retrocesso, salvar seus cidadãos da pobreza e continuar o desenvolvimento.

O dirigente fez uma exortação no sentido de que "todos assumam as responsabilidades" se, no que chamou de "a idade dos computadores", os países socialistas não forem capazes de elaborar preços adequados para um mercado socialista. Questionou também os preços do mercado mundial capitalista. "Os erros do socialismo não se originam no sistema, mas na incapacidade das pessoas", afirmou Carlos Rafael Rodríguez.

Durante a 45ª sessão do Come, o organismo decidiu constituir uma comissão que reelabore seus estatutos para adequá-los à nova situação. Segundo fontes euro-

Lacalle: estimular o investimento e diminuir a dívida externa



péias, este teria sido o único resultado concreto da reunião anual do Conselho.

O vice-primeiro-ministro checoslovaco, Vladimir Dlouhy, afirmou que o Came deveria ser reconstruído "sobre novos princípios e modalidades", que reflitam os processos em andamento na maioria dos Estados membros. O Came tem mantido desde a sua criação um sistema de comércio direto entre seus integrantes com cotas fixas de importação e exportação, que agora foram denunciadas como "antiquadas".

A Hungria, Checoslováquia, Polônia, Alemanha Democrática e Romênia sublinharam que esse tipo de estrutura é incompatível com a nova orientação econômica que estão tentando impor nesses países.

A comissão encarregada de reescrever os estatutos do Came deverá finalizar seus trabalhos em março próximo.

INFÂNCIA

Em defesa das crianças

Ao iniciar a campanha de coletas de assinatura, em janeiro, a Convenção da Organização das Nações Unidas para os Direitos da Criança foi assinada por 58 países.

A Convenção foi aprovada pela Assembléia Geral da ONU em 20 de novembro passado, depois de dez anos de negociações coordenadas pela Comissão de Direitos

Humanos desse organismo internacional. A iniciativa, que promove uma melhoria da situação geral das crianças, terá a categoria de lei internacional quando for ratificada em cada país, por pelo menos 20 das nações que a firmaram.

O projeto consta de 54 artigos, que reúnem três capítulos principais: o estabelecimento dos direitos e liberdades fundamentais, as proteções especiais e a promoção a um desenvolvimento apropriado à infância.

Segundo o subsecretário geral da ONU, Jan Martenson, o grande desafio será que os países "coloquem em prática a Convenção dos Direitos da Criança da forma mais consciente possível", após a aprovação do documento. Martenson também preside o Departamento da ONU para os Direitos Humanos, que supervisionará a aplicação da convenção.

A idéia do projeto nasceu na Polônia e desde então percorreu um longo e difícil caminho.

Alguns temas, como o momento em que a criança chega à maioridade, foi longamente discutido. Finalmente, se fixou esse limite em 18 anos, e se admitiu o ingresso ao serviço militar aos 15.

Segundo o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), cerca de 100 milhões de crianças abandonadas são obrigadas a aceitar duros trabalhos para sobreviver, recorrer ao roubo, mendicância e à prostituição (ver matéria na pag.

52 desta edição: "Os meninos de rua"). Cerca de 50 milhões de crianças trabalham em condições de insalubridade e insegurança.

O Unicef garante também que cerca de 120 milhões de crianças entre os seis e os 11 anos de idade não frequentam escolas e cerca de 155 milhões de menores vivem em condições de pobreza absoluta. O organismo acrescenta que três milhões e meio de crianças morrem ao ano por doenças perfeitamente evitáveis.

No ato de abertura da campanha para coletar assinaturas de apoio à Convenção - realizada na sede central da ONU, em Nova Iorque - o grande ausente foram os Estados Unidos. Os senadores Bill Bradley (democrata) e Richard Luger (republicano) concordaram em codirigir o conselho de profissionais liberais e acadêmicos que pressionará a Casa

Branca para assinar e ratificar o documento.

Bradley garantiu que, embora as questões levantadas afetem principalmente as crianças do Terceiro Mundo, os Estados Unidos também enfrentam outros tipos de problemas. Revelou, por exemplo, que o seu país tem o mais alto índice de gravidez de adolescentes entre as nações desenvolvidas e figura no 15º lugar nas campanhas de imunização contra a poliomielite.

Além disso, apesar dos seus recursos, os Estados Unidos ficaram atrás de outros 19 países, no que se refere à diminuição da taxa de mortalidade infantil, assinalou o senador norte-americano.

Um recente estudo realizado pelo Fundo de Defesa da Infância mostrou que a situação é ainda pior entre as minorias étnicas dos Estados Unidos, principalmente entre as crianças negras.

Mais de 150 milhões de crianças vivem em condição de pobreza



NOVA CALEDÔNIA

Congresso
da FLNKS

A FLNKS (Frente de Libertação Nacional Canaque Socialista) concluiu em 21 de janeiro passado seu IX Congresso, sem definir o nome do sucessor de Jean-Marie Tjibaou, líder do movimento independentista, assassinado em maio de 1989. Durante o congresso, realizado a portas fechadas, os delegados dos quatro partidos que formam a Frente decidiram, de comum acordo, adiar a decisão para uma próxima convenção, marcada para março.

A Frente de Libertação Canaque vem liderando a luta da população autóctone para obter a independência da França, potência colonial que ocupa a ilha desde 1853 (ver **terceiro mundo**, nº 127).

Sua luta terminou ganhando repercussão internacional e obrigou Paris a adotar uma posição mais flexível. Em junho de 1988, Jean-Marie Tjibaou e Jacques Lafleur, líder da chamada Assembleia Popular Caledoniana para a República (que se opõe à independência) assinaram em Paris a Seção I do Acordo de Matignon, sob os auspícios do primeiro-ministro francês, Michel Rocard. A Seção II do Acordo estipula a adoção de medidas preparatórias para a realização de um referendo para decidir a autodeterminação da ilha, em 1998.



Nyerere: "A brecha entre o Norte e o Sul está aumentando"

NORTE/SUL

Uma década perdida

Julius Nyerere, ex-primeiro-ministro da Tanzânia e atual presidente da Comissão Sul, declarou em Bonn, Alemanha Ocidental, que, apesar das relações Leste-Oeste estarem se encaminhando no sentido da solução de suas divergências, "a brecha entre o Norte e o Sul continua se aprofundando".

Nyerere participou em meados de janeiro da "Conferência Norte-Sul: desafios para os anos 90", convocada pelo ex-chanceler da República Federal da Alemanha e presidente da Comissão Norte-Sul, Willy Brandt. A reunião, patrocinada pela Fundação Friedrich Ebert, do partido social-democrata alemão, contou com a presença do primeiro-ministro sueco, Ingvar Carlsson, da ex-primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, e de Robert MacNamara, ex-presidente do Banco Mundial, como representantes dos

países desenvolvidos.

Além de Nyerere, participaram da conferência, representando os países do Sul, o ex-presidente mexicano Luis Echeverría e o senador brasileiro do Partido da Social Democracia Brasileira, Fernando Henrique Cardoso.

Nyerere manifestou suas dúvidas sobre o destino que terão os fundos liberados pela redução dos gastos militares dos Estados Unidos e da URSS, afirmando que não tem motivos para pensar que serão destinados à luta contra a fome e a miséria. "Possivelmente esses recursos serão usados para combater os problemas sócio-econômicos em ambos os países", assinalou.

O ex-primeiro-ministro tanzaniano ressaltou que, embora algumas nações em desenvolvimento tenham conseguido alguns avanços nos últimos dez anos, "para a maioria dos povos do Terceiro Mundo os anos 80 foram

uma década perdida".

Representantes dos países desenvolvidos, como o secretário-geral da Commonwealth (Comunidade Britânica), Shrawdath Ramphal, compartilharam o ceticismo manifestado por Nyerere. A década de 80 se caracterizou pela divisão do mundo "em hemisférios separados e pela tentativa de colocar as relações multilaterais contra a parede", declarou o dirigente britânico.

Na década passada, segundo Ramphal, foram feitos três importantes relatórios internacionais: o da Comissão Sul (conhecido como "Relatório Brandt"), o da Comissão Palme e o da Comissão Brundtland. "Não é que exista o medo de que os recursos estejam sendo desviados para a Europa Oriental. O problema é que simplesmente não há recursos suficientes", garantiu.

Jan Pronk, ministro da Cooperação para o Desenvolvimento da Holanda, afirmou que "a década dos 80 foi de ajuste, em vez de desenvolvimento", e os países que implementaram mudanças "foram principalmente os do Sul", disse o funcionário holandês.

Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, também é da opinião que os anos 80 foram uma década perdida e afirmou que, "embora a democracia tenha feito progressos na América Latina, ela não pode se manter se não forem satisfeitas as necessidades básicas das pessoas".

PARAGUAI

Um ano sem Stroessner

Na opinião de Domingo Laino, vice-presidente do Senado e líder da oposição no Paraguai, desde o golpe de estado que derrubou Alfredo Stroessner em fevereiro de 1989, se percebem importantes avanços na democratização desse país.

Laino participou do encontro "Por uma concepção da segurança num sistema democrático", realizado em janeiro último no balneário chileno de Vinã del Mar, ao qual compareceram mais de 40 especialistas da América Latina e Europa, convocados pela Comissão Sul-Americana de Paz.

Nessa reunião, se destacou que a partir de março próximo quando no Chile e Brasil assumirem os presidentes eleitos Patricio Aylwin e Collor de Melo, respectivamente, todos os países da América do Sul estarão simultaneamente, pela primeira vez na história, governados por presidentes eleitos pelo voto popular.

Depois da derrubada de Stroessner, o ditador mais antigo da América Latina, Laino foi candidato a presidente nas eleições de 1º de maio, pelo Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), e foi derrotado pelo general Andrés Rodríguez, sogro de um filho do ditador e principal líder do golpe que o derrubou.

Um ano depois, o senador Laino considera que, apesar de tudo, se avançou muito em termos políticos e na defesa dos direitos humanos. "Revogamos as leis repressivas, eliminamos o respaldo jurídico à prática de torturas e melhoramos o sistema eleitoral e a liberdade de imprensa", declarou. "Porém, um dos principais pilares sobre os quais se baseava a ditadura deposta, a corrupção, não foi desmantelado e se conhecem fatos que não são denunciados na imprensa, porque ainda existe uma autocensura", na opinião do senador opositor.

Outro aspecto autoritário que Laino não considera superado é o tratamento militar aos conflitos sociais. "Devemos aprender a dar respostas políticas e não policiais aos conflitos", afirmou o dirigente, que denunciou a repressão militar aos camponeses sem terra em seu país, a qual qualificou de "fato muito lamentável".

Laino destacou a adesão do Paraguai ao Pacto da Costa Rica, sobre direitos humanos, políticos e sociais, e à Convenção Internacional da ONU contra a Tortura, embora tenha enfatizado que o aparelho repressivo não pode ser considerado totalmente desmatelado no Paraguai.



Guerra das Malvinas: representou o tiro de misericórdia no Tiar

BOLIVIA

Repúdio ao TIAR

A decisão adotada em 10 de janeiro passado pelo Congresso Nacional da Bolívia de solicitar ao governo a retirada desse país do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) e criar em seu lugar a Organização de Estados Latino-Americanos (OELA) recebeu amplo apoio da opinião pública nessa nação sul-americana.

O deputado da Esquerda Unida, Simón Reyes, afirmou que o Tiar perdeu sua razão de ser desde o momento em que o governo dos Estados Unidos decidiu prestar cooperação logística à Inglaterra na guerra das Malvinas, em aberta violação ao conteúdo do tratado, que impõe a solidariedade continental face uma agressão externa.

"O Tiar não cumpriu o objetivo para o qual foi criado, que era a defesa mútua entre seus integrantes, de agressões de outras nações. Por isso hoje não temos obrigação

de cumprir um tratado que já foi desrespeitado pelos Estados Unidos", afirmou o deputado.

Por sua vez, o senador do MIR (partido do governo), Daniel Cabezas, assinalou que "nem o Tiar, nem a OEA têm mais razão de existir, porque os Estados Unidos com a sua força militar passam por cima de qualquer tratado internacional, pisoteando-o no momento em que o desejam". Sem dúvida, a invasão do Panamá e o bloqueio naval à Colômbia influíram decisivamente no ânimo dos legisladores bolivianos que aprovaram essa medida.

Fontes do Executivo consultadas a esse respeito evitaram se pronunciar sobre a resolução do Congresso. Porém, consideraram que se tratava de um pronunciamento "muito importante", que merecia uma análise profunda, que invalidasse ou ratificasse a resolução do Poder Legislativo.



Benin

Peço a vocês que façam uma reportagem completa sobre o Benin, abrangendo economia, política, o nível de vida da sociedade e o intercâmbio cultural entre a Bahia e aquele país.

Antônio Pereira Lima Sobrinho
Serrinha - Bahia

Nota da Redação: A sugestão está anotada. O leitor poderá obter desde já, porém, amplas informações sobre o Benin, inclusive com dados atualizados, através do Guia do Terceiro Mundo 89/90, nosso anuário sobre todos os países do mundo, com destaque para aqueles que lutam pelo desenvolvimento. O Guia do Terceiro Mundo 89/90 pode ser adquirido diretamente ou pelo reembolso postal, junto a nosso Departamento de Circulação.

Consciência

Parabenizo a equipe, pela forma com que a revista aprofunda os temas críticos da realidade brasileira, abrindo perspectivas de crescente consciência político-social na responsabilização das forças populares, quanto às suas próprias expectativas de transformação.

Os artigos sobre manipulação de informações merecem interesse especial por parte de quem pretende compreender melhor o complexo interagente, que rege as disposições vigentes em determinado espaço e época. Seria muito oportuna a continuidade de tais esclarecimentos, à medida em que uma preta mudança, de uma forma ou de outra, faz-se mais próxima e, para se estruturar como tal, possivelmente intervirá como puder e da maneira mais intensa no jogo da informação para a auto-sustentação.

Fernando Soares da Silva
Teresina - Piauí

EUA no Panamá: a prepotência

Panamá

Sou um, entre tantos leitores dessa magnífica revista, e quero expressar meu repúdio à ação dos norte-americanos no Panamá, semelhante à que fizeram contra a Líbia, pondo em risco a vida de pessoas inocentes, violando a soberania e intimidando países pequenos e desarmados.

O mundo caminha para a paz e não para o fim, sr. Bush.

Aguinaldo Nunes da Conceição
Viçosa - MG

Esperanto

Os temas abordados pela revista e o grau de informações transmitidas pelas reportagens muito contribuem para o estímulo de uma consciência crítica voltada para o desenvolvimento político e social. Acredito que seria muitíssimo importante que outros povos, de todas as partes do mundo e das mais diferentes línguas e nações, tivessem a oportunidade de ler terceiro mundo.

Por estes motivos, sugiro um estudo profundo sobre a possibilidade de que a revista passe a ser editada também na língua internacional Esperanto — língua de fácil e rápido aprendizado, falada e lida por diferentes classes sociais em muitos países e também em muitas regiões distantes do mundo.

Feliz e próspera década para todas as pessoas envolvidas com a edição e a leitura de terceiro mundo.

Fátima Cristina A. Carvalho
Penha - Rio de Janeiro - RJ

Soja e café

No momento em que os agricultores, no sul do país, queimam trator e ameaçam a produção de soja, para protestar contra a política de preços, e quando se discute sobre a conveniência ou não de colocar na URSS café solúvel, subsidiado pelo Brasil, surge, na evocação do tempo, a era posterior à grande crise econômica de 1929, que abraçou a estrutura financeira da vida agrícola em nosso meio. Fecharam-se, na época, em poucos dias, mais de 50 bancos importantes dos Estados Unidos. No Brasil, houve corrida ingente dos credores contra os fazendeiros de café. A rubiácea deixava de ser o sustentáculo da riqueza de R. Paulo. Os barões de nosso principal produto se viram reduzidos à impotência dos meios de aquisição de bens. São Paulo tremia na majestade dos seus palacetes, que eram a glória da arquitetura bandeirante produzida pelo café.

Várias soluções foram aviltadas para a consecução de divisas. Mas, vingou uma idéia infeliz. Os 20 milhões de sacas de café, que eram a produção de uma safra, no Estado paulista, seriam queimados, para diminuir a oferta e aumentar o preço. Durante muito tempo, lado a lado, na Estrada de Ferro Paulista, na Sorocabana, na Noroeste, dos dois lados dessas estradas subiam labaredas de fogo, na queima do café.

Outra solução seria enviar o café para o estrangeiro, mesmo com prejuízo, para incentivar o consumo, que decaíra. Mas, isto, como está acontecendo também com a soja, não ocorreu. Hoje, na URSS, se toma café solúvel, da Colômbia. O nosso foi queimado.

Cristovão Fernandes
São Paulo - SP

Voto jovem

Estamos aqui para levantar um ponto de extrema contradição. Nossa entidade, a União Nacional de Defesa do Estudante-Unades, não apoiou qualquer candidato à presidência, liberando seus 10 mil integrantes a apoiar o candidato da preferência individual.

Isto decorreu do fato de termos uma certa coerência com nossa base, que estava dividida entre três ou quatro candidatos. Um apoio formal a este ou aquele nos custaria um "racha" na entidade, que mal começou a funcionar e que estaria condenada, desde sua criação, a ser braço eleitoral de um partido. Assim, achamos que nossa medida foi acertada, no que diz respeito à liberdade incondicional do direito ao voto.

No mais, só temos a agradecer a terceiro mundo, que escolhemos por ser um dos poucos, senão o único meio de comunicação que tem compromisso com o leitor.

Alexandre André dos Santos
Coordenador da Unades
Rua Rudolfo Brusque, 89
89200 - Joinville - SC

Informação

A existência de terceiro mundo já é uma realidade na formação dos povos, no contexto da nova ordem informativa, hoje, como nunca, tão desejada.

Os povos do Terceiro Mundo não podem continuar a ser condicionados por aquela outra imprensa, que transmite uma informação egoísta e deturpada sobre a real situação da humanidade. Solicitamos a inclusão de nosso nome na seção "Intercâmbio" e encorajamos essa revista a prosseguir no caminho do esclarecimento dos povos, através de uma informação correta e verdadeira, que tenha em vista armá-los, moldando deste modo a sua consciência para o papel que lhes cabe no novo sistema internacional de informação.

Tony Alexandre
Luanda - Angola

CARTAS



Soja: política agrícola em causa, diante das crises cíclicas

Aflotoxina

Sou médico e militante do movimento ecológico, estando ligado à Associação Brasileira de Comunidades Alternativas. Tomei ciência, através dessa revista, da contaminação do arroz e milho, distribuídos no Brasil, por aflotoxina em elevadas proporções. Como se trata de um potente cancerígeno, principalmente de tumores hepáticos, efeito este de difícil avaliação no caso, tendo-se em vista os efeitos tardios do veneno, a questão deixou-me preocupado. Tentei entrar em contato por carta com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde teria sido feita a pesquisa que originou a denúncia, mas não obtive resposta alguma do professor mencionado na matéria.

Penso ser uma atitude inconsequente lançar uma tal denúncia "no ar" e o assunto morrer por aí mesmo. Faço, então, a vocês as questões que não me foram respondidas pelo pesquisador da UFRRJ: 1) Foram comunicados às autoridades

competentes os resultados dessa pesquisa que constatou aflotoxina no arroz e no milho? 2) Em caso afirmativo, tomou-se alguma medida para confirmar e corrigir o problema? 3) Em caso afirmativo, houve algum controle de resultados, quanto à eficiência das medidas corretivas adotadas?

Sidney Ramos Seabra
CP 15704 - S. Paulo - SP

Nota da Redação: O assunto voltará a ser tema de reportagem, proximo. Quanto à questão dos cuidados contra a proliferação de fungos em produtos alimentícios, indicações técnicas constam da matéria "Um alerta sanitário", edição nº 120 de **terceiro mundo**, à p. 66-67. Na edição nº 119, a revista enfocou os problemas decorrentes dos aditivos químicos nos produtos industrializados, na reportagem "Alimentação, a aparência que envenena", à p. 66-71.

INTERCÂMBIO

Esta seção tem o objetivo de aproximar entre si os leitores de **terceiro mundo**, facilitando a troca de correspondência, postais, discos, selos, etc., tornando possível o conhecimento de pessoas que têm nossas edições em português, espanhol e inglês. Escreva para nossa sede - Rua da Glória, 122 Gr. 105, Cep 20241, Rio de Janeiro - enviando nome e endereço completos, solicitando a inclusão de seu nome nesta seção.

• **Maria Ester Augusto Marques**
Rua Joaquim Albano, 479
CEP 60000 - Fortaleza - CE
Brasil

• **Paola Karent Gallo**
Yaguarón 1966/10
CP 11800 - Montevideo -
Uruguay

• **Carla Maria Ribeiro de Barros**
Caixa Postal 25
16360 - Avandava - SP
Brasil

• **Deoclecio Silva**
Av. Ministro Edgard Romero,
562 apt. 105 - Madureira
21360 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

• **Elisa Ximena**
Rua 1, n. 90, apt. 42-A
06650 - Itapevi - SP
Brasil

• **Nazário Barbosa Matos**
Rua Silveira Martins n. 352 bl.
245-B apt. 203 CHOPM 1
Cabula - 41100 - Salvador - BA
Brasil

• **José Francisco Rodrigues de Carvalho**
Cidade Universitária Bl. B apt.
309 - Crusp
05508 - São Paulo - SP
Brasil

• **Iracema Marteleto Rugani**
Rua Francisco Ovídio n. 346
Caçara
30770 - Belo Horizonte - MG
Brasil

• **Antonio Pereira Lima Sobrinho**
Rua Guedes de Brito, 92
Caixa Postal, 50
48700 - Serrinha - BA
Brasil

• **Fernando Soares da Silva**
Caixa Postal, 410
64000 - Teresina - PI
Brasil

• **Sirlene Xavier de Lima**
Caixa Postal 2024
30161 - Belo Horizonte - MG
Brasil

• **Mara Santos**
Rua C, Quadra 17, Casa 14
Água Limpa
78150 - Várzea Grande - MT
Brasil

• **Tercio Guilherme de Souza Cruz**
Rua H - 377
Tiradentes
38280 - Iturama - MG
Brasil

• **Arlet Petey**
Caixa Postal 3050
90000 Porto Alegre - RS
Brasil

• **Agnaldo Nunes da Conceição**
Rua Beco do Adão, 86
João Mariano
36570 - Viçosa - MG
Brasil

• **Antonio Nóbrega dos Santos**
Rua Mercedes P. Mayer, 38
Conjunto Maria Pedrossiañ
78000 Campo Grande - MT
Brasil

• **Alfredo Dinis Julio**
Caixa Postal 1044
Lobito - Angola
• **Elisângela dos Santos**
Rua da Aurora s/n
48895 - São Domingos - BA
Brasil

• **Mendes Panzo Bunga**
Caixa Postal 2019
Lobito - Angola

• **Avelino Mário**
A/C de Mário Mamba
Caixa Postal n. 8
Lobito - Angola
• **Mueputo Horácio**
Caixa Postal 59
Baía Farta

Benguela - R.P. Angola
• **Yolanda Maria Anna Craveiro**
Rua do Comércio, 56 Qd. 07 Bl.
E ap. 201
Edson Queiroz
60810 - Fortaleza - CE
Brasil

• **Ivânia Maria da Cruz Nunes**
Rua Manuel Oliveira Melo, 207
ID São Pedro - Cesar de Souza
08770 - Mogi das Cruzes - SP
Brasil

• **Rony Junior Pilonetto**
Barra Grande
85580 - Itapejara D'oeste - PR
Brasil

• **Jovania Maria Perin**
Rua Paulo Setúbal, 829
Vila Hauer
81500 - Curitiba - PR
Brasil

• **Telmo Silva Mendes**
Av. Recife, 1468 - Mod. 4/213
Estância - 50771 - Recife - PE
Brasil



Invasão norte-americana: usando frágeis argumentos, os Estados Unidos violam abertamente a soberania do Panamá

A volta do "big stick"

A invasão norte-americana no Panamá coloca em risco sua própria sobrevivência como país soberano e deixa no ar uma ameaça para toda a América Latina

Aldo Gamboa

Quando o governo do presidente George Bush decidiu que a única forma de defender os interesses norte-americanos no Panamá era invadir aquele país, não veio abaixo apenas o sistema de poder montado sobre a frágil estrutura partidária panamenha e as Forças de Defesa, mas caiu também a não menos frágil máscara que os Estados Unidos vinham utilizando na sua política para a América Latina no último ano.

A Casa Branca desrespeitou as instituições, a soberania, e os direitos da nação panamenha e ameaça criar uma caricatura de protetorado em nova versão.

Ao final, acima do espetáculo montado para prender o general Manuel Antonio Noriega – ex-chefe das Forças de Defesa do Panamá (FDP) – ficou claro para os países latino-americanos que um novo tipo de relação poderá ser estabelecido a nível continental e que os Estados Unidos não parecem dispostos a permitir que a tendência mundial ao diálogo se afirme na América Latina, principalmente na sua região central.

A política do *big stick*, que muitos acreditavam já morta e sepultada, renasceu numa invasão que o presidente Bush apresentou perante os norte-americanos como uma "ação rápida e efetiva", mas que se transformou numa sucessão de erros dignos de um filme cômico, se não fossem trágicos. A atenção mundial se manteve por dez dias

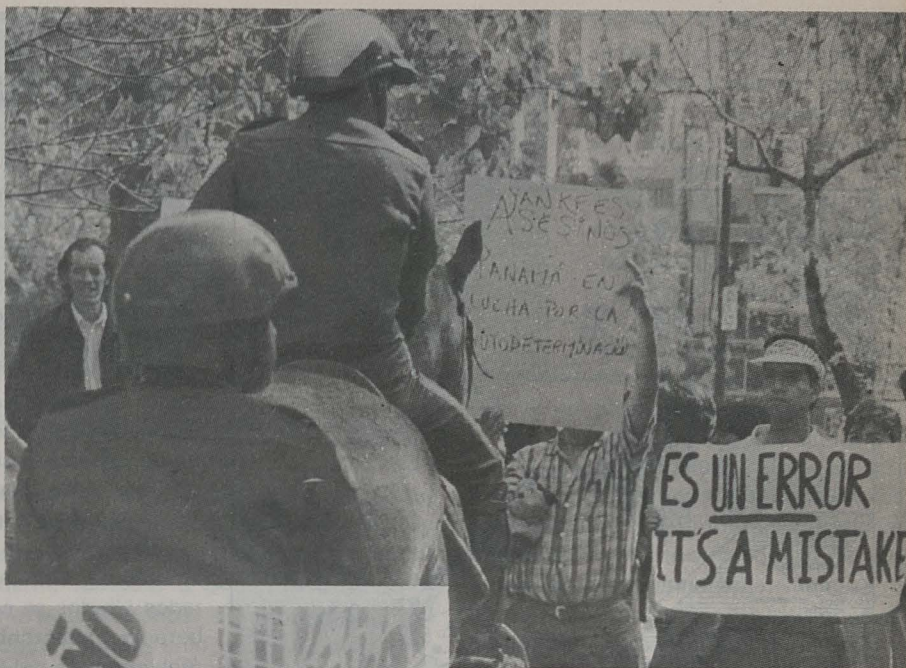
centralizada na questão panamenha¹, não só pelo destino que teria o general Noriega, mas para ver até onde poderia chegar o cinismo de Washington em suas justificativas a tantas violações das leis internacionais.

Operação "Justa Causa" – A invasão desencadeada em 20 de dezembro passado foi a maior operação militar dos Estados Unidos desde a guerra do Vietnã (1964-1973) e a mais importante intervenção norte-americana num país da América Latina. Porém, a operação "Justa Causa" – como foi batizada a invasão – pode ser considerada um fracasso.

Os quase 26 mil homens armados não conseguiram capturar o general Noriega, que após dez dias na Nuncia-

tura Apostólica se entregou voluntariamente. Quando atacaram o quartel da tropa de elite "Batalhão 2000", os norte-americanos perceberam que estavam bombardeando um edifício já desocupado. A Tv transmitiu comunicados até 24 horas depois de começados os ataques, convocando a população a resistir, e o mesmo ocorreu na Rádio Nacional, até que ambos os meios foram finalmente controlados.

Como explicar que tendo quatro bases em território panamenho os Estados Unidos não pudessem dominar a rádio e a Tv até um dia depois de iniciadas as ações? Fontes militares norte-americanas se queixaram do trabalho prévio dos serviços de informação. Segundo essas fontes, o Pentágono subestimou o



A invasão provocou manifestações de protesto em vários países (acima, Cidade do México; à esq. La Paz, Bolívia)



número de armas leves que as Forças de Defesa tinham guardado fora dos quartéis, entre outros graves erros de avaliação da situação interna.

Finalmente, o periódico *The Washington Post* afirmou que no Panamá foi utilizado – também pela primeira vez – o bombardeiro B-2 Stealth, conhecido como o "Invisível". O avião, garantiu o jornal – a partir de uma informação obtida diretamente de uma fonte no Pentágono – foi utilizado para bombardeios de um dos quartéis das Forças de Defesa.

Os fantasmas do Vietnã estiveram presentes no Panamá. No primeiro dia da invasão, e em apenas 16 horas, as tropas norte-americanas construíram o

maior campo de concentração de prisioneiros desde o fim da guerra do Vietnã. O campo tinha 290 metros de largura por 190 de comprimento e segundo o capitão Kerry Skelton, chefe do estabelecimento, estava destinada a membros das FDP que representassem perigo. Porém, das quase quatro mil pessoas que foram presas, só pouco mais de 800 pertenciam às FDP.²

Os argumentos – Para consumo interno e externo, Bush justificou a invasão em quatro pontos: a) a captura de Noriega para ser julgado *nos Estados Unidos* por tráfico de drogas; b) a "implantação" da democracia no Panamá; c) a "proteção" à integridade dos Tratados Torrijos-

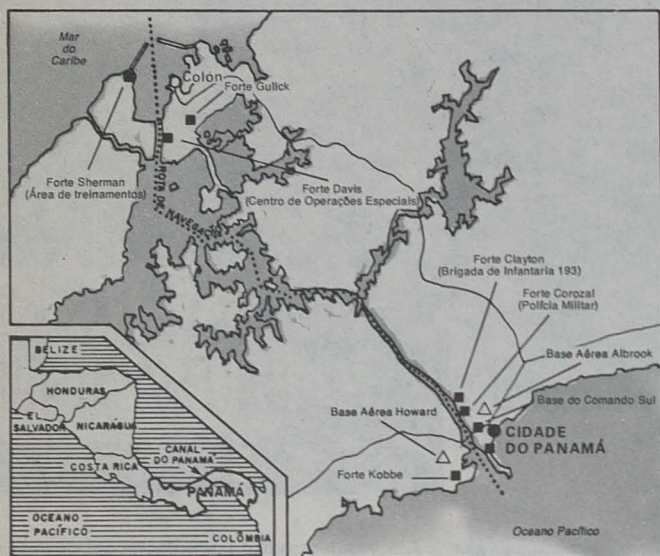
Carter sobre o Canal, e d) a segurança dos cidadãos norte-americanos em território panamenho.

Na verdade, Noriega não deverá ter maiores problemas com sua defesa nos processos movidos contra ele em Miami e Tampa, e o apocalíptico castigo prometido pôr Washington dificilmente passará de uma expressão de desejos. Se o ex-chefe das Forças de Defesa decide falar, seus antigos amigos da Agência Central de Informações (CIA) e da Drug Enforcement Administration (DEA) possivelmente estarão em maus lençóis. Afinal, ele foi membro da CIA quando o próprio Bush era seu diretor.

A esse respeito, o prestigiado linguista norte-americano Noam Chomsky afirmou que a invasão ocorreu porque Noriega havia "se tornado independente" de Washington e que as razões oficiais dadas por Bush são "falsas". Chomsky afirmou que "comparado aos gângsters que governam El Salvador e Guatemala, Noriega aparece como a Madre Teresa de Calcutá".

Ao mesmo tempo, várias pessoas acusadas no mesmo processo de Noriega pediram para serem julgadas sepa-

Um século de desmandos



"Os Estados Unidos parecem destinados pela Providência a submergir a América na miséria em nome da liberdade".
Simón Bolívar, 1829

A invasão norte-americana no Panamá não começou, na verdade, na noite do dia 20 de dezembro passado, mas há mais de cem anos: em 1846. Nessa data, os Estados Unidos e a Nova Granada (aproximadamente a atual Colômbia) assinaram o tratado conhecido como "Bidlak-Mallarino", segundo o qual os norte-americanos garantiam o direito de trânsito através do território panamenho.

Ao se iniciar a escavação na então província colombiana do Panamá, em 1881, o então presidente norte-americano, Rutheford Hayes, afirmou que o controle do canal devia estar em mãos dos Estados Unidos.

O ano de 1903 foi decisivo. Em 22 de janeiro, através do Tratado "Hay-Herrán", a Colômbia cedeu os direitos de construção do canal aos norte-americanos. Por pressões dos Estados Unidos, em 3 de novembro desse ano, o território onde se realizavam as escavações se separou da Colômbia e se proclamou um Estado independente: a República do Panamá. Quinze dias depois, o "ministro plenipotenciário" panamenho, o aventureiro francês Phillipe Varilla, assinou um acordo pelo qual cedia aos Estados Unidos uma zona de 10 milhas a cada lado do canal projetado. Em 25 de fevereiro de 1904, Roosevelt promulgou o tratado. Em 28 de junho de 1918, *marines* norte-americanos desembarcaram nas cidades de Colón e Panamá. Em julho, houve novos desembarques em Chiriquí, devido aos

distúrbios provocados por eleições fraudulentas.

Dois anos depois, em 1923, entre o dia 12 e 23 de outubro, ocorreu a chamada "greve dos inquilinos". O presidente Chiari pediu a intervenção dos *marines*, que prontamente desembarcaram. Os panamenhos reagiram e o saldo dos confrontos foi muitos mortos e feridos.

Em janeiro de 1964, 21 estudantes panamenhos morreram ao tentar içar a bandeira nacional na Zona do Canal. O massacre se transformou num símbolo da luta patriótica do povo panamenho.

Cinco anos depois, assumiu o poder o general Omar Torrijos, que liderou o processo nacionalista de renegociação da situação do Canal com os Estados Unidos. Em 1977, através da assinatura dos Tratados Torrijos-Carter, os Estados Unidos se comprometiam a devolver o Canal à soberania panamenha e a desocupar as bases militares da área antes do dia 31 de dezembro de 1999. A partir do dia 1º de janeiro do ano 2000, todo o território do Panamá seria, finalmente, panamenho.

Em 31 de julho de 1981, Omar Torrijos morreu num estranho acidente aéreo, cujas causas até hoje não foram esclarecidas, levantando a suspeita de atentado.

A partir de então, as pressões norte-americanas sobre o povo panamenho têm sido permanentes, sempre voltadas para a anulação do Tratado e a manutenção das quatro fortalezas militares da Zona do Canal.

Nos últimos anos, o governo norte-americano levou adiante uma campanha contra o general Noriega, então chefe das Forças de Defesa do Panamá (FDP), acusando de conivência com o tráfico de drogas. Curiosamente, Noriega foi aliado dos Estados Unidos durante muitos anos, colaborando com a CIA. Além disso, já houve casos de presidentes latino-americanos vinculados ao narcotráfico – como o general boliviano Luis Arce Gómez – contra os quais a Casa Branca nunca levantou a voz.

Bush continuou a perseguição iniciada por Ronald Reagan ao general Noriega. Para pressionar a saída do militar, os Estados Unidos congelaram todos os depósitos panamenhos em bancos norte-americanos (iniciativa tomada também pela França). Depois de levar o sistema bancário do Panamá ao colapso por falta de moeda circulante, Washington iniciou provocações militares, com a ocupação de cidades e desfiles de tanques em frente à Casa de Governo.

A invasão foi decretada com a justificativa da morte, em dezembro passado, de um militar norte-americano, morto a tiros quando entrou em zona militarizada panamenha, disparando contra os vigias. (O Panamá havia anunciado pouco antes que diante das provocações declarava "estado de guerra" com os Estados Unidos). Na noite do dia 20 começava a invasão. (A.G.)

radamente, dadas as implicações do caso. Realizar um só julgamento obrigará, certamente, a utilizar informação qualificada de "confidencial" pelos órgãos de informação militar. A possibilidade de que a Corte exija do Pentágono a abertura de relatórios reservados sobre seu trabalho no Panamá é uma amostra dos problemas que a estrutura de poder em Washinton poderá enfrentar.

Quanto ao segundo ponto, os desejos "democratizadores" dos Estados Unidos deixaram nefastas consequências no Panamá e um frágil equilíbrio para a América Central em seu conjunto. O juramento do empresário Guillermo Endara como presidente, quinze minutos antes de comêçar a invasão, na Base Clayton e cercado por militares norte-americanos, certamente entrará num lugar de honra na longa galeria de desmandos "democratizadores" norte-americanos na América Latina.

O general Maxwell Thurman, chefe da invasão, passou por cima de qualquer formalidade legal e algemou Noriega como um prisioneiro de guerra na primeira oportunidade que teve, colocando-o em um avião rumo à Base Homestead, na Flórida. Assim se podia



Endara (esq.) e Noriega: dois projetos diferentes para o país

mostrar ao mundo que o grande objetivo da operação "Justa Causa" estava cumprido. De passagem, deixava evidente também o pouco valor que os norte-americanos deram às opiniões dos dirigentes colocados por eles mesmos no governo do Panamá.

Em relação à alegada necessidade de velar pela segurança de cidadãos norte-americanos, nada levava a crer que eles estavam em perigo. Sobre a defesa da integridade dos Tratados Torrijos-Carter, os fatos são mais eloquentes que as palavras. Os Estados Unidos violaram sistematicamente a letra e o espírito dos Tratados nos últimos anos: o documento proíbe novos estabelecimentos militares na Zona do Canal e o Pentágono instalou ali o Comando Sul; orde-

na que diminua gradualmente o contingente de tropas, mas o número de soldados norte-americanos aumentou nos últimos dois anos; estabelece que em 1989 deveria assumir um novo administrador, nomeado pelo Panamá, e os Estados Unidos impuseram um, designado por Bush.

Guillermo Endara, o homem imposto por Washinton como presidente panamenho, sugeriu que pediria oportunamente ao go-

verno norte-americano que respeite os Tratados do Canal, embora a pretendida seriedade do anúncio foi motivo de ironia na imprensa latino-americana.

Nos Estados Unidos, os ideólogos da estratégia norte-americana para a América Latina não perderam tempo. Roger Fontaine, um dos redatores do documento conhecido como "Santa Fé II" (que traça a linha a seguir por Washinton na América Latina) afirmou que os Tratados devem ser modificados "por acordo entre os Estados Unidos e o Panamá" para que pelo menos duas bases militares permaneçam *para sempre* na Zona do Canal.

O Panamá que fica – A "democratização" norte-americana no Panamá deixou, em resumo, um Poder Judiciário desmoralizado, um governo não reconhecido como legítimo, nem interna ou externamente (com exceção dos "amigos de sempre") e forças armadas cuja cúpula foi reorganizada para receber homens dóceis aos Estados Unidos, mas cujas bases estão formadas por militares "norieguistas".

Nessa amarga lista, devem se somar centenas de casas destruídas e um número desconhecido de civis mortos nos bombardeios aos bairros de El Chorrillo e San Miguelito.

O governo de Endara só foi recebido com entusiasmo pelos setores privilegiados brancos da alta sociedade panamenha, que saíram às ruas para festejar a queda do *mestiço* Noriega. Este havia nomeado "demasiados" negros e mulatos nas forças armadas e a aristocracia branca via com desconfiança que as ar-

A condenação da IS

O Comitê da Internacional Socialista (IS) para a América Latina e o Caribe, reunido em Quito, Equador, nos dias 17 e 18 de janeiro passado, emitiu o seguinte documento sobre a situação panamenha:

"1) Manifesta a mais enérgica condenação à invasão dos Estados Unidos ao Panamá; 2) Exige a imediata e incondicional retirada das tropas norte-americanas do território panamenho, pois esta invasão constitui uma violação flagrante do princípio da não-intervenção (...); 3) Exorta a que se convoquem eleições livres e democráticas sem ingerência estrangeira; 4) Condena as graves violações aos direitos humanos e as mortes ocorridas durante a invasão; 5) Exige o respeito total aos Tratados Torrijos-Carter; 6) Pedir o respeito absoluto à imunidade e inviolabilidade diplomáticas e consulares; 7) Rejeita o papel de policial "protetor da democracia", que pretende assumir o governo dos EUA; 8) Expressa sua solidariedade e apoio ao povo (...), assim como às forças políticas democráticas do Panamá; 9) Insta a que se reúnam esforços para encontrar caminhos que permitam o restabelecimento da soberania e da democracia no Panamá; 10) Finalmente, manifesta sua consternação diante da atitude de alguns governos democráticos nos foros internacionais, como a ONU, que não condenaram consequentemente a invasão ao Panamá."

Conspiração do silêncio

Ramsey Clark, ex-procurador-geral dos Estados Unidos durante o governo de Lyndon Johnson, declarou no Panamá que existe uma "conspiração oficial do silêncio" sobre o verdadeiro número de baixas civis provocado pela invasão norte-americana. Clark viajou ao Panamá convidado por grupos de direitos humanos e parentes de sete pessoas detidas ou desaparecidas. Ali manteve contatos com a Cruz Vermelha, a igreja e grupos pró-direitos humanos. Depois de inúmeras entrevistas, Clark chegou à conclusão de que houve mais de mil civis mortos, e não algumas centenas, como anunciou oficialmente o governo norte-americano.

"Os governos têm motivos óbvios para não contar o número de cadáveres. Mas não se pode esquecer que um dia a história, a humanidade e o futuro exigirão saber quantas pessoas foram mortas".

O exército dos Estados Unidos declarou que 23 soldados norte-americanos e 300 militares panamenhos tinham morrido na invasão, enquanto o Comando Sul, com base na Zona do Canal, calcula em 250 o número de civis mortos. Ramsey Clark disse ter sido informado "por fontes confiáveis" que o número total de mortos seria quatro mil. "E há pessoas que calculam em até sete mil", acrescentou.

Oficiais norte-americanos afirmam que muitos corpos foram enterrados em fossas comuns. Clark enfatizou que quase 12 mil pessoas tiveram que abandonar seus lares por causa da invasão.

Por sua vez, o pastor norte-americano Jesse Jackson acusou o governo do presidente George Bush de matar pelo menos 1.200 civis panamenhos. "Bombardeamos o bairro de San Miguelito durante a noite, e não se sabe quantos inocentes morreram", disse Jackson.

mas do país estivessem nessas mãos. Quanto ao reconhecimento internacional, os Estados Unidos percorrem os cinco continentes comprando apoio ao novo governo, apesar de que estes tardam em se tornar públicos.

A nível militar, a situação tampouco é simples. O coronel Roberto Armijo, antigo inimigo de Noriega, foi empossado no Forte Clayton como novo chefe das Forças de Defesa (agora chamada Força Pública do Panamá), mas renunciou ao cargo seis horas depois, quando soube que qualquer designação nas FDP depuradas devia estar autorizada pelas tropas norte-americanas. Em seu lugar, foi designado o coronel Herrera, conhecido pela sua docilidade às ordens dos Estados Unidos.

No interior do país e em nações vizinhas, a resistência se organizou rapidamente para reunir e divulgar as manifestações de repúdio à invasão. Mas as tropas norte-americanas criaram comandos antiguerrilheiros organizados nos fortes militares para patrulhar as

fronteiras.

A dúvida que persiste é por quanto tempo se estenderá a presença dos soldados norte-americanos em território panamenho. O presidente Bush anunciou reiteradamente que estava preparando o regresso das tropas, mas essa promessa não se concretizou. Les Aspin, presidente da Comissão das Forças Armadas no Congresso norte-americano, afirmou: "Não seria uma surpresa para mim que tenhamos soldados no Panamá não só neste Natal (de 1989), como também no de 1990".

O novo governo panamenho se viu forçado a reconhecer que o país necessitava no mínimo de dois bilhões de dólares de ajuda para a reconstrução. Essa cifra coincide com a de um documento da Câmara de Indústria e Comércio do Panamá.

O próprio Endara enviou uma carta a George Bush pedindo a criação de um "fundo de indenizações" e sugeriu a assinatura de um acordo com o Departamento do Tesouro, Banco Mundial e

FMI para a reativação do sistema bancário panamenho, em colapso desde que os Estados Unidos congelaram os depósitos em dólares do governo anterior.

Diante da séria crise que enfrenta a economia panamenha, muitos se perguntam o que farão os Estados Unidos, que projeto têm para o país que hoje controlam militar e politicamente. No Panamá, poucos têm ilusões. Carlos González de la Lastra, dirigente da "Cruzada Civilista" - que postulou Endara como presidente nas eleições de 1989 - pediu ao novo governo que "desperte do sonho" da ajuda norte-americana para reconstruir o país. De la Lastra afirmou que não será com presentes da administração Bush que será possível reconstruir o país. "Os Estados Unidos funcionam de acordo com seus próprios interesses, que não são os mesmos das outras nações", disse o dirigente conservador. Essa opinião certamente não vai agradar os que acreditam que Bush transformará o Panamá em um novo Israel ou El Salvador, recebendo centenas e centenas de milhões de dólares de ajuda.

Dirigentes do Partido Revolucionário Democrático (PRD), herdeiro do torrijismo, anunciaram por sua vez que farão a oposição "democrática e ativa" ao governo imposto pela força invasora. Eles confiam no poder do diálogo e na força popular das bandeiras nacionalistas e patrióticas.

A nível dos círculos diplomáticos latino-americanos existe a convicção de que há uma relação direta entre o tempo de permanência das tropas norte-americanas no Panamá e o desgaste da Casa Branca, não só dentro da nação invadida como perante todos os governos latino-americanos. Agora, já não se trata de ditaduras proclives a aceitar qualquer desmando de Washington, mas de governos que contam com a força de ter surgido a partir de uma escolha popular. E essas administrações não podem aceitar o precedente aberto pela brutal ingerência norte-americana no Panamá.

O PRD e os patriotas panamenhos em geral sabem que o tempo corre a seu favor na luta que têm daqui por diante: voltar a fazer do Panamá um país soberano. •

Uma obra para a paz

Na sua última longa entrevista, o general Omar Torrijos analisou a luta para recuperar o Canal, testemunho que nos permite, dez anos depois, conhecer os antecedentes da invasão de dezembro passado

Pouco tempo antes de morrer num estranho acidente, o general Omar Torrijos concedeu uma longa entrevista a nosso diretor, Neiva Moreira. Foi sua última grande entrevista. Nela, o homem que dirigiu a luta nacionalista em favor da recuperação do Canal, e assinou em 1977 com o presidente Carter os Tratados que estipulam a retirada norte-americana em 1999, abordou com profundidade os problemas da América Latina (terceiro mundo nº 29, dezembro de 1980).

Não faltou nessa entrevista uma avaliação da situação do Canal, naquele momento. Tanto por este, como pelos demais temas analisados, o testemunho de Torrijos desperta hoje, quase uma década depois, um grande interesse. Através dele, fica claro que, de alguma maneira, na luta nacionalista do povo panamenho pela recuperação do Canal (e com ele, de sua dignidade nacional) estão os antecedentes da invasão de dezembro passado.

Transcrevemos a seguir os trechos mais importantes dessa entrevista.

Poderia avaliar a situação no seu país desde que você propiciou a entrega do

governo aos civis? Como vê o momento atual?

- Tínhamos dois objetivos fundamentais na revolução de 68. Primeiro, a recuperação do Canal e, segundo, transformar uma caricatura de país numa nação. Dez anos depois, considerei cumpridos esses objetivos.

Pode-se dizer que as forças armadas praticamente se limitaram a dar apoio aos planos de desenvolvimento elaborados por uma nova geração de dirigentes, de diferentes procedências. E, nesses anos, levantamos o país. Levantamos sua economia. Convertimos uma caricatura de país numa nação. Desenvolvemos um ambicioso plano de escolas. Demos ao povo um novo conceito de saúde. Mostramos que a saúde não pode ser vista como a ausência de doença, mas sim como um estado de bem-estar geral.

Paralelamente a essa luta no plano interno para forjar uma nação, fizemos com que o Panamá tivesse voz a nível internacional. O Panamá apareceu. Demonstramos ao mundo que não íamos acrescentar mais uma estrela na bandeira dos Estados Unidos.(...)



Omar Torrijos: "Incorporamos o Canal à geografia da dignidade nacional"

Comandante, e o Canal do Panamá? Como anda o cumprimento dos Tratados?

- Nós conseguimos incorporar a Zona do Canal à geografia da dignidade nacional, sem qualquer custo social. Mas para isso, tínhamos que estar preparados para pagar algum preço.

Qual?

- O da paciência. Mas eu estava preparado para tirá-los com bombas.

Acha que podia fazê-lo?

- Não teria sido político, mas havia condições. O Canal é totalmente indefeso. Tão indefeso como uma criança recém-nascida. É uma obra para a paz, para o comércio, para o intercâmbio, para fins pacíficos. É indefensável. E nada teriam podido fazer contra a vontade dos nativos, dos panamenhos.

E os norte-americanos se conduziram corretamente no cumprimento dos Tratados? Criaram dificuldades?

- As dificuldades previstas. Ninguém perde com boa vontade tantos privilégios...

Além do problema em si, da recuperação da soberania, existe o aspecto econômico. O que significou, nesse campo, o acordo do Canal?

- O objetivo da luta era a soberania. Mas a soberania também é rentável. Antes do Tratado, o Panamá recebia só dois milhões de dólares ao ano do total da renda do Canal. Nosso governo recusou-se a continuar recebendo esse dinheiro para mostrar ao mundo que não estávamos alugados, e sim ocupados. Era uma ocupação *de fato* e não se paga a quem está sob ocupação. Mas, este ano, já recebemos 74 milhões de dólares em dinheiro pela renda do Canal, como consequência dos Tratados.

Imagino quanto dinheiro o Panamá tenha perdido.....

- O Canal é uma fonte de receita por seus aspectos colaterais, como serviços, portos, aeroportos, alfândega. É a área mais comercial do mundo. Uma cintura estratégica onde o oceano Pacífico e o oceano Atlântico se dão um beijo de 80 quilômetros de extensão. ●

Em busca de uma alternativa

O professor e sociólogo Gerard Pierre-Charles avalia o quadro político do seu país, num momento em que cresce a reivindicação popular por eleições livres

Claudia Neiva

Desde a fracassada rebelião no quartel do Batalhão Dessalines, em abril do ano passado, que vivava à renúncia do presidente, o general Prosper Avril, pouco se sabe sobre o que está ocorrendo no Haiti. Em conversa com **terceiro mundo**, Gerard Pierre-Charles nos permite dar uma visão atualizada do quadro político e social nessa ex-colônia francesa.

O sociólogo haitiano mostra que a queda da ditadura Duvalier não trouxe a esperada democratização das estruturas de poder, que continuam em mãos de grupos duvalieristas. Revela também as contradições existentes nas forças armadas, onde persiste o descontentamento com o governo do general Prosper Avril, apesar do expurgo promovido após a rebelião de abril de 1989.

A nível político, assinala que, apesar da luta imediata ser por eleições realmente livres, as reivindicações populares vão mais além e exigem profundas mudanças no sistema econômico, social e político. Segundo Gerard Pierre-Charles, esse é o maior desafio das forças progressistas hoje em dia: estabelecer um projeto político e econômico alternativo para o Haiti, após os 30 anos de ditadura dos Duvalier.

O sr. considera que a expectativa popular de uma verdadeira democracia foi alcançada com a queda de Jean-Claude Duvalier?

— Ainda não. Apesar de Duvalier não estar mais no palácio presidencial, o duvalierismo continua sendo uma força social com peso no país e controla im-



Charles: "O maior desafio hoje é definir um projeto alternativo para o Haiti"

portantes centros de poder, entre eles o exército.

Quando Jean-Claude abandonou o Haiti — depois de intensas manifestações da população pedindo democracia —, assumiu o Conselho Nacional de Governo-CNG, onde havia quatro figuras militares, encabeçadas pelo general Henri Namphy, e um civil, o professor universitário Gérard Gourgue, que pouco tempo depois deixou de figurar no CNG.

Na prática, com o fim da ditadura, o exército passou a controlar o país. A partir de então, tratou por todos os meios de impedir que se abrisse o espaço político, inclusive não permitindo o retorno dos exilados. Pouco a pouco, o povo foi saindo às ruas, organizando greves e manifestações e fazendo pronunciamentos nas rádios, até conquistar, atualmente, um grande espaço democrático.

Os jornalistas tiveram um papel importante nesse processo de tomada de consciência popular, como também setores de esquerda, profissionais, sindicais e a igreja de base, que antes mesmo da queda de Duvalier já tinha assumido uma opção popular. Além disso, pouco a pouco, as massas de camponeses foram se somando a essa reivindicação de democracia.

E com a queda do general Namphy, o que mudou no Haiti?

— Namphy, como se sabe, foi derrubado em 18 de setembro de 1988 pelo general Prosper Avril, que havia sido a iminência parda no governo de Duvalier. Era ele quem se ocupava das finanças pessoais do ex-ditador e quem transferiu para a Suíça, França e Estados Unidos parte dessa fortuna (avaliada em cerca de 800 milhões de dólares). Prosper Avril já participava do poder na ditadura dos Duvalier e foi o que ocorreu também na época de Namphy.

Ele chegou ao poder com o apoio de sargentos e suboficiais que se rebelaram contra Namphy e exigiam uma democratização do país. Isso não é difícil de se entender: a descomposição social e o descontentamento são tão grandes no Haiti, o questionamento ao sistema tão generalizado, que inclusive nas forças armadas apareceu um setor que se identificava com as reivindicações democráticas do povo.

Mas Avril traiu os sargentos e "se apoderou" do movimento, graças à sua capacidade de manobra e ao seu conhecimento dos bastidores da política. Ele expulsou do exército as figuras mais importantes daquele movimento, colocou lideranças fiéis e pouco a pouco foi fortalecendo seu poder pessoal.

Hoje em dia, o general Avril é o representante de todas as tendências

neodualieristas e militaristas que pretendem estabelecer de novo no Haiti um regime autoritário. Depois de quase um ano e meio no poder, ainda não convocou eleições. Em 18 de novembro passado, Dia das Forças Armadas, ele fez em seu discurso uma exortação à ordem e à disciplina, mas não falou de eleições.

Quando se refere ao tema, é de forma muito vaga e só o faz por causa das pressões dos Estados Unidos e da França. Avril está tentando, por todos os modos, evitar eleições e, em último caso, convocá-las, mas sob o seu controle absoluto, para que ele ou alguém de sua confiança fique no poder.

Até os setores de direita e de centro moderados, que pensavam que Avril ia cumprir o calendário eleitoral anunciado há alguns meses, estão percebendo suas ambições de poder pessoal.

Depois da queda da ditadura, como se reorganizou o quadro político?

- Atualmente, todos os partidos políticos, sindicatos e demais organizações estão funcionando abertamente. Mas é preciso levar em conta que o Haiti é um país onde havia pouca tradição partidária. Durante os 30 anos de ditadura dos Duvalier, estiveram proibidos até os partidos burgueses tradicionais.

Então, o fato de que tenham aparecido no cenário muitas organizações políticas não significa uma estruturação de partidos políticos autênticos.

Ultimamente, está se dando uma reagrupação de forças políticas. Em linhas gerais, podemos identificar três grandes setores na vida política haitiana. Por um lado, na direita, há uma aliança entre o Movimento de Implementação da Democracia, de Marc Bazin - o homem do FMI, do Banco Mundial e dos Estados Unidos -, e o Panpra, de Serge Gille, esta última uma agrupação de tipo social-democrata, ligada à Internacional Socialista-IS.

Essa aliança está sendo patrocinada pelos governos da França e dos Estados Unidos para tirar o Haiti da crise em que está. Esses países estão dando o máximo apoio a Marc Bazin e Serge Gille para ver se negociando com Avril conseguem a convocação de eleições. O problema é que essa aliança não tem



"A população está questionando o próprio sistema econômico e político"

nenhum tipo de apoio e, portanto, Avril não se sente comprometido a passar o poder a uma organização que não tem uma autêntica base popular.

Já no setor que se poderia qualificar de centro, foi criado o Reagrupamento das Forças Democráticas, reunindo seis partidos. No amplo leque ideológico do Reagrupamento, participam desde o Partido Agrícola-Industrial, onde há setores da burguesia, até o Partido Comunista, passando pelo Partido Democrata-Cristão, de Sylvio Claude. Essas forças também já estão pedindo a saída de Avril.

O terceiro setor que vem se delineando é formado pelas forças populares e vai da igreja de base até setores camponeses, estudantis e algumas figuras independentes. Esse setor, que é o que possui maior apoio de massa na situação atual, sempre afirmou que Avril, sendo um duvalierista, não vai convocar eleições. E os fatos estão confirmando essa análise.

O sr. coloca muita ênfase na importância que os haitianos dão à realização de eleições livres. Mas que sequelas deixou na população o banho de sangue realizado pelos "tonton-macoutes" nas eleições de 28 de novembro de 1987, posteriormente anuladas?

- O 29 de novembro de 1987 é lem-

brado como uma data trágica, em que as forças duvalieristas frustraram a esperança de se estabelecer um governo democrático. Realmente, depois do processo eleitoral de 1987, as pessoas desconfiam quando Avril fala de eleições. Penso que, se as eleições são convocadas sob o seu controle, os haitianos não irão votar, porque sabem que não terão nenhuma garantia.

O regime duvalierista sempre se caracterizou pelos seus métodos repressivos. Com a sua queda, passou a existir maior respeito aos direitos humanos?

- O duvalierismo, em suas práticas de tortura, em suas estruturas e até em algumas figuras que estiveram presentes durante todos os anos da ditadura, ainda subsiste. Há algum tempo, por exemplo, colocaram bombas em quatro rádios para calar a voz da imprensa radical independente e muitos jornalistas têm sido ameaçados, como ocorria na época da ditadura.

A política do general Avril recorda as piores práticas do duvalierismo.¹ Um exemplo dessas práticas brutais aconteceu no dia 1º de novembro, quando o governo anunciou a descoberta de um complô contra a segurança do Estado e a prisão de três líderes populares: Auguste Mesyeux, Evans Paul e Etienne Marino. Eles foram acusados de pretender assassinar Avril e eliminar todos os

AMÉRICA LATINA

oficiais do exército haitiano.

A acusação não recebeu o menor crédito da sociedade. Mas o mais grave é que 24 horas depois eles apareceram na televisão visivelmente torturados, sem condições nem de manter-se de pé. O fato teve tal repercussão que se convocou uma greve geral de dois dias, com o apoio até de alguns setores da burguesia.

Em síntese, por maior que seja o espaço político hoje em dia, as forças do autoritarismo continuam utilizando os métodos bárbaros do duvalierismo. A diferença é que antes não se podia falar. Na verdade, muitas vezes nem se sabia quando aconteciam esses atos. Agora, as violações aos direitos humanos são denunciadas e há protestos públicos.

Teria o povo hoje um maior nível de conscientização política?

- Sim. A população não vem lutando nos últimos quatro anos apenas por uma simples mudança de governo. Existe um questionamento profundo do

sistema econômico, social e político. Inclusive nos bairros pobres e favelas, o conceito de democracia não é simplesmente o da democracia parlamentar ou representativa (em outras palavras, eleições). Seu conceito, em grande parte infundido pelos sacerdotes da Teologia da Libertação, é o da democracia participativa.

Esse trabalho da igreja de base fez com que nos últimos meses aumentasse a perseguição aos sacerdotes que seguem a Teologia da Libertação. O mais conhecido deles, o sacerdote Aristides Bertrand - talvez o maior líder surgido no Haiti nos últimos quatro anos - terminou sendo expulso da Ordem dos Salesianos.

Outro aspecto importante é que



A derrubada de Namphy (esq.) pelo general Avril (dir.) não trouxe as mudanças esperadas pelo povo



também está se questionando todo o sistema de articulação do Estado haitiano com Washington.

Que posição têm assumido os Estados Unidos?

- Em quatro anos, Washington não conseguiu no Haiti o que fez no Para-

O binômio violência e miséria



Poucos países têm sido tão marcados pelo estigma da miséria e da repressão política quanto o Haiti, que divide com a República Dominicana uma das maiores ilhas do Caribe. Desde 1957, o país - uma ex-colônia francesa - passou a ser controlado por François Duvalier, o "Papa" Doc, que instituiu um regime de terror baseado no vudu e nas forças repressivas conhecidas como *tonton-macoutes* (nome de um "bicho-papão" do folclore haitiano). Com a sua morte, em 1971, assumiu o poder o filho, Jean-Claude Duvalier ("Baby" Doc), que manteve o sistema autoritário, baseado no nepotismo e na corrupção, montado por seu pai.

Apesar da brutal repressão, as manifestações populares contra o regime foram crescendo e angariando cada vez mais apoio internacional. Em fevereiro de 1986, em meio a uma onda de protestos e paralisações em todo o país, Jean-Claude fugiu do país num avião da força aérea norte-americana.

O Conselho Nacional de Governo,

presidido pelo general Namphy (até então chefe do estado-maior das forças armadas), que assumiu provisoriamente o poder, prometeu eleições "livres e diretas" para o final de 1987. As eleições se realizariam em novembro daquele ano, mas foram anuladas devido à ação de *tonton-macoutes* e elementos do exército, que invadiram os postos de votação e assassinaram e feriram dezenas de pessoas.

A convocação de novas eleições, em janeiro de 1988, foi boicotada pela oposição e marcada pelo alto índice de abstenção. O presidente eleito, Leslie Manigat, um civil, tomou posse em fevereiro daquele ano e, em 17 de junho, afastou o general Namphy do cargo de chefe das forças armadas. Menos de 72 horas depois, foi derrubado pelo próprio Namphy.

Em 18 de setembro de 1988, um novo golpe militar levou ao poder o general Prosper Avril, chefe da Guarda Presidencial, num movimento promovido por sargentos e suboficiais do exército.

guai: impor uma fórmula de continuidade do sistema. Ou seja, derrubar o ditador e colocar no poder um general que tivesse uma fachada democrática, dando-lhe legitimidade. Em meu país, isso não foi possível devido à mobilização popular.

Os Estados Unidos estão diante de uma grande contradição. Por um lado, estão apoiando eleições em quase todo o continente latino-americano. Mas em relação ao nosso país, estão divididos. Levando em conta o grau de decomposição do Estado, a mobilização popular, o descontentamento pela miséria e a desagregação do exército, alguns setores do governo norte-americano não querem eleições realmente livres.

Uma opção estudada pelos Estados Unidos seria a substituição de Avril por outro militar. Nesse caso, penso que a escolha recairia sobre Hérard Abraham, comandante-em-chefe das forças armadas. Segundo tudo indica, Abraham não estaria apoiando Avril. Embora na estrutura militar do Haiti o comandante-em-chefe disponha de pouco poder de mando efetivo, ele seria o mais indicado, na ótica norte-americana, para assumir o poder. Ele é um militar com uma trajetória mais independente, poderíamos até dizer liberal.

Como estão as relações das forças armadas com o general Avril?

- Dentro das forças armadas, há um grupo incondicionalmente fiel a Avril, que é quem o mantém. Esses militares



A anulação das eleições de 1987, devido à violência, frustrou os haitianos

se transformaram nos novos "tonton-macoutes" (força paramilitar de repressão na época de Duvalier), nos novos instrumentos do terror.

Mas em outros setores, existe descontentamento. Depois do movimento de sargentos, que o levou ao poder em setembro de 1988, houve uma depuração nas fileiras do exército. Apesar disso, em abril do ano passado, ocorreu uma rebelião de coronéis em dois importantes acampamentos militares, o dos Leopardos e o de Dessalines, que questionavam o poder pessoal de Avril. Depois de uma semana de choques, triunfaram as forças da Guarda Presidencial, leais ao general. Essas forças

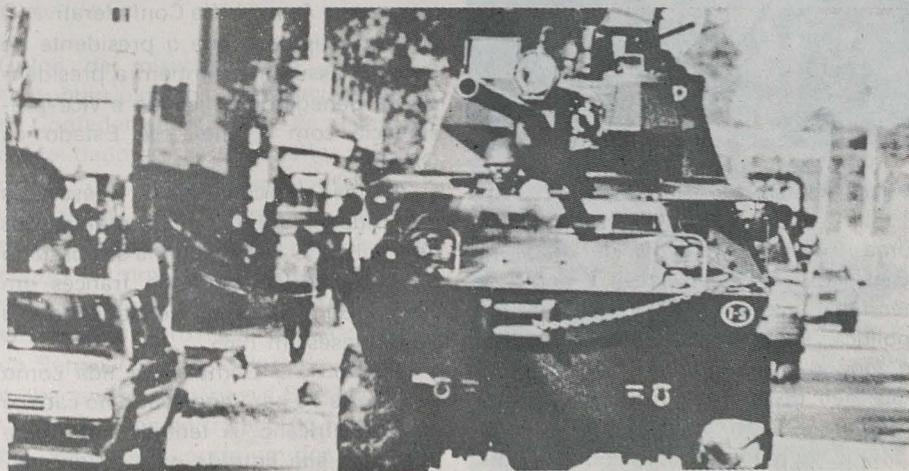
havam sido muito reforçadas durante o período da ditadura (nesse aspecto, Duvalier tinha a mesma concepção que Somoza: o palácio presidencial era um bunker, o último reduto a cair em mãos inimigas).

O movimento popular já tem um projeto político alternativo para o Haiti?

- Ainda não. É normal que, depois de 30 anos de obscurantismo, a proposta de um outro sistema ainda não esteja articulada. Estamos ainda num processo de elaboração e construção democrática. Mas o povo haitiano sabe muito bem o que *não quer*: o totalitarismo, a violação aos direitos humanos, a tutela norte-americana e francesa sobre o país, a miséria.

O problema é que, enquanto o povo está mobilizado e conscientizado na base, o movimento democrático não tem um líder, nem possui uma organização que canalize o descontentamento para um projeto alternativo.

Em resumo, estamos num processo de lenta elaboração do que seria uma alternativa popular, democrática e soberana. Isso, a meu ver, é a coisa mais importante que está acontecendo no Haiti hoje. ●



O poder no Haiti continua nas mãos de grupos militares duvalieristas

¹Em 20 de janeiro, o general Avril decretou o estado de sítio, um dia após o assassinato de um coronel da Guarda Presidencial. O governo desencadeou uma onda de repressão, deportando e prendendo muitos opositores, inclusive dos partidos de centro. Vários dirigentes haitianos passaram à clandestinidade.

O fim de uma nação

Menos de 10 anos após a sua criação, divergências entre o governo senegalês e o da Gâmbia levam à desintegração da Confederação da Senegâmbia

Daniel Mensah Brande

A morte de uma nação acaba de ser anunciada na África. Trata-se da Confederação da Senegâmbia, um novo país que, há menos de uma década, representou o esforço de reunir Senegal e Gâmbia e que hoje está se desintegrando.

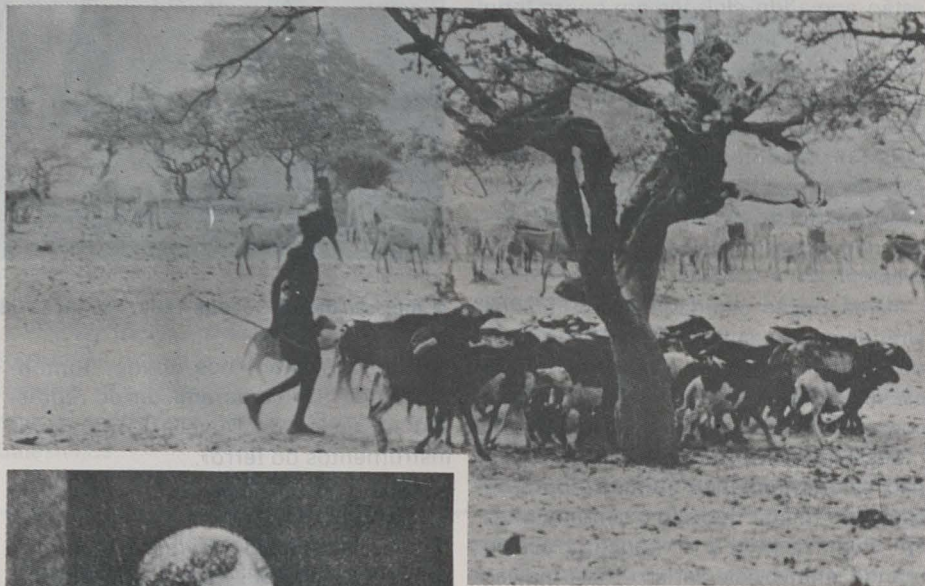
Num pronunciamento oficial em Dakar, capital do Senegal, o presidente Abdou Diouf disse não haver "qualquer possibilidade séria de progresso para a integração da Senegâmbia. A Senegâmbia é coisa para amanhã, não para hoje". Por sua vez, o presidente de Gâmbia, Dawda Jawara, declarou em Banjul, em termos diplomáticos, que "as relações especiais e privilegiadas" que o seu país mantinha com o Senegal tinham de ser "revistas".

A confederação que uniu os dois Estados vizinhos foi criada há oito anos, mas começou a se desfazer recentemente, após uma série de tensões nas relações entre os dois países.

Gâmbia, o menor Estado independente da África, com uma superfície de 11.369 quilômetros quadrados e uma população de cerca de 700 mil habitantes, é uma estreita faixa de terra — uma espécie de lança cravada no "ventre" de seu vizinho maior, o Senegal, país que ocupa 196.000 km² e onde vivem cerca de 7,5 milhões de habitantes.

Há muito tempo, tudo o que acontece em um dos dois países tem repercussão no outro. Há um antigo ditado que diz mais ou menos isto: "Quando a Gâmbia pega um resfriado, o Senegal espirra".

O nascimento da confederação — Em 1981, quando um jovem marxista, de nome Kekoi Samba Sanyang, chefiou



Diouf: "A integração não é para hoje"

uma frustrada tentativa de golpe na Gâmbia, o Senegal esteve a ponto de ter um "ataque cardíaco" de natureza política. Diouf despachou tropas para defender o governo da Gâmbia, país que não dispõe de uma força armada regular.

O incidente provocou, pouco depois, o nascimento da Senegâmbia. A base da Confederação era a integração das

Senegâmbia: um projeto que fracassou

forças armadas e de segurança dos dois países, a cooperação econômica, uma moeda única e coordenação nas áreas de política externa e comunicações.

Para colocar em prática o tratado foram criadas três instituições conjuntas: a presidência, o Conselho de Ministros e uma Assembléia Confederativa. O acordo estipulava que o presidente do Senegal assumiria também a presidência da Senegâmbia, ficando a vice-presidência com o chefe de Estado da Gâmbia.

A união foi consumada, apesar das disparidades de herança colonial dos dois países. O Senegal tinha se libertado do jugo do colonialismo francês em 1960; a Gâmbia tornou-se independente dos ingleses em 1965.

Até 1981, a Gâmbia era tida como um "oásis de paz" encravado no caótico deserto africano. A tentativa de golpe provocou sua entrada para a Confederação. A união foi proposta pelo Senegal e estimulada por fatores econômicos

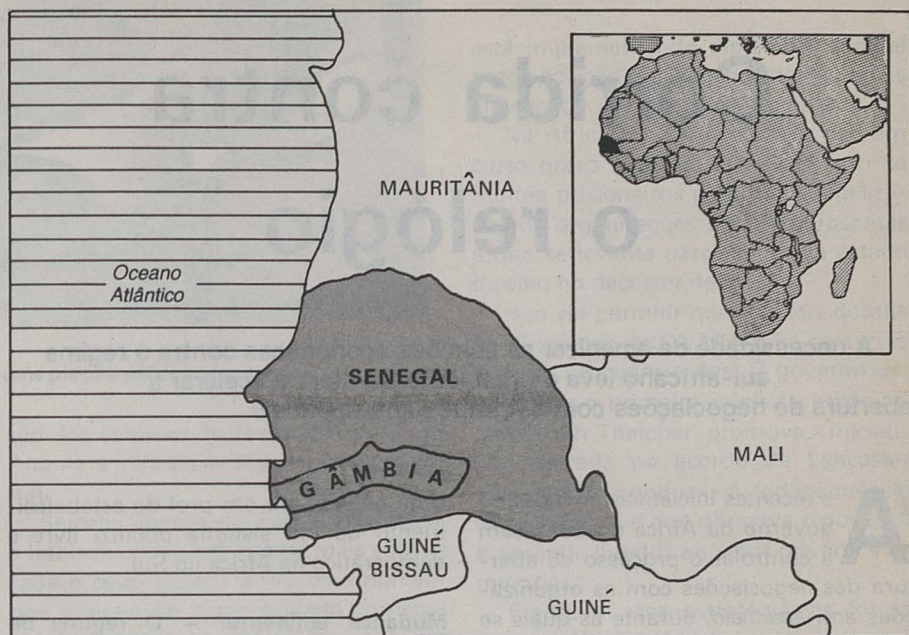
e políticos. Em primeiro lugar, o Senegal queria impedir que os seus agricultores contrabandeassem amendoim para a Gâmbia. Tanto Dacar como Banjul precisam exportar amendoim para obter divisas estrangeiras, mas o preço interno é melhor na Gâmbia. E o que talvez fosse o mais importante: o Senegal desejava garantir a estabilidade política no interior do seu "ventre", especialmente porque qualquer convulsão na Gâmbia certamente traria consequências para o governo de Dacar.

Além disso, dois outros fatores ajudaram a selar a união. O maior grupo étnico, em ambos os países, fala o idioma *wolof*, e este fato contribuiu para angariar o apoio popular à idéia. Além disso, os dois países são dos poucos na África que praticam uma democracia multipartidária ao estilo ocidental.

Mas o tratado de 1981, que forjou a união, era vago e obsoleto desde o nascimento. O Senegal via nele um acordo válido, enquanto a Gâmbia dizia que tudo não passava de uma declaração de intenções. Houve até desacordo quanto à data da fundação da Confederação. O Senegal insistia em que a Senegâmbia tinha sido fundada em 14 de dezembro de 1981 (data em que o tratado havia sido assinado); por sua vez, o povo da Gâmbia decidiu comemorar a data de 1º de janeiro de 1982. Finalmente, decidiu-se por um meio termo: 1º de fevereiro de 1982. Ainda assim, alguns senegaleses se queixaram de que esta data era próxima demais à data da independência da Gâmbia, comemorada em 18 de fevereiro.

Golpe de misericórdia – Tudo isso contribuiu para minar o funcionamento da Confederação. O golpe de misericórdia foi dado por certos eventos mais recentes: os choques entre comunidades do Senegal e da Mauritânia; a disputa marítima entre a Guiné-Bissau e o Senegal; o movimento separatista que vem lutando pela criação de um Estado soberano na província de Casamance, no Senegal; e a assinatura de um pacto militar entre a Nigéria e a Gâmbia.

Nos termos do tratado da Senegâmbia, a agressão contra um dos dois países é considerada como um ataque contra ambos. Porém, durante a crise



entre o Senegal e a Mauritânia, no começo de 1989, a Gâmbia recusou-se a apoiar Dacar e condenar o governo de Nuakchott. A Gâmbia preferiu tentar fazer o papel de mediador entre os dois Estados.

Em contraste com a atitude de Dacar em 1981, quando três mil soldados senegaleses ajudaram a derrotar a tentativa de golpe em Gâmbia, Banjul ignorou, no ano passado, o pedido de seu associado na Confederação, no sentido de



Fatores econômicos estimularam o acordo

que a Gâmbia enviasse uma força simbólica para patrulhar a fronteira, como da discórdia entre o Senegal e Guiné-Bissau. A disputa entre Dacar e a Guiné-Bissau tem a ver com os direitos sobre o petróleo descoberto pelo Senegal na plataforma continental, ao longo da fronteira litorânea entre os dois países.

O presidente Diouf interpretou essa recusa como uma violação do tratado da Senegâmbia e acusou a Gâmbia de tomar o partido da Guiné-Bissau. Outra preocupação de Diouf é que Gâmbia e Guiné-Bissau forneçam bases aos dissidentes separatistas da província de Casamance, no sul do Senegal. Tanto Guiné-Bissau quanto Gâmbia têm fronteiras comuns com Casamance.

No início do ano passado, a Gâmbia assinou um pacto de defesa com a nação mais populosa da África, a Nigéria. Gâmbia havia encontrado um novo padrinho e podia receber ajuda para a sua segurança independentemente do Senegal.

Mais ou menos ao mesmo tempo, o presidente Jawara propôs uma emenda à Constituição da Senegâmbia que lhe permitiria assumir a presidência da Confederação. Mal recebida em Dacar, essa manobra, juntamente com os outros recentes acontecimentos, contribuiu para deitar a Senegâmbia, de uma vez por todas, em seu leito de morte. ●

Corrida contra o relógio

A necessidade de amenizar as sanções econômicas contra o regime sul-africano leva o presidente De Klerk a acelerar a abertura de negociações com os grupos anti-apartheid

As recentes iniciativas políticas do governo da África do Sul visam a controlar o processo de abertura das negociações com as organizações anti-apartheid, durante as quais se discutiria as formas de atenuar, ou até eliminar, a segregação racial no país. Na verdade, o desejo de ter a iniciativa nesse processo é também compartilhado pela oposição.

Alguns observadores assinalam que a urgência em estabelecer esse diálogo surgiu com a eleição de Frederik W. de Klerk, como presidente da República, pelo Partido Nacional, mas obedeceu a uma estratégia que tem, pelo menos, dois anos de implementação.

A libertação de oito presos políticos, em 15 de outubro do ano passado, se enquadra nesse contexto. Como destacou um analista, "a partida de xadrez continua sendo jogada como antes. Existe algum progresso no momento que nos leva do ritmo lento do jogo normal, para um período no qual os movimentos são dirigidos por um cronômetro de cinco minutos".

Por um lado, temos o Movimento Democrático de Massas-MDM – dirigido pela Frente Democrática Unida-FDU e pelo Congresso de Sindicatos Sul-Africanos (Cosatu, em sua sigla inglesa) – e o proscrito Congresso Nacional Africano-CNA. Do outro lado, está o governo estimulando uma nervosa aliança de *afrikaaners* de classe média e imigrantes recentes, que está sendo catalizada por uma elite multinacional pequena, mas muito poderosa.

Apesar das declarações, nenhuma das partes confia na retórica que pede

uma negociação em prol do estabelecimento de um sistema político livre e democrático na África do Sul.

Mudança eminente? – O regime de Pretória pensa que o CNA trata de conduzir o governo a um processo de trâmites desgastantes, enquanto desvia a atenção do que tem se denominado os quatro pilares da luta: a) a mobilização de massas; b) a luta armada; c) o desenvolvimento de uma infra-estrutura clandestina interna; d) o isolamento internacional do país, através de sanções internacionais e da atividade diplomática.

Os membros da aliança CNA/MDM em geral não confiam em De Klerk. Consideram que as transformações

As reformas de De Klerk (dir.), atenuando o sistema de apartheid, (foto abaixo), abrem novas perspectivas para a população negra



aparentes ocorridas dentro da "linha dura" liderada pelo ex-chefe de Estado Pieter Botha são um mero cenário montado para convencer os aliados internacionais mais conservadores de que a mudança é iminente. O objetivo seria a neutralização das sanções internacionais mais efetivas, especialmente as restrições financeiras. Ao mesmo tempo, se buscava retomar a iniciativa global para obrigar a oposição a aceitar os próprios limites desse diálogo. Ou, se isso não der resultado, tratariam de fazer a aliança democrática rejeitar as negociações.

Com a intenção de se fortalecer, ambas as partes mobilizaram grupos de apoio fora e dentro do país. O Congresso Nacional Africano, com a aprovação da FDU e do Cosatu, iniciou uma campanha de aproximação com os principais líderes mundiais e de busca de apoio diplomático.

Essa "tática de conversar" está sendo implementada desde 1985. Nesse esforço, se tentou conseguir a unidade do



Branços neonazistas protestam pela liberação de uma piscina pública aos negros

maior número possível de organizações sul-africanas representativas e neutralizar adversários potenciais. Analistas independentes consideram que essa foi uma das mais bem-sucedidas táticas colocadas em prática pelo movimento anti-apartheid desde 1980.

Mais recentemente, se lançou uma iniciativa para formar uma frente única em torno das pré-condições para a negociação. Com base num documento do CNA de 1987, sobre possíveis pontos de acordo, os líderes anti-apartheid estabeleceram uma proposta concreta com os requisitos necessários para negociar. Uma entusiasta atividade diplomática conseguiu trazer para essa proposta o apoio dos países que integram a Organização da Unidade Africana-OUA e do Movimento dos Não-Alinhados.

Dentro dessa ofensiva, estaria também a decisão da Frente Democrática de reiniciar suas atividades políticas, em aberto desafio às restrições impostas pelo governo há dois anos. Em fins do mês passado, a FDU anunciou a reabertura de seus escritórios regionais e o reinício da campanha contra o regime de segregação racial.

Romper o cerco – Enquanto o governo de Pretória acelerava seus passos para a abertura das negociações, a economia sul-africana começava a se deteriorar e o estado de sítio se mostrava ineficaz como instrumento repressivo. As tentativas do regime para atrair os pequenos capitalistas negros também foram se revelando infrutíferas.

Em 1988, o governo lançou um programa de austeridade que contemplava a venda de empresas públicas, a redução de representações do governo no exterior e, no campo militar, a suspen-

são dos esforços de desestabilização em Angola e outros países da África Austral.

Setores chaves do Partido Nacional, a intelectualidade *afrikaaner* mais sofisticada e seus aliados entre os empresários liberais no setor privado começaram a preparar suas fileiras para um processo de negociações, inclusive através de artigos e editoriais na imprensa local.

A reunião celebrada, em julho do ano passado, entre Botha e Nelson Mandela revelou o início dessa estratégia. Quando De Klerk assumiu a direção do Partido Nacional, começou a buscar aliados para sua proposta de entendimento. Reuniu-se com o chefe do Movimento Inkata, Gatsha Buthelezi, líder da etnia zulú, que se integrou na Aliança Negra Sul-Africana (ver **Guia do Terceiro Mundo**, África do Sul, partidos políticos). Também conversou com o conservador Fórum Nacional e com uma representação dos dirigentes dos bantustões.

Sem responder às propostas da oposição, De Klerk começou a delinear suas próprias condições para uma negociação. Observadores democráticos dizem que o governo está tentando desvirtuar os pontos de negociação apresentados pela coalizão CNA/MDM.

No plano internacional, o dirigente do governo de minoria branca espera criar a aparência de uma mudança para que os aliados conservadores do regime de Pretória consigam amenizar as sanções econômicas.

O tempo é crucial para De Klerk. Nos primeiros anos da década de 90 deve finalizar a renegociação da dívida externa comercial de 14 bilhões de dólares. O presidente espera que as iniciativas que

está implementando diminuam a atual predisposição dos bancos internacionais em escutar os *lobbies* anti-apartheid.

Na África do Sul espera-se que em curto prazo se produza a libertação de muitos prisioneiros políticos, a legalização de organizações políticas proscritas e que se levante parcialmente o estado de sítio no decorrer deste ano.

Isso vai permitir que De Klerk desafie os dirigentes do CNA/MDM a sentar-se à mesa de negociações. O governo espera que a primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher, promova a iniciativa inspirada no acordo de Lancaster House, que conduziu à independência do Zimbábue e que obrigava o governo a garantir direitos ao setor privado e às minorias.

Frente a essa estratégia, as forças progressistas estão obrigadas a manter a unidade e utilizar a diplomacia para ganhar apoio para suas propostas. Dessa forma, poderão ampliar seu capital político e recusar as iniciativas que tentam colocar De Klerk na liderança dos entendimentos.

De acordo com o atual estado das coisas, o mais provável resultado é um empate. O governo não confia nas forças de oposição e tenta utilizá-las em seu favor, enquanto representa para a "platéia" internacional. A coalizão progressista, por sua vez, considera o governo ilegítimo porque assumiu o poder excluindo a maioria negra, que não pode votar. Por isso, a oposição considera que para estabelecer as bases de uma negociação séria, o regime de Pretória deve abrir mão do controle político do país. ●

Ao fechar esta edição, o presidente Frederick de Klerk tinha anunciado uma série de medidas destinadas a suavizar o regime do apartheid, entre elas a libertação do líder negro, Nelson Mandela, preso há 27 anos, a legalização do Congresso Nacional Africano (CNA), proscrito em 1960, e do Partido Comunista Sul-Africano, na clandestinidade há 40 anos.

No total, De Klerk anunciou o fim das restrições impostas às atividades de 33 organizações antiapartheid, incluindo a Frente Democrática Unida (FDU) - hoje denominada Movimento Democrático de Massa (MDM) - e o Congresso Pan-Africanista, considerado um dos mais radicais entre os grupos que lutam contra a segregação racial na África do Sul.

Outras importantes medidas também foram anunciadas no discurso de abertura dos trabalhos no Parlamento, na Cidade do Cabo, como a libertação de presos políticos, a atenuação da censura à imprensa, a suspensão dos enforcamentos, e o retorno dos exilados.

Mandela, no entanto, rejeitou a sua libertação enquanto continuar vigorando o estado de sítio e o CNA, reunido em Estocolmo para um congresso previamente marcado, insistiu na necessidade de continuar a luta armada até a eliminação de todas as leis de segregação racial no país.

Instrução primária ou reacionária?

Com o apoio da administração colonial, grupos conservadores tentam instalar na Namíbia um sistema educacional privado só para brancos

Enquanto o debate político na Namíbia, especialmente no âmbito da Organização do Povo do Sudoeste Africano (Swapo), se concentra em torno da nova Constituição do país, que guiará os destinos da nação, grupos de conservadores brancos procuram preservar o maior número possível de seus antigos privilégios. E a instrução pública é uma das áreas onde esse esforço vem ganhando impulso.

"Só para brancos" – À frente desse movimento, está o moderador da Igreja Reformada Holandesa na Namíbia, o reverendo Cobus de Klerk, que chefia um grupo de cinco igrejas de origem alemã e *afrikaaner*, destinadas apenas a brancos, cujo objetivo é dar continuidade ao sistema educacional do *apartheid* após a independência.

O grupo constituiu uma empresa privada, conhecida pelo nome de Associação Interdenominacional de Educação Cristã (AIEC), que administrará 16 escolas, nas quais somente os idiomas alemão e *afrikaaner* poderão ser utilizados nas aulas. O curso, naturalmente, é copiado do modelo neonazista empregado em todas as escolas públicas "só para brancos" da África do Sul. E as escolas da AIEC seriam instaladas em

prédios alugados ao governo.

O administrador colonial sul-africano na Namíbia, general Louis Pienaar, já aprovou o plano. Segundo De Klerk, seus advogados garantiram que o contrato terá de ser respeitado por qualquer futuro governo da Namíbia..

Afirma De Klerk que o objetivo da AIEC é fazer com que as crianças alemãs e *afrikaaners* recebam "ensino de base cristã e em sua língua materna". No entanto, em 1982, um levantamento dos idiomas empregados nas escolas da Namíbia, feito pela administração colonial, revelou que, em todo o sistema educacional da Namíbia, somente 24,1% de todas as aulas eram dadas em *afrikaaner* e apenas 3,7% em alemão.

Embora o levantamento não fizesse referência a qualquer estabelecimento de ensino administrado em língua inglesa, 89% dos que responderam a um questionário paralelo declararam preferir aulas em inglês, por uma questão de "progresso individual", juntamente com aulas em uma língua nacional. Mais de 50% afirmaram preferir o ensino exclusivamente em inglês.

A posição da Swapo – Um dos primeiros pronunciamentos da Swapo após a eleição da Assembléia Consti-

tuinte foi de que, na Namíbia independente, todo o ensino passaria a ser administrado em inglês.

Consequentemente, os partidários da Swapo e da independência dizem que a verdadeira intenção da nova empresa educacional é combater a opção pelo inglês e o sistema educacional igualitário e não-racista sugerido pela Swapo, além de criar escolas separadas somente para crianças brancas.

Um porta-voz da Swapo declarou: "Nada temos contra as escolas privadas, mas elas devem construir suas próprias instalações, e não utilizar recursos do Estado. Além disso, devem adotar a orientação geral do novo sistema de ensino nacional".

No regime colonialista do *apartheid*, o ensino primário atravessou um processo de deterioração. As escolas públicas destinadas a crianças negras eram poucas e mal atendidas, equipadas com professores mal treinados. A única alternativa para as crianças negras eram as escolas administradas por organizações religiosas e certas instituições cooperativas financiadas por agências de desenvolvimento, como a Oxfam. O ensino secundário e universitário era virtualmente vedado aos negros.

A Swapo propôs um sistema educacional inteiramente novo, que seria ao mesmo tempo compulsório e gratuito. O objetivo era proporcionar a instrução básica, especialmente alfabetização e aritmética, introduzir um ensino prático capaz de combater o efeito de longos anos de colonialismo, e oferecer cursos de treinamento profissional. As aulas nas escolas primárias poderiam ser dadas em uma "língua nacional" – inclusive *afrikaaner* e línguas africanas nativas. O ensino secundário seria em inglês, com aulas opcionais dadas em algum "idioma nacional".

Mas certos observadores locais vêem nesse movimento a primeira de uma série de táticas que vêm sendo adotadas pelos que relutam em aceitar o fim do colonialismo. "Com esta manobra, eles insinuam que o governo da futura Namíbia independente poderá ser intolerante em relação ao cristianismo, e que o inglês pode vir a se tornar a língua oficial do país, com a exclusão de todas as outras", diz um desses observadores. ●

As escolas de instituições religiosas (foto) eram a única opção para os negros



Uma vitória dos militares

A presidenta Corazón Aquino sobreviveu à última tentativa de golpe, mas os verdadeiros vencedores foram os próprios militares, cuja lealdade vem sendo cobrada a um preço cada vez mais alto

Walden Bello

A última tentativa de golpe nas Filipinas, no início de dezembro passado, fracassou. Além daquilo que um assessor da presidenta Corazón Aquino chamou de "desmoralização psicológica" criada entre as forças rebeldes pela intervenção dos caças a jato da força aérea dos Estados Unidos, uma importante razão da sobrevivência de Aquino foi a notável ausência de apoio popular dos amotinados. Apesar da corrupção generalizada e da persistência da pobreza, a maioria dos filipinos ainda prefere a trôpega democracia de Aquino a um outro regime totalitário – pelo menos, por enquanto.

Mas o fato da presidenta ter recorrido à intervenção norte-americana por ocasião da última revolta – a sexta em quatro anos – sugere que a sua fórmula de sobrevivência pode não ser mais eficaz no futuro. Essa fórmula tem consistido em cultivar a lealdade do grosso das forças armadas das Filipinas, a fim de manter afastada a ambiciosa minoria que deseja impor um regime militar direto.

Se Corazón Aquino enfrenta hoje um dilema, a culpa cabe, em grande parte, a ela própria. Na luta contra Ferdinando Marcos, foram as demonstrações de rua de centenas de milhares de pessoas que neutralizaram e eventualmente dividi-

ram as forças armadas. Mas a declaração da presidenta, nos primeiros dias do último golpe, de mais uma vez apelar para o "apoio popular", não teve o efeito que Corazón esperava. Ela mesma havia desmobilizado o apoio do povo assim que se instalou na presidência, quando preferiu confiar em seu poderoso secretário da Defesa, Fidel Ramos, no qual via o homem capaz de lhe garantir a fidelidade do exército.

Essa estratégia funcionou durante algum tempo, mas custava mais caro a cada nova tentativa de golpe. Nos primeiros dias de sua administração,

movimento rebelde.

O médico e o monstro – A última tentativa de golpe provavelmente reforçará esta tendência. Muitos observadores acreditam que os militares, como instituição, serão os verdadeiros vencedores. Essa instável e incômoda coexistência entre um Parlamento fraco e uma classe militar cada vez mais dominante vem imprimindo ao governo Aquino um caráter esquizofrênico – de "médico e de monstro" –, segundo John Cavanaugh, especialista em assuntos filipinos do Instituto de Estudos Políticos de Washington. Para ele, os últimos acontecimentos indicam que "o monstro vai assumir agora o controle absoluto (do governo)".

Não somente Aquino, mas também os Estados Unidos estão diante de um dilema em relação aos militares nas Filipinas. Um dilema que bem pode ser representado pela imagem de jatos F-4 ameaçando um exército amotinado,

equipado com armas obtidas através da ajuda militar norte-americana, de 100 milhões de dólares por ano. Para Washington, os 250 mil homens das forças armadas das Filipinas são cruciais para a vitória contra o Novo Exército Popular, braço armado do Partido Comunista. Mas, ao ser expulso do país, Marcos deixara para trás uma instituição militar fortemente politizada e notoriamente abusiva e corrupta.

Nos últimos quatro anos, a política



Tropas leais a Corazón desfilam pela capital após sufocar a rebelião militar

Aquino arquivou a idéia de processar oficiais por abusos contra os direitos humanos cometidos durante o regime de Marcos. E, após a tentativa de golpe de agosto de 1987, ela aboliu praticamente toda e qualquer intervenção civil na campanha dos militares contra a guerrilha de esquerda. Essa campanha vinha sendo duramente criticada por sua sistemática violação dos direitos humanos, incluindo a sumária execução de suspeitos de pertencer ao

do Pentágono tem sido "profissionalizar" as forças armadas das Filipinas, despolitizando-as e forçando-as a reconhecer a supremacia do poder civil. Hoje, as autoridades do Pentágono reconhecem que essa política fracassou.

Filho indesejado – O maior obstáculo à estratégia de Washington tem sido o "Movimento de Reforma das Forças Armadas" (RAM), uma obscura confraria militar que esteve por trás da última tentativa de golpe. Liderada por um foragido, o coronel Gregorio Honasan, apelidado "O gringo", e por outros formandos de 1971 da Academia Militar das Filipinas, o RAM goza de popularidade entre os 14 mil oficiais das forças armadas.

De certa forma, o RAM é um filho indesejado do ditador Ferdinando Marcos. O homem forte das Filipinas aumentou as forças armadas para garantir o seu poder pessoal mas, no decorrer desse processo, os militares adquiriram um sentido mais amplo de seus interesses institucionais. O RAM esteve à frente da revolta que derrubou o ditador em fevereiro de 1986, mas, em vez de levar ao poder uma junta militar, os acontecimentos posteriores colocaram uma mulher no governo.

A tentativa de golpe de dezembro passado pode ser vista como o último esforço do RAM para dar aos dramáti-



Honasan (centro), quando apoiava o governo

cos eventos de fevereiro de 1986 o desfecho desejado pelos militares: a instalação dos oficiais das forças armadas no poder, como elite dirigente.

A ideologia do RAM é uma combinação de elementos autoritários e populistas. Lado a lado com um forte anti-comunismo, há o desdém pela capacidade dos políticos civis, tidos como fracos, corruptos e a serviço dos interesses da oligarquia. Um ex-oficial do RAM, Rodolfo Aguinaldo, que hoje é governador de uma província ao norte das Filipinas, saiu-se recentemente com uma nova e interessante versão da ideologia

do movimento. "Durante 15 anos – disse ele a um repórter – lutei contra o inimigo errado (o Partido Comunista das Filipinas). Hoje, sei que os verdadeiros inimigos são os políticos corruptos".

Em vista dos escândalos financeiros em que esteve envolvida a administração Aquino, com favores ilegais estendidos a parentes da própria presidenta, não admira que os argumentos do RAM encontrem eco em amplos setores das tropas. De fato, Honasan conseguiu convencer pelo menos duas companhias dos fuzileiros das Filipinas, supostamente

os soldados mais profissionais de todas as forças armadas, a liderar o último golpe – os mesmos soldados que, em agosto de 1987, haviam frustrado outra tentativa golpista de Honasan.

Mas ainda que um golpe venha a triunfar no futuro, será difícil para um regime militar ou dominado por eles conseguir uma situação de estabilidade – e isso não somente em virtude do estigma de ilegalidade que os perseguiria. As forças armadas das Filipinas são um vulcão de facções em conflito. Os generais que hoje ocupam posições chave de comando não confiam no RAM, o qual tem seus principais seguidores entre coronéis e oficiais menos graduados, em postos de comando de campo. Além disso, a maioria dos mais destacados membros do RAM são formandos da Academia Militar – um grupo fechado, notoriamente cioso de suas prerrogativas.

Por mais bem-sucedido que fosse, um novo golpe dificilmente teria como resultado a inteira lealdade das forças armadas a uma junta militar dominada pelo RAM. O mais provável seria que a tomada do poder pelos militares abrisse as portas a novos golpes, à medida em que as facções rivais daquele que a publicação inglesa *Economist* qualifica de "o pior exército do mundo" resolvam acertar suas contas internas em pleno cenário político.

A decisão da presidenta de decretar o estado de emergência provocou protestos



Economia em perigo

Corrupção, evasão de impostos, transferência ilegal de divisas são alguns dos delitos praticados contra a enfraquecida economia filipina

Juan V. Sarmiento, Jr.

O governo das Filipinas perde anualmente cerca de 300 bilhões de pesos, ou o equivalente a 14 bilhões de dólares, em decorrência de crimes contra a economia, como evasão de impostos, transferência ilegal de dólares, exploração ilegal de recursos naturais e corrupção. Trata-se de uma quantia que supera o orçamento nacional proposto para 1990 e equivale a cerca de metade da dívida externa do país, de 28 bilhões de dólares.

Somente com a exploração ilegal dos recursos naturais do país, como no caso da derrubada clandestina de árvores e da pesca ilegal, o governo perde cerca de dois bilhões de dólares por ano.

Segundo o órgão de Informações e Pesquisas Econômicas (EIIB), o governo vem sofrendo perdas de cerca de 600 milhões de dólares com a transferência ilegal de divisas, 900 milhões de dólares com a evasão de impostos e outros 600 milhões de dólares com o contrabando. Por sua vez, a corrupção custa ao governo cerca de 9 bilhões de dólares anualmente, segundo declarações da secretária da Imigração, Miriam Defensor-Santiago.

A transferência ilegal de divisas nas Filipinas é feita através do subfaturamento das exportações, evasão física de divisas para países estrangeiros e desvio de empréstimos externos para outros países.

James K. Boyce, professor de economia da Universidade de Massachusetts, calcula que cerca de 60 centavos de cada dólar que as Filipinas tomaram emprestado de credores estrangeiros entre 1962 e 1968 saíram do país sob a forma de evasão de capital.

Crimes do "colarinho branco" – Esses delitos econômicos são tão graves

quanto a subversão da ordem política, diz o EIIB, uma vez que debilitam a economia oficial, destroem a confiança no sistema econômico do país e agravam as desigualdades sociais que dão origem ao movimento rebelde.

Segundo o EIIB, se esses crimes fossem reduzidos à metade, o Produto Nacional Bruto (PNB) das Filipinas, que representa o total de bens e serviços produzidos pelo país em um ano, poderia aumentar em cinco ou seis pontos percentuais. Infelizmente, porém, esses crimes contra a economia são perpetrados não só por grandes firmas, mas também por membros do governo.

A secretária da Imigração, que já foi comissária do Departamento de Investigações Criminais, disse, por exemplo, que funcionários da polícia embolsaram 90 milhões de dólares, que deveriam ter sido recolhidos ao Tesouro Nacional.

Cerca de 200 milhões de dólares, ou quase 30% do orçamento dedicado à infra-estrutura do país, são esbanjados anualmente através de pagamentos "fantasmas" e folhas de pagamento adulteradas, disse o senador Ernesto Maceda, vice-presidente da Comissão de Finanças do Senado.

Por outro lado, José U Ong, chefe do órgão da receita federal (BIR), declarou que mais da metade do que poderia ser arrecadado é perdido em virtude da negociação de "pacotes" entre funcionários corruptos do BIR e os grandes contribuintes, geralmente comerciantes e companhias industriais importantes.

Certos bancos também vêm cometendo crimes contra a economia. O deputado Hernando Pérez disse que 36 bancos credenciados pelo BIR e pelo Banco Central das Filipinas como "depositários e agentes de coleta de pagamentos de impostos" vêm desviando o dinheiro recolhido. Somente em 1984, disse Pérez, o governo perdeu aproximadamente 14 milhões de dólares em virtude dessas atividades. As perdas são



Corazón: enfrentando crimes econômicos

de pelo menos 100 milhões de dólares de 1975 até hoje.

Estelionato e jogo ilegal – A mentalidade de "enriquecer depressa", comum a muitos filipinos, vem provocando a proliferação de estelionatos no país. Cerca de dois milhões de filipinos, em 25 províncias, alegam ter perdido um total de 90 milhões de dólares, nos últimos oito meses, com planos que prometem lucros mirabolantes. A maioria das vítimas desses planos eram pequenos lavradores, pescadores e funcionários públicos mal remunerados.

Outra atividade ilegal que promete erradicar rapidamente a pobreza é o jogo. Os locais onde se pratica o *iueteng* e outras formas de jogo ilegal têm-se multiplicado em quase todo o país. Calcula-se que as quantias arrecadadas diariamente pelo jogo clandestino totalizem de 1,3 a 2,4 milhões de dólares ou, pelo menos, 500 milhões de dólares por ano.

No entanto, certas atividades econômicas que são evidentemente prejudiciais aos pobres têm sido institucionalizadas e não são consideradas criminosas. Entre estas, encontra-se o sistema de taxação regressiva, mediante o qual os filipinos pobres pagam mais impostos, em relação à sua renda total, do que os ricos. Segundo o Banco Mundial, enquanto uma família pobre paga 27% de sua renda sob a forma de impostos, as famílias de renda superior pagam só 18%.

Enquanto isto, a Comissão de Auditoria (COA) declarou que a prática do Departamento da Fazenda de alocar automaticamente grandes fatias do orçamento nacional para amortização da dívida também é ilegal. Mas isto não é considerado crime. ●

O paraíso sem direitos humanos



Nepal: sob a paisagem bucólica, se ocultariam violações dos direitos humanos

A repressão à oposição política agride a harmonia que deveria reinar no paraíso do Himalaia

Tan Jo Hann

O Nepal é um reino de religião hinduísta localizado nas montanhas do Himalaia, no lugar onde, segundo a lenda, se acharia o *Shangri-lá* ("paraíso terrestre"). Mas, longe de um oásis mítico, o Nepal é hoje uma nação muito pobre, onde sistematicamente os direitos humanos são violados, motivo pelo qual o governo é comparado com frequência ao da ditadura de Ferdinando Marcos, nas Filipinas.

Mais de 300 presos políticos estão nas prisões nepalesas. Dois terços deles foram detidos em 1961, sob a Lei de Segurança Pública, chamada no país de "Lei Negra" (*Kalo Kanoon*). A maioria dos nepaleses (90%) pratica a religião hindu, o que se reflete no caráter teocrático da monarquia do rei Birendra. O

monarca foi tão longe que chegou a aprovar leis que contrariam as garantias aos direitos humanos incorporadas à Constituição nepalesa de 1962.

A própria Constituição é contraditória. Seu artigo 11 (inciso 2), por exemplo, consagra o direito à livre expressão, à reunião e à organização de sindicatos e associações. Porém, uma emenda diz que "...fica proibido estimular ou criar qualquer tipo de partido político, ou outra forma de organização, associação ou união motivada por fins políticos".

Ditadura absolutista - Ao longo da história, a monarquia nepalesa sempre tentou garantir a perpetuação de seus poderes absolutos. O rei Mahendra, pai do atual monarca, fracassou na tentativa de consolidar seu poder, em fins dos anos 50, ante a unidade de uma frente política. Uma aliança de todos os partidos o obrigou a convocar eleições para

eleger um Parlamento nacional, em 1959 (ou seja, o governo foi exercido pelo Congresso, como nos regimes parlamentaristas).

Um ano depois, o rei decretou o estado de emergência, dissolveu o governo parlamentarista e proibiu o funcionamento dos partidos políticos. Muitas leis repressivas foram sancionadas durante esse período, entre as quais se destacam a Lei de Segurança Pública, de 1961, a Lei de Traição ao Estado (também de 61) e a Lei de Controle de Associações e Organizações (de 1963).

Lomani Jaishi, integrante da União Nacional de Professores do Nepal e membro de uma organização de defesa dos direitos humanos, denunciou a utilização arbitrária da Lei de Segurança Pública, durante a década de 70, para silenciar a oposição, combater as facções rivais dentro do próprio governo e, especialmente, para acabar com os grupos de esquerda que pretendiam mudanças radicais dentro do país.

A lei permite prender todo aquele que tenha violado a "paz e a tranquilidade do Nepal", ou as "relações harmônicas entre indivíduos de diferentes classes ou regiões dentro do país, ou entre o Nepal e outros Estados". Qualquer pessoa que seja processada pelas disposições dessa lei pode ser condenada a um máximo de nove meses de cadeia, pena renovável só uma vez. Na prática, no entanto, os presos políticos que foram detidos com base nessa ata já passaram anos na prisão. Acusado de ser o líder do Partido Comunista do Nepal-Marxista Leninista (PCN-M-L), Raddha Krishna Mainali esteve 17 anos preso antes de ser libertado em 1987.

A Lei de Traição prevê, como tempo mínimo, dois anos de prisão e, como máximo, a cadeia perpétua ou a pena de morte, aos que atentem contra o Estado ou contra a família real. Um delegado regional designado pelo rei atua como fiscal e juiz. Logicamente, a maioria das decisões é a favor do governo. Os acusados podem apelar ante a Corte Suprema, mas as autoridades manipulam os altos custos do processo, de forma que na prática essa instância é inacessível para a maioria dos processados.

Sem partidos, nem sindicatos - Um

sistema sem partidos, denominado *Panchayat*, foi imposto depois do referendo realizado em 1980, que reforçou as estritas disposições da Lei de Controle de Organizações e Associações de 1963. Essa lei foi utilizada para reprimir grupos como a União Nacional de Estudantes Livres do Nepal (UNELN), a Frente Popular, o PCN-M-L e a Frente Socialista Democrática.

A repressão no Nepal foi implementada de forma parecida ao que sucedeu em outros países do sudeste asiático, como Malásia e Cingapura, onde se sancionaram leis repressivas para suprimir e silenciar a oposição política. María Socorro Diokno, secretária-geral do Conselho Regional de Proteção aos Direitos Humanos, declarou que os presos políticos sofrem torturas e são mantidos na prisão por tempo indefinido. Os ativistas de grupos de defesa dos direitos humanos denunciaram que muitos prisioneiros são assassinados durante as transferências de um centro de detenção a outro.

Apesar desse contexto adverso, no Nepal ocorreram grandes manifestações de protesto contra a repressão. Um movimento denominado "Nepal Bund" organizou uma jornada de resistência à repressão, que consistiu no fechamento do comércio, numa greve de transportes e na paralisação de todos os serviços públicos, inclusive das escolas. Numa dessas ocasiões, esse movimento quase chegou a parar todo o país.

A falta de uma resposta generalizada da população nepalesa ao problema da violação dos direitos humanos é atribuída à ignorância e ao medo que imperam no país. Com uma taxa de alfabetizados de só 20%, a maior parte da população é presa fácil da intimidação.

Os atos de solidariedade com a oposição nepalesa que aconteceram em diferentes países tiveram pouca repercussão dentro do reino. Os grupos de defesa dos direitos humanos que se formaram dentro do Nepal, como o Fórum para a Proteção dos Direitos Humanos, atuam na ilegalidade. Ainda assim, em seus cinco anos de vida, desde 1984, o Fórum conseguiu organizar-se em todo o país e mobilizar jornalistas, advogados, estudantes e acadêmicos para promover as liberdades individuais. •

Sem saída

Usando como justificativa a decisão do Nepal de comprar armas da China, a Índia impôs ao reino do Himalaia um bloqueio que lhe impede de comercializar com o exterior

Jean-Marion Aitken

Quando a Índia anunciou, em março de 1989, que imporá ao Nepal um bloqueio comercial, os habitantes do reino do Himalaia ficaram consternados, porque seu país não tem nenhuma saída ao mar e faz limite ao sul, leste e oeste com a Índia. Como sobreviveria o pequeno país, que tem uma produção industrial mínima, sem as mercadorias importadas da Índia? A única fronteira terrestre restante é com a China, ao norte. Mas, como ali se encontram as cadeias montanhosas do Himalaia, é difícil pensar em transportar através do território chinês as verduras, os medicamentos e os produtos manufaturados - incluindo o combustível - que o Nepal consome e que, habitualmente, provêm da Índia.

A decisão do governo indiano - tomada, segundo seus próprios porta-vozes, em represália à compra de armas chinesas por parte da monarquia do Nepal - deixou as agências de ajuda à beira do pânico. Imediatamente, começaram a traçar planos de emergência e uma lista de prioridades, para a utilização racional dos víveres e para garantir o melhor uso das reservas.

A falta de infra-estrutura e de comunicações eficientes no Nepal obriga a maioria dos organismos de ajuda que trabalham no país a depender de seus próprios veículos para transportar pessoas, materiais e inclusive correspondência dentro do reino. O Nepal carece também de uma indústria apropriada e depende do apoio técnico da Índia para produzir seus produtos industrializados.

As atividades estão parando - Poucos dias depois de decretado o bloqueio, o trabalho de manutenção da estrada entre Dhgaran e Dhankuta ficou parado.

Não havia combustível para buscar os operários nas localidades onde vivem e transportá-los a seus pontos de trabalho, ao longo dos 52 quilômetros de obras.

A estrada foi construída com dinheiro doado pela Inglaterra e concluída há cinco anos, mas foi muito danificada por um terremoto seguido de muita chuva, em agosto de 1988. Trata-se de uma das poucas vias de acesso às montanhas não muito altas e representa uma alternativa aos caminhos tradicionais usados para abastecer a população local, pelos quais só se pode transitar a pé.

A falta de combustível também obrigou a paralisar o trabalho do Programa da Região Oriental para o Abastecimento de Água, também financiado pelos ingleses. O bloqueio interrompeu ainda o atendimento médico e os programas de ajuda sanitária que dependem de materiais importados. O projeto denominado Britain-Nepal Medical Trust, de controle da tuberculose e da lepra na região oriental, só tem medicamentos para mais três meses.

Os transportes também foram afetados. O racionamento do petróleo e o mercado negro da gasolina só permitem dar continuidade aos programas de

Rei Birendra: decidido a não ceder

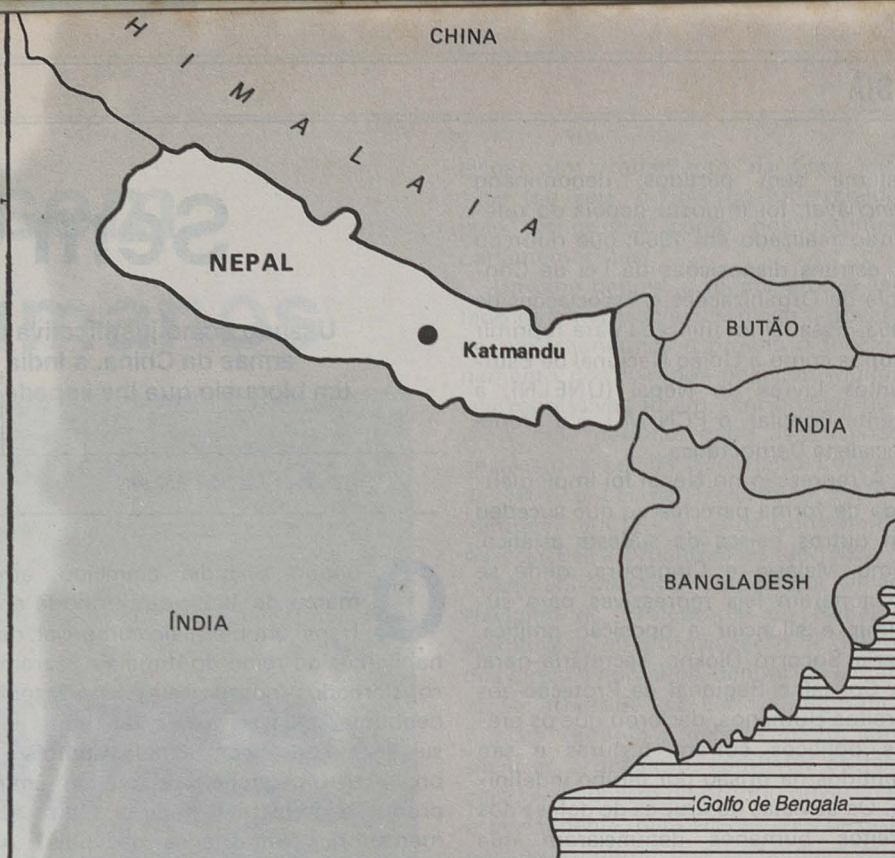


A origem do conflito

Quando o Nepal decidiu em 1988 comprar armas da China, país com o qual a Índia mantém uma antiga rivalidade, não calculou as consequências que teria esse ato. A medida serviu de justificativa para que Nova Déli decidisse não renovar o acordo comercial e o tratado sobre transportes assinado pelo Nepal e pela Índia, impondo ao reino do Himalaia um rígido bloqueio comercial.

Essa foi a resposta dada pelo governo indiano ao que considerou uma "violação" ao espírito do tratado de amizade firmado há 39 anos.

A monarquia nepalesa parece decidida a não ceder às pressões de seu gigantesco vizinho, mas as dificuldades que encontrará serão enormes.



emergência.

Os projetos de desenvolvimento também foram prejudicados. Um programa de créditos para as mulheres que quisessem desenvolver seus próprios negócios nas aldeias – uma iniciativa dos bancos do Nepal, chamado Programa Bancário Intensivo – sofreu, por sua vez, severas restrições. No leste do país, em Sankhuwa Sabha, vários outros projetos populares para a mulher foram adiados. Um deles consistia num cronograma para a compra de grãos, moagem para a fabricação de farinha e venda posterior, mas teve que ser suspenso por falta de querosene para colocar em funcionamento os moinhos. Outro, para comercializar bijuterias, em pequenos mercados, parou porque não se podem importar pulseiras.

As mulheres que tinham começado, justamente agora, a percorrer um caminho que poderia ajudá-las a superar a pobreza e a dependência dos homens, terão que esperar o fim da crise.

Racionamento – Apesar de tudo, o Nepal não parou. O racionamento está em vigor em muitas regiões e as instituições de ajuda recebem provisões em quotas. Ao longo da fronteira começou a florescer um crescente mercado ne-

gro, difícil de controlar.

A maior demanda é de combustível, especialmente nas cidades. A população precisa não só de gasolina para o consumo de ônibus e táxis, mas fundamentalmente de querosene para cozinhar. Os que tinham condições compraram aquecedores elétricos e panelas de pressão para economizar tempo no cozimento dos alimentos. Mas a maioria das donas-de-casa no Nepal continua cozinhando com querosene, e a alimentação mais comum nas famílias do reino é à base de arroz e lentilhas, alimentos que devem ser cozidos lentamente.

Fazer fila para conseguir uma escassa ração de querosene leva muitas horas. As famílias mais pobres voltaram a cozinhar com lenha, fato que repercutirá sobre os já devastados bosques nepaleses.

Ironia do destino – Um dado curioso é que o bloqueio teve pouca incidência sobre as famílias de montanheseiros mais pobres. Para 95% desses nepaleses, a vida não mudou muito. Eles são demasiado pobres para comprar os produtos do exterior. E, por isso, o embargo não aumentou suas privações. O isolamento ao qual estão submetidos lhes impôs

um estilo de vida muito simples e um alto grau de auto-suficiência.

A ausência de produtos importados pouco significa nos lugares onde as pessoas devem caminhar vários dias até chegar à estrada mais próxima. Os únicos produtos importados que necessitam é o sal (um artigo do qual existem suficientes reservas em depósito, segundo declarações de agências governamentais) e de querosene.

O querosene é utilizado também como combustível para acender pequenos lampiões, que são a única fonte de iluminação em muitas regiões. Quando o querosene desapareceu do mercado, nos primeiros meses do bloqueio, as pessoas começaram a usar velas, a fazer fogueiras e a ir dormir mais cedo.

De forma paradoxal, o isolamento que está na raiz da pobreza dessa gente e que se confirmou como um obstáculo para muitas tentativas de desenvolvimento feitas no passado, aparece agora como uma defesa efetiva contra os novos problemas. Em vários aspectos, o isolamento em que vive a maioria da população do Nepal a torna menos vulnerável frente ao bloqueio do que o seriam outros povos mais dependentes de artigos importados para satisfazer suas necessidades básicas.

A força da unidade

Doze países asiáticos e do Pacífico, partindo de uma proposta da Austrália, analisam a possibilidade de incrementar o intercâmbio comercial e a formação de um novo bloco econômico.

Horácio Millán

Seguindo os ventos da integração econômica que estão soprando nas principais regiões do mundo desenvolvido, a Austrália conseguiu sensibilizar seus vizinhos asiáticos para a necessidade de começar a discutir em conjunto o futuro do Pacífico sul. Esta proposta também interessa ao Japão, cuja poderosa economia se torna cada vez mais hegemônica em toda a área. O governo japonês vinha sugerindo a rea-

lização de um foro desse tipo desde o início dos anos 80, apoiado pelos Estados Unidos, que também se consideram um país do Pacífico. Porém, coube ao primeiro-ministro australiano Bob Hawke o mérito de concretizar esta iniciativa, aproveitando-se de condições favoráveis.

Desde a incorporação da Grã-Bretanha à Comunidade Econômica Européia (CEE), em 1973, a Austrália se viu forçada a alterar seu comércio tradicional, devido ao afrouxamento dos vínculos da Inglaterra com a Comunidade Britânica (Commonwealth). Entre outras

medidas, o governo australiano tratou, nos últimos anos, de melhorar suas relações com seus vizinhos asiáticos, levando em conta, sobretudo, que a Ásia oriental é a região que tem o mais rápido crescimento econômico do mundo.

Porém, esta aproximação não foi fácil, pois a Austrália quase não tinha antecedentes neste campo. Tradicionalmente, os homens de negócios desse país preferem orientar seus vínculos para o Ocidente. Por outro lado, apesar de sua estabilidade política, a Austrália não é um país ideal para atrair investidores asiáticos, mais interessados em mão-de-obra barata e lucros rápidos do que em negócios a longo prazo. O governo de Canberra (capital da Austrália) enfrenta problemas com os sindicatos e o crescimento econômico do país é considerado "lento" pelos "tigres" asiáticos.

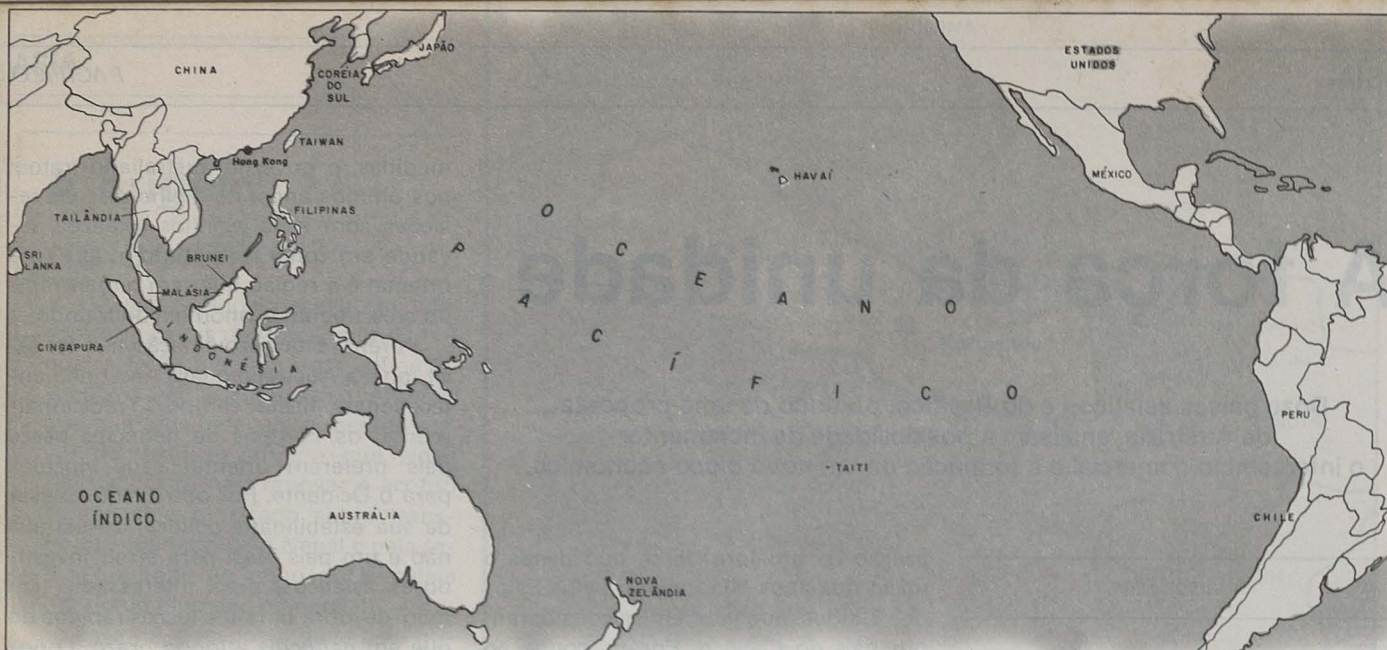
Apesar de todas essas dificuldades, o primeiro-ministro Hawke conseguiu, usando de muita diplomacia e após várias visitas às capitais asiáticas, organizar a primeira reunião ministerial, com o intuito de criar um clube "sem amarras", similar à Organização de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), com sede em Paris.

Com esse objetivo, os ministros das Relações Exteriores e de Comércio de 11 países da região se reuniram em Canberra, no final de 1989, e concordaram em realizar encontros periódicos. Nessas reuniões, analisaram como incrementar o intercâmbio comercial, reduzir as barreiras alfandegárias e a formação de um novo bloco econômico, que já foi chamada pela mídia de "Cinturão do Pacífico".

O tempo urge - Presentes à reunião estavam representantes do Japão, Coreia do Sul, Estados Unidos e Canadá (estes dois últimos não se situam no Pacífico sul, mas têm uma ampla costa banhada por este oceano), Austrália (o primeiro país desenvolvido do hemisfério sul), a Nova Zelândia e os membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean): Cingapura, Indonésia, Malásia, Tailândia, Filipinas e Brunei. Nenhum dos países latino-americanos do Pacífico participou do encontro, mas o Chile foi citado como um dos futuros

Os países do Pacífico estudam a formação de um novo bloco econômico





membros do bloco econômico.

Os doze chanceleres concordaram em analisar profundamente pelo menos dois dos projetos conjuntos o mais breve possível. O primeiro estabelece uma revisão das informações sobre o comércio e os fluxos de capital da região, e o segundo é um estudo sobre como identificar as oportunidades comerciais, de investimentos e transferência de tecnologia.

Os ministros também estiveram de acordo com a necessidade de estudar pontos como a infra-estrutura, as telecomunicações, o transporte aéreo e marítimo, a energia, os recursos naturais e a promoção do comércio.

A próxima reunião dos 12 vai ser realizada em Cingapura, ainda este ano, e será seguida de outra, na Coreia do Sul, em 1991. No encontro de Canberra, os ministros evitaram se pronunciar a respeito de futuras adesões ao grupo, especialmente quanto à eventual participação da China, Formosa (Taiwan) e Hong Kong. Entretanto, deixaram claro que a integração desses países é um desejo de todos.

Mecanismos de coordenação – A idéia de criar um foro para a Ásia e o Pacífico foi discutida inicialmente pelo primeiro-ministro Bob Hawke, em sua visita a Seul, em fevereiro de 1989. Nessa oportunidade, Hawke afirmou que a intenção de seu país não era criar um novo bloco comercial nos moldes do Mercado Comum Europeu, mas estabelecer uma “coordenação” entre os países

asiáticos desenvolvidos, que seja capaz de se contrapor ao protecionismo nos foros multilaterais de negociação, como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

Os membros da Asean reagiram, em princípio, de forma cautelosa diante da proposta. Sustentaram que a idéia de um foro não devia competir ou tentar suplantar os esforços que a própria Asean havia feito para alcançar seu atual nível de desenvolvimento institucional, que inclui um sistema de consultas à Austrália, Canadá, Estados Unidos, à CEE, Japão e à Nova Zelândia.

Por outro lado, a proposta visa algo mais: no momento em que submete ao reexame sua aliança, uma maior coo-

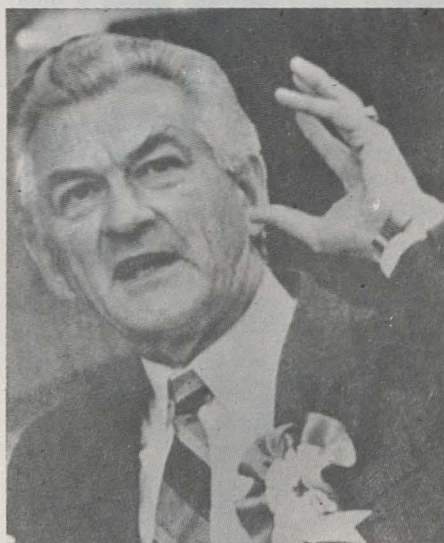
peração regional pode ser importante para reforçar os laços entre seus membros. As tentativas de integração econômica feitas por esta associação não obtiveram maiores êxitos devido ao medo da Malásia e Indonésia de exporem suas fracas economias e serem dominadas pelos países mais ricos da região.

No entanto, a Asean e os novos países industrializados – Hong Kong, Coreia do Sul e Formosa – comercializam mais entre si do que com seus clientes tradicionais do Ocidente. Em 1988, segundo o GATT, o comércio de mercadorias na região aumentou 33% em relação a 1987 e transformou o Pacífico asiático na área de maior crescimento comercial do mundo (o comércio da região foi responsável por 9% do valor total do comércio mundial de mercadorias em 1988). Esse aumento foi consequência, em grande parte, dos investimentos feitos pelo Japão e, cada vez mais, pela Coreia do Sul e Formosa no sudeste asiático.

Este potencial econômico pode ser aproveitado e direcionado de modo a trazer mais benefícios ao foro do Pacífico, que está tomando forma.

Por outro lado, a exclusão momentânea da China, Formosa e Hong Kong do foro faz com que a Asean continue sendo a principal força asiática do grupo (embora alguns analistas assegurem que a exclusão de Formosa e Hong Kong possa diminuir a credibilidade e o poder do bloco durante as negociações com o GATT).

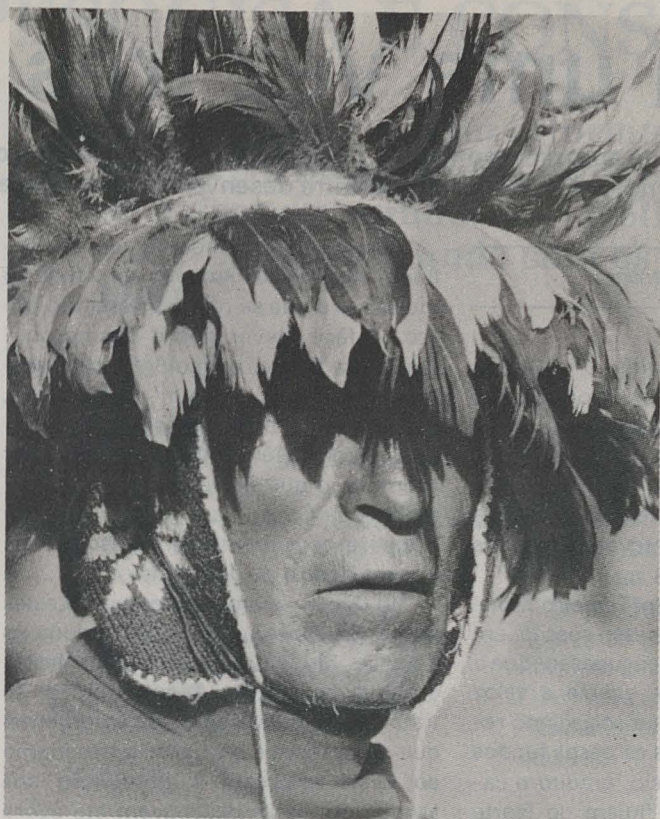
Hawk: a iniciativa foi da Austrália



As plantas sagradas

O peruano Yvo Pérez Barreto, utilizando um pouco do conhecimento sobre a identidade latino-americana, realiza três filmes sobre a medicina popular para a televisão francesa e escreve um livro sobre o assunto "Sarita entre los brujos"

Nereida Daudt



Na cultura indígena, é marcante a ciência das plantas

Uma história de amor que atravessa o mundo dos curandeiros é o tema do livro "Sarita entre los brujos", do peruano Yvo Pérez Barreto. Em diferentes períodos, Barreto morou em comunidades indígenas da costa e da Amazônia peruana. Além disso, suas peregrinações por toda a América Latina possibilitaram a presença no livro de impressionantes revelações sobre o uso de alucinógenos e as práticas de bruxos e curandeiros latino-americanos.

Apesar dos personagens principais viverem uma "história de amor" fala o escritor, "ela não tem nada de banal, Antonio e Sarita, se conhecem entre mistérios e ultrapassam as concepções racionais". Toda a relação amorosa acontece junto com o aprendizado insólito das plantas alucinógenas. E embora o tema, de certa forma, já tenha sido explorado por Carlos Castañeda, em Barreto "as plantas sagradas" aparecem com a mesma magia, mas envoltas numa atmosfera de ficção, onde a latinidade se faz presente, página a página, pelos povoados do interior, comidas típicas, pessoas e pensamentos peruanos.

As "plantas sagradas" encontradas nas farmácias indígenas, nos mercados

populares que se esparramam pelas calçadas andinas, pertencem à história e à antropologia das culturas pré-colombianas. "Ao se conhecer a cosmovisão dos índios", diz Barreto, "fica fácil entender suas estruturas de poder". O escritor fala que, "os incas, por exemplo, conseguiram sua expansão territorial, da Colômbia ao norte da Argentina, porque os povos que moravam naquelas regiões tinham os mesmos princípios religiosos, utilizavam as mesmas ervas".

De acordo com o escritor, "censurar e ignorar o uso dessas plantas é uma história que até agora nunca funcionou". Ele observa que o *peiete* ou San Pedro, como também é chamado, segundo Sarita, "por tener la llave del cielo" – uma espécie de cactus – e o *ayahuasca*, similar ao santo daime brasileiro, – uma espécie de cipó – não são drogas. "Se fossem", sublinha, "os traficantes já teriam colocado suas mãos nesses vegetais". E, ao contrário das drogas, para utilizar essas plantas é necessária toda uma preparação, dieta

sem carne, abstinência sexual e de bebida alcoólica, corpo e cabeça bem equilibrados.

Barreto fala que o mesmo aconteceu com a cocaína, utilizada pelos índios em pequenas quantidades, "homeopaticamente", e que, descoberta pelos espanhóis teve seu uso deturpado. "Os espanhóis", conta, "na intenção de fazer os indígenas aumentarem sua capacidade de trabalho, ampliaram o uso, causando excessos e dizimando tribos inteiras".

"A medicina antiga como o mundo" é o título geral de uma série de três filmes feitos por

Barreto para a televisão francesa. Neles aparece a chamada medicina popular, através de cenas filmadas no México, no Peru e no Brasil. Ao filmar a macumba e candomblé, o escritor mostra como "não se trata apenas de medicação por plantas, mas também de uma espécie de desintoxicação psicológica", do mesmo modo como no Oriente se pratica a yoga e a meditação.

No curta mexicano "O curandeiro", enquanto aparecem imagens aéreas da cidade do México, Barreto narra que, no século XVI, Hernán Cortéz, ao descobrir os astecas, escreve ao rei da Espanha: "Não é necessário que nos enviem medicamentos europeus. Aqui, os aborígenes são mais eficientes".

Para finalizar, o poeta, escritor e cineasta peruano, nascido em 1948, na cidade de Lima, diz que levou quinze anos pesquisando as plantas, ervas e raízes americanas. E, sorrindo afirma: "do índio podes tomar tudo, menos seu mundo religioso. Nesse campo, ele sempre preferiu morrer a ter que mudar".

Era uma vez três mundos

O rápido processo de aproximação entre o Leste e o Oeste faz com que os aparatos bélicos percam o sentido e leva a uma nova divisão do mundo entre desenvolvido e subdesenvolvido; entre o Norte e o Sul

Pablo Piacentini

Não há quem duvide. O idílio que vivem os inimigos de ontem – as potências capitalistas e os países europeus socialistas – produzirá transformações substanciais na ordem planetária, surgida da Segunda Guerra Mundial, e que se manteve até meados de 1989.

Do ponto de vista do Terceiro Mundo, esse grandioso processo suscita, em primeiro lugar, uma preocupação: que a irresistível atração que exerce a veloz e tumultuada reforma do socialismo resulte na diminuição dos escassos fundos de cooperação, comércio, crédito e capitais que lentamente fluíam do Norte para o Sul. Em outras palavras: que a Europa Oriental se converta numa espécie de ímã que, em detrimento dos países do Terceiro Mundo, absorva o grosso das iniciativas políticas e da capacidade econômica das nações capitalistas desenvolvidas e, em proporção inversa, isole e prive de recursos os países subdesenvolvidos.

Na realidade, ninguém pode fazer hoje uma previsão sobre o grau em que o "romance" Leste-Oeste afetará as relações políticas e econômicas entre o Norte e o Sul. Mais ainda: a história ensina que fazer previsões sobre o futuro é o modo mais seguro de se equivocar.

Mas existem situações onde não há outro remédio e o jeito é fazer previsões e avaliações como única fórmula para encaminhar a própria ação política.

O que está ocorrendo é uma aceleração inusitada da história, no outrora sólido bloco socialista europeu e, por extensão, no conjunto das relações mundiais. As mudanças levam rapidamente à modificação dos regimes na área, mas ainda não está claro quais as forças hegemônicas, nem que tipo de modelo econômico e político adotará o socialismo atual.

Outro aspecto fundamental, que influirá no reordenamento em todo o mundo, é o que se refere ao aparato bélico. É fácil prever que o desmoronamento da fronteira ideológica na Europa atuará como um fator de distensão, que freará a corrida armamentista. Porém, ir mais além implicaria saber, por exemplo, o que ficará do Pacto de Varsóvia e da Otan, e qual será o nível de tropas e armamento remanescente na Europa dentro de dois anos.

No que se refere à cooperação Leste-Oeste e à repercussão sobre a ajuda ao Terceiro Mundo, teriam que ser destacadas duas etapas. A curto prazo, se trata de saber se a ajuda de emergência que as potências capitalistas destinarão ao Leste implicará a diminuição dos fundos que estas destinavam até agora para o Terceiro Mundo.

Passado o momento de crise que agora enfrentam as economias da Polônia e da Alemanha Oriental e se acentua durante o inverno no hemisfério norte, se entrará numa etapa onde a ajuda será necessariamente maior. Uma vez definidos os novos regimes e deli-

neados os modelos econômicos, a cooperação girará em torno do funcionamento e da estabilização das novas economias. E, na medida do possível, se buscará torná-las homogêneas e complementares com a área capitalista. Isso exigirá um vasto compromisso público e privado consistente em créditos, acordos comerciais e transferências de capitais.

Pode-se pensar que não deveria ser muito difícil precisar o que acontecerá a curto prazo com os fundos de cooperação. Mas, ao se iniciar este ano, nem sequer está claro como o compromisso dos países capitalistas industrializados com o Leste afetará o Terceiro Mundo no momento.

O Leste versus o Sul – O único elemento que parece certo é que a Itália (quarto lugar em termos de ajuda aos países necessitados) colocou as nações da Europa Oriental em sua lista de cooperação, sem aumentar os recursos destinados a esse fim. Em consequência, o que a Itália outorgar à Polônia, Hungria e Iugoslávia (que estão entre os



Gorbachev defende junto a Bush uma maior redução nos seus aparatos bélicos



A URSS está promovendo uma retirada unilateral de suas forças no Leste europeu

países prioritários para a cooperação) será tirado, no momento, dos fundos para o Terceiro Mundo. Não se sabe ainda, como propõe o próprio ministro das Relações Exteriores, se posteriormente o Parlamento da península aprovará fundos adicionais, de modo a que se recupere o nível de ajuda para o Sul.

Os países que dão as maiores contribuições, em relação ao seu Produto Nacional Bruto, são os escandinavos e a Holanda. Este ano, os fundos para o Terceiro Mundo serão mantidos e até aumentarão ligeiramente. Portanto, a ajuda que se outorgue aos governos do Leste europeu será dada com outros recursos.

Um indicador que parece dar razão aos pessimistas foi o acordo firmado em 5 de dezembro passado, entre a Comunidade Econômica Européia e os 68 países da África, Caribe e o Pacífico-ACP, assinantes do Pacto de Lomé.

O acordo se refere aos fundos de cooperação, que são renovados a cada cinco anos. Apesar das reivindicações dos países ACP para que os fundos fossem duplicados, a CEE só concedeu um aumento de 40%. Teoricamente, isto é um aumento. Mas os países ACP demonstraram, com números, que nos últimos cinco anos a inflação reduziu esses fundos, na realidade, a 20%. Se a inflação dos próximos cinco anos continuar no ritmo dos cinco anteriores, se terá outra queda de 20%. Além do mais, nos últimos cinco anos a população na área ACP cresceu 20%.

Esses dados serviram para provar o

argumento de que para manter a ajuda em termos reais, os fundos deveriam ser duplicados ou, em todo caso, aumentar mais de 40%.

Outro indicador que leva ao pessimismo é a recusa dos Estados Unidos em reajustar as cotas do Fundo Monetário Internacional-FMI, num nível acima de 33%. Washington rejeita terminantemente a proposta de outras potências capitalistas e do Terceiro Mundo em defesa da duplicação dos fundos.

Neste caso, o problema deve ser visto, por um lado, levando em conta as contribuições dos países que financiam o FMI (tendo como base o crescimento do Produto Nacional Bruto) e, por outro, em razão das novas funções que o órgão desempenha.

O último ponto envolve nada menos



Queda do Muro de Berlim: está ruindo a ordem planetária surgida com a guerra

que a assistência para a redução do endividamento do Terceiro Mundo, o que, obviamente, implicaria a injeção de enormes fundos adicionais. Nesse contexto, a posição dos Estados Unidos a favor de um aumento nominal de apenas 33% levaria a uma forte redução em termos reais, que pode deixar o Fundo sem recursos suficientes para cumprir a tarefa que o próprio governo norte-americano lhe incumbiu.

Metas ambiciosas – A incerteza sobre o futuro imediato dos recursos que os países ricos destinam à cooperação para o desenvolvimento obedece precisamente as tarefas em todo o mundo que a área capitalista industrializada assumiu, sob a liderança de Washington, que vão desde a solução do endividamento do Terceiro Mundo até a transição da Europa Oriental do socialismo ao capitalismo.

Tão ambiciosas metas (ver **terceiro mundo**, nº 127: "As promessas de Bush") exigirão a dotação de fundos gigantescos. Mas, na prática, os Estados Unidos parecem mais preocupados em reduzir o seu déficit fiscal, ou seja, fazer economia.

Já que as duas metas – as transformações em todo o planeta e a redução do déficit norte-americano – estão em aberta contradição, é preciso saber qual será a contribuição efetiva dos países da CEE e do Japão.

Em todo caso, teremos que esperar que se passem alguns meses antes de

vislumbrar um panorama mais nítido. Enquanto isso, como é óbvio, os governos do Terceiro Mundo multiplicam seus esforços para conseguir que os fundos de cooperação, até onde for possível, não diminuam.

A mais longo prazo, é necessário aguardar a definição dos blocos político-sociais que assumirão a hegemonia na Europa Oriental, assim como os modelos que surgirão. Isto é importante para determinar em que medida esses países podem aspirar a atrair correntes comerciais e de investimentos e em que grau isso prejudicaria o Sul.

Em 9 de dezembro passado, os chefes de Estado da CEE decidiram criar um banco de reconstrução e cooperação com o Leste, cujo capital inicial será de 10 bilhões de ECUs¹ (equivalentes a 11 bilhões de dólares). Estão dispostos também a fazer pactos comerciais e, de acordo com as mudanças no Leste, a promover créditos, investimentos e *joint ventures*.

Está sendo articulado um amplo dispositivo de ajuda aos países em fase de transição, que provavelmente irá crescendo de acordo com as mudanças que se verifiquem no Leste. Neste panorama de transformações aceleradas, os aparatos bélicos das grandes potências estão passando por uma readequação significativa.

Nesse sentido, a curto prazo, já se produziram substanciais reduções por parte de Moscou. Isto, junto com a *perestroika* na URSS e as mudanças políticas na Europa Oriental, fez com que os Estados Unidos tomassem a decisão de começar a reduzir os gastos militares.

Não nos referimos às forças pacifistas ou moderadas, mas às que impulsionaram a corrida armamentista nos últimos 40 anos: o Pentágono e os setores identificados com o presidente George Bush.

Foi ele quem estabeleceu, no dia 7 de dezembro passado, que neste ano fiscal os recursos para a área militar sejam aumentados em 2,1%. Se desse aumento nominal for descontada a inflação, se tem uma redução real de pouco mais de 2%.

Mas, os cortes significativos se produzirão a partir de 1991. Para se chegar a esta conclusão, basta observar as pro-



Hungria: abrindo a fronteira com a Áustria

postas do próprio Pentágono que, obviamente, faz todo possível para conseguir que os cortes sejam mínimos.

Trata-se de programas que estão sendo delineados e envolvem as verbas para o período 1991/94. De acordo com esses planos, se faria uma redução de 16% nas divisões do exército em serviço ativo (com uma diminuição de 135 mil soldados) e de 20% nos esquadrões de caça, além de se desativarem 11 navios. Em números redondos, isso representaria uma economia no orçamento, em 1991, de cerca de 10 a 15 bilhões de dólares e de 180 bilhões de dólares entre 1991 e 1994.

Estas reduções, que certamente poderiam ser maiores, dão aos Estados Unidos a chance de se livrarem da maior ameaça à sua estabilidade econômica: o déficit fiscal.

Solução para os dilemas econômicos? —

Se a superpotência utiliza os recursos economizados com o corte de sua verba militar para atenuar o déficit fiscal, uma consequência importante será a diminuição da pressão que faz subir as taxas de juros bancários. A liberação de recursos militares e a contenção do déficit fiscal, junto com o barateamento do custo do dinheiro, oferecerão, assim, uma solução para os dilemas econômicos norte-americanos, afastando o fantasma da recessão e favorecendo uma

nova fase de expansão.

Vantajosas seriam, também, as consequências para a URSS, que, nesta fase de distensão, poderia aprofundar o processo de redução bélica. Os estrategistas do Ocidente calculam entre 12% e 18% do Produto Nacional Bruto o gasto militar soviético, enquanto os Estados Unidos gastam apenas 2%.

Ainda que possa haver algum exagero nas estimativas, é notório que o custo do aparato bélico soviético é excessivo, em relação à dimensão econômica da potência socialista, e que esta não poderá resolver suas dificuldades sem diminuir o aparato armamentista. O romance Leste-Oeste tem, pois, aspectos que podem levar a um casamento de conveniências.

Na medida em que o Segundo Mundo se aproxime do Primeiro, a questão militar perderá relevância e a economia e os negócios adquirirão maior importância.

Diffícil é imaginar quais seriam as consequências da nova ordem mundial a partir do último quinquênio do século XX, para um Terceiro Mundo, cuja dominação até poderia, quem sabe, perder o sentido, pois na medida em que o Segundo Mundo e o Primeiro caminham para uma complementação, as fronteiras do planeta perderiam sua coloração ideológica. As diferenças fundamentais seriam entre *desenvolvido* e *subdesenvolvido*, entre Norte e Sul.

Neste momento da história, em que os prognósticos sobre o futuro são tão indispensáveis como incertos, o Terceiro Mundo deve prever formas de inserção e tratar de assegurar que as impetuosas correntes em formação não o marginalizem.

Falta, como se vê, não só capacidade de resposta, mas ainda plena consciência do dilema. Basta lembrar que, enquanto a Europa Ocidental se integra, os Estados Unidos e o Canadá decidem criar sua comunidade comercial e se consolida a área do Pacífico Oriental, sob a hegemonia do Japão, a integração das regiões subdesenvolvidas são ainda processos incipientes, em alguns casos, e, em outros, nem começou. ●

¹ ECU: Unidade Monetária Européia (European Currency Unit), moeda cunhada em 1987 pelo Sistema Monetário Europeu, criado em 1979, como alternativa às flutuações do dólar.

Um déficit explosivo

As cifras da dívida pública e privada dos Estados Unidos são assustadoras. O problema se torna mais visível cada vez que surge o fantasma da recessão

Frederick Claimonte*

Durante a maior parte dos anos do pós-guerra, os Estados Unidos foram acumulando dívidas: estão em déficit comercial desde 1960 e, a partir de 1958, o déficit no seu orçamento cresceu a níveis sem precedentes. Em fins de 1988, a dívida federal alcançou os 2,6 trilhões de dólares, em contraste com os 4,6 trilhões de dólares do Produto Nacional Bruto-PNB. Por agora, não existem perspectivas de que se resolva essa situação e é impossível deter o consequente endividamento acumulativo.

Entre 1967 e 1988, se tornou evidente a sistemática desvalorização do dólar

em relação às principais moedas fortes do mundo: a paridade com o iene caiu de 362 para 120; a cotação do franco francês oscila em torno de cinco francos para um dólar; a da libra esterlina, é de dois dólares por libra; o franco suíço se valorizou de 4,3 para 1,4 franco por dólar; e o marco alemão, passou de 4,0 para 1,7 marco por dólar.

Os Estados Unidos foram acumulando esse déficit monumental em função de seu poder geomilitar. É o maior e mais rico mercado consumidor do mundo e, psicologicamente, continua sendo considerado nos círculos mais ricos como o paraíso financeiro.

Por último, os Estados Unidos se valem impunemente de sua posição de único emissor autorizado de dólares. Não pagam suas importações com ex-

cedentes da balança comercial, mas com emissão de papel moeda. Sua história não é a de uma experiência bem-sucedida mas de uma expansão econômica baseada na lei do mais forte.

Tudo isso faz com que os dólares atualmente circulando no mercado tenham perdido lastro. A economia norte-americana e seu dólar estão empreendendo o caminho suicida do endividamento. Com essa perspectiva, os Estados Unidos não têm nem amigos nem aliados, mas uma voraz legião de credores batendo à sua porta.

O fim da festa – Esse equilíbrio é sumamente instável e inviável a médio prazo. Numa declaração que mais parece a expressão de uma crítica coletiva que uma opinião pessoal, o chefe de pesquisas do Mitsubishi Economic Institute diz: "A aparente prosperidade da economia norte-americana nos últimos anos se sustentou numa montanha de dívidas. Creio que já é tempo da chamada *Reaganomic* pagar sua conta".

Essas opiniões, antes ditas timidamente a portas fechadas, agora são proclamadas em alto e bom som por todas as camadas políticas e sociais do Japão.

Os Estados Unidos não tinham competitividade quando o dólar estava em alta e continuam não sendo competitivos agora que sua moeda está em baixa. Realmente, é improvável que a competitividade de suas exportações aumente, caso o dólar se desvalorize 15% ou 20%. Certamente, uma desvalorização como essa teria efeitos catastróficos na economia norte-americana.

Apesar das rígidas medidas protecionistas que adotou – tais como a Lei Geral de Comércio e Competiti-



A prosperidade da economia norte-americana está baseada numa montanha de dívidas

vidade, de 1988, e as taxas punitivas das importações japonesas – o déficit comercial não foi reduzido de forma satisfatória. As exportações, que nos primeiros nove meses de 1988 aumentaram aproximadamente 20%, foram ninguando no final daquele ano.

O senador Proxmire é um dos mais implacáveis críticos da concentração de empresas através de operações de takeover (absorção mediante compra do pacote de ações), do endividamento indiscriminado e das operações de fusão por compra parcial do capital. Ao comparar a dívida do Terceiro Mundo com a dos Estados Unidos, disse: "Nunca tínhamos estado numa situação de endividamento como a que atravessamos agora. Todos sabemos que o país deve 2,5 trilhões de dólares. Mas, nem todos percebem que nossas famílias têm uma dívida de 3 trilhões de dólares e nossas empresas, alguma coisa acima de 4 trilhões de dólares. Nunca existiu na história da humanidade um país que ficasse tão endividado como o nosso agora".

Os cálculos matemáticos são eloquentes: não é o volume da dívida o que assusta, mas a velocidade do seu crescimento. O Produto Nacional Bruto (PNB) dos Estados Unidos não pára de aumentar, mas a dívida pública e privada está crescendo o dobro. Em 1988, foram pagos 173 bilhões de dólares de juros da dívida, uma cifra que crescerá ainda mais devido ao aumento das taxas de juros.

A dívida empresarial está ligada às operações de fusões e compras de empresas que, em 1988, alcançaram os 250 bilhões de dólares. Se compararmos com os números de 1987 (170 bilhões de dólares), teremos uma idéia do atual ritmo de concentração de empresas. A nível internacional, o volume de operações de fusões deve ter sido na ordem dos 450 a 500 bilhões de dólares.

Esse avanço no processo de concentração de empresas, que sempre atuou como elemento de desestabilização, é agravado pela sua forma de financiamento. Quase todas as fusões por compra parcial do capital de empresas em dificuldades são feitas mediante a aquisição de títulos do mercado secundário (ações desvalorizadas), baseado exclusivamente em empréstimos para lhes re-

financiar suas dívidas. Essa capitalização da dívida goza de isenção fiscal e, portanto, conspira contra a arrecadação de impostos.

Analisemos de perto um caso ilustrativo. A maior anexão da história corporativa foi a de RJR Nabisco (um conglomerado transnacional de tabaco, alimentos e bebidas) pela firma Kohlberg, Kravis e Robert. O negócio, no valor de 25 bilhões de dólares, se fez na base do dinheiro emprestado. A parte do Leão nessa transação ficou nas mãos do intermediário financeiro, que, por emprestar esse dinheiro, ganhou 700 milhões de dólares, excluídos seus honorários.

A Segunda-feira Negra da Bolsa de Nova Iorque mostrou a fragilidade do sistema estimulado pelo ex-presidente Reagan

A empresa assumiu uma pesada carga financeira, de alto risco. Quando o ciclo econômico entrar em uma fase de depressão, ficará notório não só a debilidade dessa firma, mas a de todo o mundo dos negócios norte-americano.

Durante os últimos cinco anos, foi maior o volume de capital acionário que



saiu dos mercados dos Estados Unidos que o que entrou em novas ações emitidas. Isso significou uma diferença de menos 422 bilhões de dólares.

Nesse mesmo período, as empresas não-financeiras dos Estados Unidos aumentaram sua dívida em quase 800 bilhões de dólares. Em 1988, por exemplo, o pagamento de juros consumiu 25% do ativo de caixa dessas empresas. Porém, em fins dos anos 70, as mesmas empresas não precisaram destinar ao pagamento de juros mais que 17% do seu fluxo de caixa. Isso explica porque houve menos investimentos fixos nos anos 80 do que nos períodos anteriores.

Debilidade perigosa – Nessas condições, é impossível falar de uma estratégia de investimentos a médio prazo. Endividar-se é mais barato que investir capital, já que os juros pagos pelo dinheiro emprestado são deduzíveis do imposto de renda, enquanto que os lucros do capital investido devem pagar todas as contribuições fiscais.



A "reaganomic" afetou as pessoas pobres



Endividar-se é mais barato que investir

O endividamento do conjunto da comunidade de negócios dos Estados Unidos é muito alto. Qualquer diminuição nos lucros é capaz de pôr em perigo o pagamento pontual dos serviços da dívida. Dada a natureza e mecanismos de financiamento dos títulos secundários – que dependem de taxas de juros flutuantes e de obrigações com vencimento a curto prazo –, qualquer redução no ritmo da atividade econômica mostrará a extrema debilidade das empresas diante de um aumento dos custos financeiros dos empréstimos tomados.

Até o momento, os grandes financiadores e investidores de capital reagiram com tolerância diante da situação de risco dessas empresas. Mas essa situação pode mudar radicalmente para pior, como se advertiu inúmeras vezes nas sessões do Congresso que analisaram a situação do sistema bancário e financeiro do país.

O que a Segunda-feira Negra deixou evidente foi que as taxas de juros po-

dem subir abruptamente em caso de crise, o que traria uma redução de créditos novos a empresas cujos coeficientes na relação dívida/capital fossem julgados inaceitáveis.

Os Estados Unidos criaram um impasse em relação ao problema da dívida e seu déficit. Os investimentos estrangeiros são cada vez maiores, incentivados por um dólar baixo e taxas de juros altas. No entanto, a capacidade de pagar essas taxas está baseada na previsão de um aumento da poupança interna, a qual, em fins de 1988, tinha chegado a 2,8% do PNB, o mais baixo nível de todos os países com economias de mercado.

O déficit federal dos Estados Unidos está sendo financiado com a poupança interna, um mecanismo de apropriação no jogo da poupança e investimento. O governo federal é o principal usuário das poupanças brutas, já que, por sua própria natureza, pode financiar a diferença entre gastos e lucros.

O saldo disponível para o investimento privado norte-americano é a diferença entre a poupança interna bruta menos o déficit federal, ajustado pela entrada de poupança externa líquida e a poupança de norte-americanos, que é enviada para o exterior.

A reversão do saldo negativo da poupança/investimento dependerá da eliminação do déficit do orçamento federal e da conseqüente geração de excedentes. Dessa maneira, os maiores níveis de investimento poderiam ser financiados com taxas de juros mais baixas.

Porém, a perspectiva dessa redução do déficit ainda é longínqua. Mesmo no caso em que as políticas financeiras e de outro tipo tivessem êxito, o complexo financeiro-industrial ainda teria que enfrentar outro grande dilema: como se transferirão esses excedentes para a expansão produtiva, a fim de gerar um aumento da oferta de trabalho e melhores salários, numa conjuntura internacional onde imperam a superprodução, o protecionismo e a competitividade? ●

* Frederick Clairmont é economista. Durante muito tempo foi colaborador da UNCTAD e escreveu vários livros sobre comércio internacional e matérias-primas (extraído da "Rede do Terceiro Mundo")

O jornalismo responsável

Luis Suárez, secretário-geral da Federação Latino-Americana de Jornalistas-Felap, analisa o papel da imprensa no continente

Micaela Ramada

A Federação Latino-Americana de Jornalistas-Felap, com sede no México, vive desde o final de 1988 um rico processo de ampliação de suas bases, que tenta superar o limite dos sindicatos e associações de jornalistas. Numa conversa com **terceiro mundo**, Luis Suárez, jornalista espanhol naturalizado mexicano, com ampla experiência profissional, assinala que essa nova etapa se consolidou a partir do V Congresso da organização, em outubro de 1988. Nessa oportunidade se aprovou uma reforma nos estatutos para permitir a entrada de membros associados, tais como faculdades de comunicação social, centros de pesquisa, grupos autônomos de vídeo, emissoras de rádio, editoras de revistas e outros.

Suárez disse que, até agora, já se as-

sociaram à Felap mais de 40 novos "membros associados", tais como a Faculdade de Jornalismo da Universidade Autônoma do México (Unam) e o grupo de ex-bolsistas do Instituto Internacional de Jornalismo "José Martí", de Havana. Outros, como as Faculdades de Jornalismo da Nicarágua e Cuba, formalizaram seu pedido de filiação. "Não se trata de filiar esses associados como organizações paralelas ou competitivas, já que nossa principal base continua sendo as organizações sindicais e as associações de jornalistas".

Os membros associados não têm direito a voto, mas sim de participar nos eventos organizados pela Felap. Essa iniciativa permitiu à Federação trabalhar mais de perto com grupos que desenvolvem meios alternativos de comunicação, como o vídeo jornalístico e documental. Trata-se de agrupar produtores independentes de vídeo que possuem materiais importantes, mas são

discriminados nos grandes meios de comunicação. O objetivo é estimular a divulgação desses materiais em circuitos fechados de televisão, de universidades, sindicatos e outros tipos de instituições com caráter social.

Suárez acha que esse processo vai ampliar a representatividade da Felap. Atualmente, a Federação está formada por 25 organizações sindicais e profissionais, de 23 países da América Latina, que representam uns 55 mil jornalistas. O dirigente da Federação qualificou de fundamental o ingresso do Brasil, já que a Federação Nacional dos Jornalistas-Fenaj tem 25 mil profissionais associados. Seu presidente, Armando Rollemberg, ocupa a presidência da Felap desde o congresso de outubro de 1988.

Ao falar de cifras, Luis Suárez sublinha que os 80 mil trabalhadores representados na Felap não são todos jornalistas. O exemplo mais claro é o da Federação de Trabalhadores de Imprensa da Bolívia, que reúne também o pessoal que trabalha indiretamente na elaboração dos meios, como os empregados de administração e fotógrafos.

Mercado problemático – Um dos problemas que preocupa a direção da Felap é a situação do mercado de trabalho na América Latina. Para Suárez, é preocupante a situação da mão-de-obra nos países da região, pois "existe excesso de estudantes de jornalismo". A situação se agrava porque a oferta de trabalho –



A Felap está ampliando suas bases e aceitando o ingresso de membros associados



Suárez: a luta por um jornalismo sério

num mercado já estreito – está diminuindo pela incorporação de tecnologias que economizam mão-de-obra no setor jornalístico.

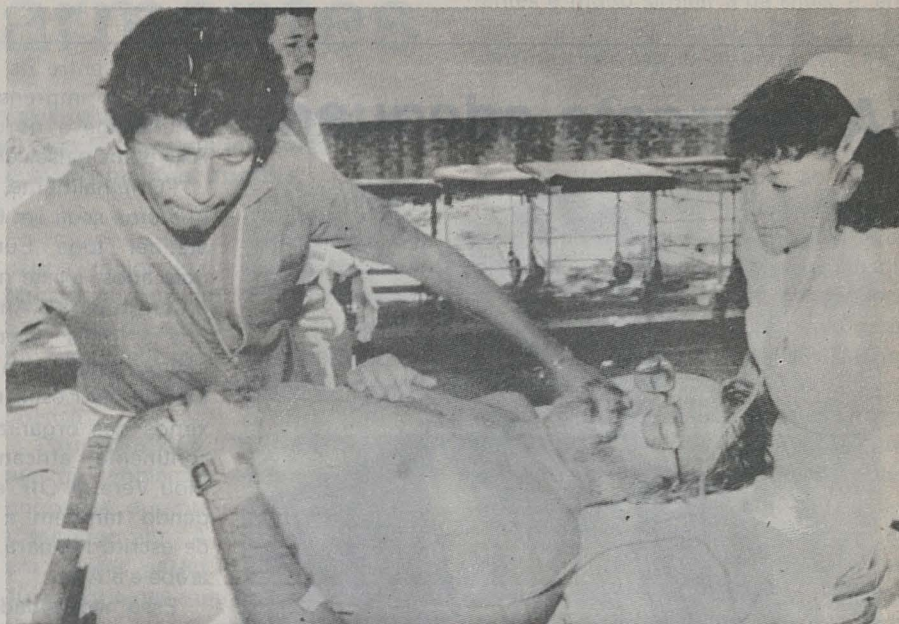
O secretário-geral da Felap referiu-se também aos problemas que, nesse mercado, enfrenta a mulher. “Existe uma tendência a simplificar o problema e passar para a mulher os temas sentimentais e as revistas ‘cor-de-rosa’, quando em toda a América Latina vemos cotidianamente exemplos da grande atividade e capacidade da mulher nesse trabalho”. Por essa razão, a Felap realizará um seminário regional sobre os problemas específicos da mulher jornalista e seu papel dentro da profissão.

Mortos pela verdade – Ao referir-se aos perigos que representa a atividade jornalística, Suárez se deteve especialmente na proteção que devem ter os jornalistas em missões de riscos. A Felap promoveu seminários com diversos organismos das Nações Unidas, como a Unesco e a Organização Internacional do Trabalho-OIT para abordar o problema em toda sua complexidade.

Para completar o estudo sobre a missão do profissional de comunicação, em zonas de conflito, foram apresentados dois livros, com o título comum de “Mortos pela verdade”. O primeiro volume inclui o nome dos jornalistas mortos ou desaparecidos em todo o mundo entre 1970 e 1986. O segundo cobre desde 1966 até 1988 e se refere especificamente à América Latina. “Contabilizamos 408 jornalistas mortos ou desaparecidos na América Latina desde 1970 a junho do ano passado”, explicou Suárez. Deste total de casos, 91 aconteceram na Argentina.

A Felap também lançou recentemente outros dois volumes sobre as condições de trabalho, o status social dos jornalistas e o impacto do uso de novas tecnologias.

A proteção aos jornalistas e o estabelecimento de um código de ética profissional são dois pontos de atenção permanente da Felap. Nesse sentido, a Federação está colaborando com a Organização Internacional de Jornalistas-OIP, com sede em Praga, na recopilação e análise de diferentes códigos, particularmente os que estão em vigor na



Jornalista britânico ferido durante a cobertura da guerra em El Salvador

América Latina.

“Nosso objetivo – diz Suárez – é criar consciência sobre a necessidade de implantar uma Nova Ordem Informativa Internacional que permita estabelecer bases reais para a ética jornalística. Partimos do princípio de que o jornalista elabora seu trabalho de informação com uma responsabilidade social e pública. Por isso, achamos que essa ética deve se basear em princípios, como a defesa das soberanias nacionais, a integração regional, a identidade cultural, a não-intervenção e a não-agressão”.

Medo da Tv – Para o secretário-geral, outro tema importante que deve começar a ser debatido em profundidade na América Latina é o papel dos monopólios de comunicação. Suárez manifestou surpresa pelo fato que durante a campanha eleitoral no Brasil, o questionamento ao monopólio dos meios de comunicação tenha sido levantado por um dos candidatos à presidência. “Isso é muito importante e, ao mesmo tempo, surpreendente, porque em geral se observa que na América Latina os políticos têm muito medo da Tv. Ninguém quer abordar o tema do monopólio de certas redes de televisão por medo de ser retirado de suas telas e condenado ao acaso ou ao esquecimento por parte de

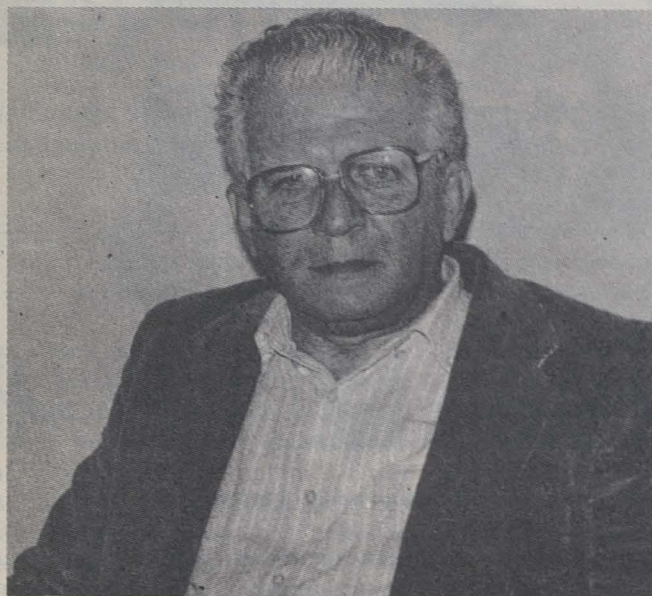
certos setores da opinião pública que não têm acesso a outros meios de informação, como por exemplo, a imprensa escrita”.

Mobilizados por problemas como esse, os dirigentes da Felap estão empenhados agora na realização de um seminário regional para abordar o tema da democratização dos meios de comunicação e a situação no Cone Sul.

Luis Suárez também disse que a Felap tem interesse em intensificar as relações com organizações de jornalistas de outros continentes. “Mas preferimos fazê-lo dentro do marco da Organização Internacional de Jornalistas (OIP), cuja essência é a interconexão entre os profissionais de comunicação de todo o mundo”. Para ele, no entanto, isso não impede a realização de eventos conjuntos entre a Felap e as federações de outras regiões.

Prova disso é o encontro de jornalistas latino-americanos e árabes que se realizará no Brasil a curto prazo. A iniciativa pioneira surgiu da Federação de Jornalistas Árabes e participação dela membros da Felap e trabalhadores de imprensa de todos os países árabes. Um dos pontos centrais que a Felap levará à reunião é a solidariedade com trabalhadores e escritores palestinos, e o apoio às medidas tomadas para o estabelecimento de um Estado palestino. ●

A resposta adequada



Ernesto Vera: estreitar contatos em todo o mundo

A Organização Internacional de Jornalistas-OIP, máxima instância a nível mundial dos trabalhadores de imprensa organizados, também está procurando adaptar suas estruturas às

novas necessidades. Ernesto Vera, diretor do Centro da OIP para a América Latina, afirmou em uma conversa com **terceiro mundo** que as mudanças em marcha vão permitir estreitar mais os

contatos entre os trabalhadores de imprensa latino-americanos e os da África, Ásia e dos países árabes.

"Originalmente, a OIP tinha uma sede em Paris para atender toda Europa. Há dois anos, existe no México o Centro para a América Latina e, mais recentemente, inauguramos uma sede na Etiópia para estar mais próximos das organizações do continente africano", afirmou Vera. A OIP está estudando também a abertura de escritórios para o mundo árabe e a Ásia.

Essa necessidade de ampliar suas estruturas atuais responde a um constante crescimento do número de filiados. A OIP reúne atualmente 300 mil jornalistas de 120 países dos cinco continentes. Ao criar centros regionais, o objetivo da OIP é desenvolver um trabalho prático mais de acordo com as necessidades reais e potenciais dos jornalistas de cada região.

"Na América Latina, essa orientação se concretiza no

contato cotidiano e amistoso com a Felap, representante dos jornalistas latino-americanos", afirma o dirigente da OIP, "a partir do respeito absoluto à independência de cada organização".

Vera diz que a OIP tem uma dupla responsabilidade: aborda os problemas dos jornalistas em termos globais, a nível mundial, e ao mesmo tempo deve dar respostas adequadas à demanda a nível regional. "Por isso, devemos trabalhar em conjunto", assinala.

Tanto a OIP quanto a Felap têm uma concepção comum do jornalismo: o trabalhador de imprensa não é visto apenas como um profissional com direitos e deveres, mas principalmente como um agente e um fator ativo nas mudanças sociais. Ou seja, "um agente que promova sempre a defesa de princípios, como o da soberania, identidade cultural e histórica, com critérios amplos para fazer avançar a integração dos países latino-americanos".

Políticas Governamentais

Boletim mensal do IBASE

A conjuntura político-econômica abordada sob a ótica dos movimentos populares

Uma Análise crítica das medidas e promessas do Governo Federal comparadas às demandas da população.

Solicite um exemplar grátis.

Faça uma assinatura anual

individual 20 - BTN

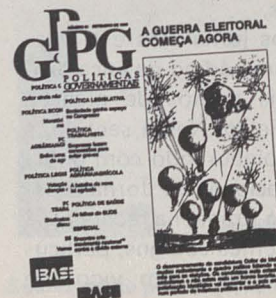
institucional 30 - BTN

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Rua Vicente Souza 29

CEP 22251 Rio de Janeiro

Tel. (021) 286-0348



Índices alarmantes

A grande incidência de doenças sexualmente transmissíveis entre as mulheres africanas tem deixado graves sequelas, como a infertilidade, morte e malformações infantis

Li Mu Su

Durante o "Encontro Preparatório para a Década Nacional da Mulher", realizado em Lusaka, Zâmbia, em junho de 1985, se divulgou a informação de que 15% a 20% das mulheres grávidas do país estavam afetadas por doenças sexualmente transmissíveis (DST). Atualmente, a situação é ainda mais grave.

Se no corpo da mulher as infecções já trazem sérios problemas, nos fetos os seus efeitos são ainda piores. Os médicos estimam que aí esteja a causa de um número crescente de abortos, natimortos, malformações e morte de recém-nascidos. Também se assinalou que mais da metade das mortes de fetos registrada no país poderia ser provocada por doenças sexuais.

Essas enfermidades têm uma inci-

dência maior em países do Terceiro Mundo do que nos desenvolvidos. No Sul, parte do problema ocorre devido a um tratamento inadequado e ao escasso ou nenhum controle desse tipo de doença.

Particularmente na África, o percentual de problemas associado à sífilis e gonorréia, durante a gravidez, é espantosamente alto. A sífilis, por exemplo, em muitas partes da África, afeta de 10% a 20% das mulheres grávidas. Embora altas, provavelmente estas cifras estejam abaixo das reais. Calcula-se que entre 5% a 8% de todos os fetos que ultrapassam 12 semanas poderão ter problemas ao nascer provocados pela sífilis. Os estudos demonstram que cerca de um terço das mulheres sífilíticas grávidas dão a luz a uma criança morta; outro terço, a uma sífilítica (uma condição muito desfavorável); e só o terço restante têm filhos sem a doença.

A incidência da gonorréia nas ges-

tantes é muito similar à da sífilis, e, em algumas regiões, chega a 20%. Em recém-nascidos calcula-se entre 2% a 4%.

Infecções congênitas — A professora Teresa Watts, da Universidade da Zâmbia, atualmente vinculada ao maior hospital de seu país, o University Teaching Hospital (UTH), assinala que cerca de 1% dos bebês nascidos nesse hospital tinha alguma infecção congênita e 6,5% eram considerados casos de risco. Estudos de outros especialistas demonstraram que 2,9% dos recém-nascidos com menos de seis semanas tinham sífilis. Esse número exclui a sífilis congênita, que não é diagnosticada antes das seis semanas.

O diagnóstico precoce mostrou que 9% das crianças que dão entrada nas clínicas pediátricas e 8% que estão no Centro de Tratamento Intensivo sofrem de sífilis congênita.

A tendência no Hospital UTH, da Zâmbia, é similar à da Etiópia, com 40% a 50% de mães sífilíticas que abortam antes do sexto mês de gravidez.

As taxas de aborto espontâneo, que resultam da mesma infecção, são similares nas áreas rurais, onde a gonorréia materna provoca também cegueira infantil. E as estatísticas da Organização Mundial de Saúde-OMS demonstram que é muito alta a taxa de mortalidade infantil entre crianças cegas.

Nos casos das doenças sexualmente transmissíveis, existe também uma falta de acesso ao sistema de assistência sanitária, o que impede uma compreensão clara da extensão do problema. As infecções sexuais femininas são bastante graves no continente africano, particularmente ao sul do Saara, provocando inflamação pélvica, gravidez tubária e infertilidade.

A inflamação pélvica estabelece um círculo vicioso. A extensão das doenças infecciosas entre as mulheres leva a altas taxas de infertilidade. Devido às tradições nesses países, é comum que as mulheres inférteis se divorciem e passem a se dedicar à prostituição, contribuindo para o aumento das taxas de doenças sexualmente transmissíveis. ●

É pequeno o número de mulheres africanas que têm acesso ao sistema de saúde



Li Mu Su é jornalista, residente em Lusaka, Zâmbia

Caça aos fiéis

Há mais de quatro séculos a população da América Latina é majoritariamente católica. No entanto, se o atual ritmo de conversões para a religião protestante continuar, no século XXI o catolicismo será minoritário

John McCoy*

A América Latina, o continente com maior número de católicos do planeta, trava hoje uma batalha entre duas expressões diferentes do cristianismo: o catolicismo apostólico romano e o protestantismo evangélico.

Durante muito tempo, mais de quatro séculos, em termos de religião o subcontinente foi sinônimo de catolicismo. Até nas mais longínquas comunidades existe a igreja em frente à praça, entre a delegacia e a prefeitura. Por esses templos, desfilava o ritual religioso latino-americano: batismos, primeira comunhão, casamentos, procissões e funerais. Já não é mais assim.

Os que "renascer" – Há alguns anos, a América Latina vem sendo invadida por protestantes evangélicos, em sua maioria pertencentes à igreja pentecostal. Ricos e pobres, índios e mestiços, no campo e na cidade, os latino-americanos estão abandonando a igreja católica, a um ritmo de 400 convertidos ao protestantismo por hora.

Um exemplo do que está ocorrendo pode ser observado em Miraflores, um bairro de classe média de Lima, Peru, onde mais de 50 novos fiéis ingressaram na Comunidade Cristã Água Viva, no encerramento de um culto dominical, celebrado no salão do cinema e teatro "El Pacífico".

Aplaudidos pelo resto da congrega-

ção e ajudados por "conselheiros", os novos fiéis foram até o palco mostrar sua conversão a Cristo. Uns choravam; outros se abraçavam. Todos tinham "renascido". Durante o sermão de uma hora de duração, o pastor norte-americano Juan Capurro afirmou que só os que se unissem ao Espírito Santo iam estar em condições de retirar o Peru da situação de fome, corrupção e terrorismo em que se encontra.

"Os que não tenham renascido – ameaçou o pastor – não entrarão no Reino de Deus". O pastor Capurro pediu



A cada hora, 400 pessoas se convertem ao protestantismo na América Latina

aos novos fiéis que iniciassem um curso de estudos da Bíblia, onde aprenderiam "as seis mil promessas de Deus à Humanidade". Os conselheiros e os pregadores estariam à sua disposição para ajudá-los na empreitada, assegurou Capurro.

A Comunidade Cristã Água Viva é uma a mais entre as milhares de igrejas pentecostais que apareceram na América Latina. Como outros protestantes

evangélicos, a igreja pentecostal faz uma leitura literal (fundamentalista) da Bíblia. Incentiva a conversão dos adultos (o chamado *renascimento* de novos fiéis) e destaca a importância da busca de uma relação pessoal com Cristo como redentor.

Os pentecostais se diferenciam de outros protestantes fundamentalistas pela importância que dão às "revelações do Espírito Santo". O nome e a teologia dos pentecostais têm origem no Novo Testamento (ou Pentecostês), segundo o qual o Espírito Santo descendeu diante dos apóstolos de Cristo e lhes deu o atributo de falar em diferentes idiomas e interpretar diversas línguas. Por isso, os serviços religiosos da igreja pentecostal tratam de dar aos fiéis um conhecimento das emoções e manifestações do Espírito Santo.

Em 1936, só 2% da população total protestante da América Latina seguiam a igreja pentecostal. Hoje, os pentecostais são 25% a 30% do total de protestantes, calculado em 48 milhões de pessoas. Os que não são pentecostais são em sua maioria evangélicos. Outras igrejas protestantes, mais importantes no resto do mundo, como os luteranos, nunca tiveram um crescimento parecido.

Os evangélicos devem ser, no presente, 10 ou 12% do total de habitantes da América Latina, calculado em 480 milhões de pessoas. Em muitos lugares aumentam

acima do crescimento vegetativo da população. Fontes da igreja católica confirmaram que, em países como a Guatemala, os evangélicos chegam a 33% da população; em El Salvador a 28%; e no Chile e no Panamá a 2%.

Superpastores eletrônicos – A Assembleia de Deus, denominação mais conhecida da igreja pentecostal em todo o mundo, afirma ter seis milhões de se-



Igreja da Graça: algumas reuniões também são transmitidas pela televisão

guidores no Brasil. Na Bolívia, cresce numa média de 17% ao ano e na Guatemala o ritmo anual é de 40%. Os instrumentos que lhes permitiram crescer assim foram as "cruzadas" empreendidas por evangélicos muito conhecidos nos Estados Unidos e em outras partes do mundo e as importantes injeções de dinheiro, realizadas em programas de rádio e televisão.

A visita à América Latina de personagens como Jimmy Swaggart, Pat Robertson e Billy Graham contribuiu para reforçar o trabalho dos pastores locais. No entanto, o principal cavalo de batalha foi de origem nativa: os "superpastores" Alberto Mottesi, Luis Palau e Hermano Pablo.

Em seu escritório na Califórnia, Mottesi assinala em um mapa, com diferentes cores, os avanços do protestantismo evangélico no mundo. O pastor se autoconsidera o "mediador de Deus para os conflitos da América Latina".

Se o índice de conversões se mantiver até o início do próximo século ao ritmo atual, os católicos deixarão de ser maioria na América Latina. Na realidade, se levarmos em consideração o grau de participação ativa dos fiéis, os evangélicos já superaram em número aos católicos "praticantes". A igreja católica calcula que seus fiéis cheguem a 105 milhões de pessoas no Brasil, mas só 12% vão à missa todos os domingos.

As consequências que podem oca-

sionar o crescimento dos evangélicos nessas proporções são muito importantes e devem ser vistas a longo prazo. Dando ênfase na salvação pessoal e na libertação individual, num mundo pecador e corrupto, a teologia dos evangélicos tende a desestimular a participação de seus fiéis em atividades sociais ou políticas e a diminuir sua cooperação na comunidade.

Tomas Bamat, um sociólogo que estudou a atividade dos protestantes no Equador, escreveu que "a maioria das seitas (igrejas evangélicas) propõe uma profunda desmobilização, conformismo e alienação da população". Bamat diz ainda que "elas são utilizadas para legitimar o status quo e são um obstáculo

para a mudança social".

A cerimônia do *renascimento*, por sua parte, pode provocar importantes mudanças nas pessoas que aceitam se converter, como, por exemplo, abandonar a bebida, abster-se sexualmente e deixar de lado outras atividades "pecaminosas".

Agressividade contra outras religiões –

Ao contrário do que acontece em outras crenças – incluindo católicos e protestantes –, os evangélicos são anticatólicos e antiecumênicos.

Consideram a si próprios "salvos" e vêem os demais como "contaminados" pelo pecado. Por exemplo, uma das lições do curso de estudo sobre a Bíblia, na Comunidade Água Viva, está orientada a ajudar os novos fiéis a reconhecer "os graves erros do catolicismo e os danos que têm causado".

Essa belicosidade religiosa traz um mal presságio para a cada vez menos numerosa maioria católica latino-americana. Na Guatemala, o bispo católico Mario Ríos Montt, irmão do ex-ditador (evangélico), Efraín Ríos Montt, adverte que seu país pode se envolver "numa guerra religiosa, pior que a atual guerra política".

Porém, a reação típica da hierarquia católica para explicar a dispersão de seu rebanho é a "teoria da conspiração", segundo a qual a Agência Central de Inteligência (CIA) norte-americana estaria "enviando" os evangélicos à América Latina para combater a Teologia da

O crescimento dos protestantes obriga a igreja católica a rever posições





Os bispos católicos (foto, CNBB) estudam formas de ampliar o número de fiéis

Libertação e ajudar o imperialismo norte-americano.

Franz Damen, um padre de nacionalidade belga que trabalha como assessor da Conferência Nacional de Bispos Bolivianos, diz que já é hora de se deixar de lado essa resposta estereotipada e confusa da "teoria da conspiração". A igreja católica, alerta Damen, "também recebe importantes somas de dinheiro do exterior e os prelados conservadores encontram-se entre os críticos mais severos da Teologia da Libertação".

"Por que apelar para explicações tão sofisticadas?", pergunta o sacerdote belga. "Todos sabemos que as igrejas evangélicas, assim como a Teologia da Libertação, são uma realidade concreta dessa região, nascida nesse meio, cuja origem é fundamentalmente religiosa, com profundas raízes populares".

Os católicos mais críticos admitem que suas igrejas e paróquias costumam ser frias, impessoais, um "supermercado de sacramentos", como alguns consideram. Num documento de 1986, o próprio Vaticano admitiu que a igreja católica dava demasiada importância às hierarquias e não se preocupava suficientemente em aproximar as pessoas de Deus, através dos ensinamentos de Cristo.

Num relatório publicado ano passado, o Instituto Mexicano para a Doutrina Social Cristã, um departamento da Conferência Nacional de Bispos do Mé-

xico, atribuiu as perdas de fiéis católicos à falta de sacerdotes, insuficiente evangelização, escassa utilização dos meios de comunicação e a uma perda da identidade católica.

Entre outras coisas, o estudo do Instituto recomenda à Igreja incorporar urgentemente uma equipe de pregadores laicos, maior que a dos evangélicos. "As igrejas evangélicas protestantes avançaram mais que nós na prática de desenvolver líderes locais, apesar de ser um fenômeno anticultural e anti-histórico", observou Damen.

Em fins de 1986, bispos católicos e protestantes das linhas tradicionais, reunidos no Equador, aprovaram um plano para combater o crescimento dos protestantes evangélicos. Entre outras coisas, o plano autoriza pregadores laicos a ensinar a Bíblia e fundar comunidades cristãs de base.

Bill Donnelly, um veterano sacerdote missionário na Guatemala, diz que uma boa dose de Evangelho católico é o melhor antídoto contra o avanço dos pentecostais. "Podemos detê-los, mas só se ensinarmos nosso catecismo da melhor forma possível", disse Donnelly, único sacerdote de uma paróquia no altiplano que deve atender a uma área de mil milhas quadradas. "Hoje estamos enfrentando uma situação de impasse", afirma o padre Donnelly.

* John McCoy pertence ao Conselho Editorial do "Latinoamérica Press", boletim semanal, com sede em Lima, que se ocupa de temas religiosos na América Latina. Uma versão mais extensa deste artigo foi publicada no boletim.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Nelva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Placentini
Editora: Beatriz Bissio
Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Procópio Mineiro

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavia

Redação Permanente: Nereida Daudt (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

Colaboradores: Adrián Soto (Finlândia), Alberto Mariani (Suíça), Artur Poerner (Brasil), Ash Narali Roy (Índia), A. W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castilho (Brasil), Carlos Nôñez (Uruguai), Cedric Belfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selser (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbet de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Brasil), M. Venugopala Rao (Índia), Marcela Otero (Chile), Mario de Cautín (México), Mia Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Phillip Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rummill (Peru), Theotônio dos Santos (Brasil), Medea Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumucio (Líbano) e Adam Keller (Israel).

Departamento de Arte: Pedro Toste (editor), **Diagramadores:** Reginaldo Caxias, Dayse Vitoria. **Acompanhamento Gráfico:** Adérito Gusmão. **Centro de Documentação:** Maria Helena Falcão (diretora), Angelica Campello de Oliveira, Walmyr Peixoto da Silva, Isabel Falcão, Roberto de Oliveira Bastos, Yara Alexandrino R. C. Menezes. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Composição e Digitação:** Luzia A. Neiva e Lidio Marinho P. Luna. **Secretária de Redação:** Jozira Salgado Santos. **Revisão:** Cléa Márcia Soares. **Administração:** Henrique Menezes. **Comercial:** Rafael Peres B. Filho. **Circulação e Assinaturas:** Mauro Mendes - Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 104-105 - Tel. Assinaturas: 252-7440.

EDIÇÕES REGIONAIS:

● **Edição em Português:**
Diretor: Nelva Moreira/**Editores:** Procópio Mineiro e Claudia Neiva. **Sucursais:** Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia)

Sede de Lisboa:
Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1.200
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P
● **Edição em Espanhol**
Sucursal do Rio de Prata / Cone Sul
Diretor: Roberto Bissio
Assinaturas: A, C, U, S/A: Miguel del Corro 1461 / Tel.: 49-61-92 Montevideo, Uruguai - **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela

Distribuição na Argentina (em livrarias): Ediciones Colihue - Buenos Aires - Argentina
● **Edição em Inglês:**
Editor: Bill Hinchberger/**Editor Adjunto:** Roberto Raposo./**Assinaturas e Circulação Externa:** Andréa Moutinho da Costa Santos.
Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil - Tels. 222-1370/242-1957 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR
cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (InterPress Service), ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFPA (Palestina),

e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current, EUA. **Fotos:** Agence France Press (AFP).
ISSN - 0101-7993

Capa: Pedro Toste
Arte final - Capa: Adérito Gusmão

SUPLEMENTO BRASIL



Os meninos de rua (p.52) mostram a todo instante a gravidade dos problemas nacionais, dos quais eles são o subproduto mais doloroso e, ao mesmo tempo, a denúncia mais veemente. Mas, os enjeitados começam a tomar consciência do por quê da situação dramática em que vivem. Haverá tempo para salvar essas multidões de crianças obrigadas cedo a arrancar à força a sobrevivência diária?



Na fumaça de cada cigarro, o fumante ingere não apenas a perigosa nicotina, mas 1.200 substâncias perigosas para a saúde. O prof. Krishnamurti Sarmiento mostra (p. 63) como é impossível escapar imune ao hábito de fumar, o vício chique que sustenta uma das mais poderosas indústrias modernas

Os negros (p. 62) começam a se pensar politicamente, num tipo de reflexão que certamente ainda terá aprofundamentos. Pesquisa realizada na Baixada Fluminense, após as eleições municipais de 1988, ouviu candidatos morenos, mulatos, negros e pardos – como eles se definiam em relação à cor da própria pele



“A hora é da empresa

No momento em que é avassaladora a pregação neoliberal, de abertura total das fronteiras econômicas, empresário nacional adverte que ainda não se registra um caso sequer de país que tenha crescido com base em recursos externos, e afirma que o nosso atraso se deve às sucessivas perdas de oportunidades históricas por parte das elites dirigentes

Procópio Mineiro

Adílson Xavier é diretor-superintendente da Companhia Brasileira de Antibióticos-Cibran, uma destacada fábrica nacional de matéria-prima para a indústria farmacêutica, setor há muito dominado pelas maiores firmas internacionais de medicamentos. O empresário considera que as empresas brasileiras que sobrevivem no ramo atestam a potencialidade tecnológica de que dispomos e comprovam que o caminho do desenvolvimento somente pode basear-se na ação do próprio capital nacional, pois tecnologia não se transfere, nem existe na história país que tenha rompido as fronteiras do pleno progresso impulsionado por capitais externos.

A pregação neoliberal, hoje servida aos brasileiros como a receita final para a saída da crise, não passa de um engodo, na opinião do empresário, pois o sucateamento e a desnacionalização não podem conduzir a nada positivo. “A hora é do capital nacional”, analisa ele, que considera praticamente esgotada a capacidade de investimentos governamentais e improvável a vinda de capitais de fora.

De forma polêmica, Adílson Xavier divide a história recente do Brasil em governos que colaboraram para o desenvolvimento (Getúlio Vargas e o regime militar) e governos que significaram desperdício de oportunidades históricas (Eurico Dutra e Juscelino Kubitschek), usando em sua avaliação o critério do espaço permitido por cada governo para o crescimento da indústria nacional.

“O mundo agora é da tecnologia”,

define o empresário, que vê nessa perspectiva a grande chance brasileira de dar o salto do desenvolvimento, desde que adote políticas inteligentes de apoio à pesquisa, unindo governo, universidade e empresariado nacional.

Que linha econômica os empresários esperam que o novo governo adote, com vistas a preservar os espaços e garantir a saúde das empresas nacionais de todos os portes? As indicações anunciadas permitem expectativas favoráveis?

— Este assunto permite uma análise de dois ângulos diferentes. O primeiro é macroeconômico, enquanto o segundo refere-se à microeconomia. Do ponto de vista macroeconômico, hoje assistimos no mundo à delimitação efetiva de espaços. Há de um lado o Mercado Comum Europeu, que se afirmará definitivamente em 1992; de outro o Japão, e depois os Estados Unidos. Há possibilidade de a América Latina se integrar na Comunidade Econômica Européia: o Brasil, via Portugal, e os demais países do continente através da Espanha. Em função disso, parece-me que os Estados Unidos estão colocando a América Latina sob forte pressão, numa orquestração que vai do tipo comercial ao tipo militar, como vimos há pouco no caso do Panamá.

A forte dependência do Brasil em relação ao mercado financeiro internacional me parece deixar o país em posição muito frágil, na ocasião em que esses mercados estão sendo paternalizados. Não se sabe, efetivamente, quem é nosso patrão. Parece-me que o novo presidente não tem a menor disposição de enfrentar, em função de nossas possibilidades, um lobby internacional, basicamente o mercado financeiro norte-americano.



Adílson Xavier: a vez é da tecnologia

Ao contrário, as declarações do sr. Collor na sua viagem aos Estados Unidos, Japão e Europa, indicam uma forte tendência de abertura geral e de procurar uma negociação que atenda aos dois lados, o que é naturalmente impossível. Está claro também que a comunidade financeira norte-americana fará força para obter privilégios no Brasil e isto deverá ser colocado no cesto de reivindicações que servirá a uma eventual negociação. Os meios diplomáticos norte-americanos estão pressionando fortemente o governo brasileiro, através da chamada Rodada Uruguaí, do Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt, para a redução, a níveis ridículos, de tarifas cambiais e para a adoção de uma política de não restrição a toda sorte de importações.

Obviamente, sob este aspecto macro,

nacional''

portanto, estamos numa perspectiva um tanto quanto pessimista. Isto, porque a única coisa que surge no horizonte como defesa contra o sucateamento da indústria nacional é o baixo nível de reservas de divisas do país, o que impede a abertura do mercado a importações indiscriminadas. Não temos reservas sequer para pagar os compromissos já vencidos dos empréstimos externos. Tal situação, portanto, inibe a invasão maciça de produtos de fora.

Já a entrada de dinheiro novo como capital é muito difícil, quase impossível, a nível satisfatório. Daqui para a frente, as saídas em lucros serão maiores que os investimentos. Em 1989, tivemos remessas para fora de mais de 2 bilhões de dólares, um recorde, semelhante ao qual jamais tivemos qualquer coisa em termos de investimentos externos no país. Em dezembro passado, esperava-se a divulgação de uma lista de mais de 1.000 produtos que seriam liberados para importação. Mas, as baixas reservas cambiais impediram tal liberação. Portanto, este estrangulamento das reservas parece ser o ponto forte de defesa da indústria do país.

Um dos argumentos mais usados para a defesa da idéia de abertura da economia à indústria estrangeira é o de que a economia nacional estaria dominada por cartéis e cartórios...

- Nessa polêmica, de fato muito se critica a existência de cartéis nacionais, como se o mundo não fosse feito de cartéis. Aliás, não sei bem o que significa cartel em termos brasileiros. Veja a economia mundial: no petróleo, o mercado é dominado por sete empresas; nos pneus, são três ou quatro a nível planetário; na fotografia, dois ou três; nos automóveis, poucas, sendo apenas três nos Estados Unidos, e poderíamos continuar a enumeração dos cartéis mundiais.

Claro está que há cartórios aqui e seria preciso que a implantação de qual-

quer indústria estivesse subordinada a determinadas leis. Há certos setores - que sequer deveríamos definir como estratégicos, pois a reserva do país é muito grande, como o cimento, por exemplo; ou os moinhos, aliás estrangeiros; ou ainda a indústria automobilística, igualmente estrangeira - que gozam de proteção. Estas coisas devem ser revistas. É muito complexo analisar, por exemplo, por que não entra no Brasil o carro japonês. E fica difícil analisar por que não se dá a informação correta.

O ponto de vista neoliberal, assim, esconde aspectos vitais?

- É impossível a adoção da liberação de importações, sem que ocorra um realinhamento cambial, que vai representar o sucateamento da indústria nacional, em três, seis, nove ou doze meses - tal como ocorreu na Argentina e

“Não existe país que tenha chegado ao progresso através de capitais externos”

no Chile, onde o parque industrial foi penalizado. Não só as indústrias nacionais foram afetadas, mas também paralisou-se o investimento estrangeiro. A situação que se criou foi uma decorrência lógica do raciocínio que a acompanha, isto é, “por que investir no país, se se podem mandar os produtos direto da matriz?” Com isto, ganha-se em escala.

E no aspecto da microeconomia, quais as perspectivas?

- No aspecto micro, faço minha análise a partir da minha própria empresa e do meu setor de atividade. É um setor de raízes sociais profundas. Produzimos medicamentos para um país, que não presta qualquer tipo de assistência a mais de 50 milhões de pessoas. Esses mais de 50 milhões de pessoas sobrevivem à custa de expedientes diversos, vivem, informalmente, completamente marginalizados do processo de vida. A estas pessoas o Estado tem obrigação de fornecer alimentação e saúde, neste caso, medicamentos. Vejo que, hoje, o orçamento federal tem que transitar pelo Congresso. A maior sensibilidade social do Congresso leva à tendência de que as áreas sociais ganhem maior es-

paço e sejam melhor aquinhoadas no orçamento. O governo representa, no Brasil, um mercado idêntico ao mercado privado. Este mercado privado gasta por ano 1,9 bilhão de dólares nas farmácias, sendo o sétimo mercado mundial. A rede hospitalar e de assistência patrocinadas pelo governo gastam outro 1,9 bilhão de dólares, através dos programas como o Suds e Ceme - e a soma dos dois mercados torna o Brasil o quarto mercado mundial de medicamentos, o que é importante para qualquer empresa nacional. O mercado privado atinge 40 milhões de pessoas, o governo atende a outro tanto, e os restantes mais de 50 milhões de cidadãos são aqueles desprovidos de tudo, sem assistência alguma.

Nesse quadro, portanto, e na ótica microeconômica, pode-se contar favoravelmente com a maior sensibilidade social do Congresso, que se renova em outubro, com a expectativa também favorável de que essa renovação aumente a sensibilidade social da representação parlamentar.

Assim, o Congresso é hoje uma instância que desperta esperanças?

- Sou uma pessoa, de raiz, inconformada com o destino político do país, apesar de ser uma pessoa realizada. Não digo inconformado com resultados de eleições. Falo do destino de estarmos mal situados, em relação às grandes potências.

Estamos fora das grandes rotas econômicas...

- Sim. Mas, nossa situação é decorrente da perda de oportunidades anteriores. Veja, a Austrália está tão fora das rotas quanto o Brasil, mas é hoje um belíssimo país. As oportunidades jogadas fora trazem-nos a idéia de que a geografia é a culpada. Eu discordo disso. Mas, é uma realidade hoje em função da falta de aproveitamento das oportunidades políticas. Eu acho, por exemplo, ao contrário de tanta gente, que o governo Juscelino Kubitschek (1956-61) não foi um bom governo para o Brasil. Algumas medidas de efeito cambial - por exemplo, as permissões para a entrada de indústrias com sucatas, etc. - deram uma feição muito

aberta ao mercado nacional. Até mesmo sob o aspecto moral, podem-se fazer observações. Vamos comparar: Getúlio Vargas governou por 15 anos, num primeiro período, e mais alguns anos, eleito, num segundo período. Mas, não se conhecem escândalos, não se sabe de nenhum membro de sua família que tenha enriquecido. Passemos ao governo Eurico Dutra (1946-50). Getúlio deixou o governo com o país como credor dos Estados Unidos, mas Dutra, ao assumir, liberou as importações e queimou nosso crédito em plásticos, pentes, ioiôs, etc.. Isto foi uma oportunidade perdida logo após a guerra. Situações assim é que nos levam a conclusões deterministas de que estamos fora das rotas...

Na verdade, nós nos colocamos fora das rotas...

- Sim, ficamos fora das rotas econômicas, porque nunca soubemos aproveitar as oportunidades que a vida nos ofereceu. Entramos e saímos da Segunda Guerra Mundial como credores dos Estados Unidos, depois abrimos as portas aos estrangeiros, subimos dois degraus sem passar pela agricultura, o aspecto moral disso tudo não foi nada saudável, e depois veio a Revolução Militar. Nesta, efetivamente, não se pode deixar de reconhecer o esforço de melhorar a estrutura industrial do país. Com muitos desperdícios, é verdade, o que hoje amargamos. Talvez se pudesse ter executado aquele programa com mais austeridade, quem sabe? Mas, era um regime muito amarrado, talvez um dia tenhamos maiores informações.

Foi um regime contraditório: férreo alinhamento político, mas com certas políticas de cunho nacionalista.

- É verdade, foi um regime muito contraditório. Várias vezes ouvi, de ministros de então, as explicações de que tais programas deveriam ter um caráter informal, para evitar atritos de cunho diplomático. A idéia de alguma proteção para a indústria nacional - eu me sinto à vontade para dizer isso, pois não tenho qualquer militar na família - não partia dos homens civis do governo. Foi a parte militar do governo que realizou políticas de desenvolvimento industrial com base em capitais e forças nacionais.

No aspecto político, não sou competente para analisar o regime militar, embora acredite que devesse ter sido outra a orientação. Se tivesse sido um regime aberto, com eleições livres, etc., os desperdícios que se verificaram certamente não teriam ocorrido. Mas, no âmbito econômico, chegamos à oitava posição na economia mundial.

Por conta do desperdício, ficou o esquecimento de que não é a economia quem come: quem come é o homem que faz essa economia desenvolver-se.

Se repetíssemos, então, uma política de abertura econômica para o exterior - ao estilo de Dutra e Juscelino - estaríamos mais uma vez perdendo uma chance?

- Em termos de economia nacional, sim, seria mais uma perda de oportunidade. Nenhum país do mundo se desenvolveu com base na economia ex-

"A sensibilidade do Congresso leva as áreas sociais a ter maior espaço"

terna, nenhum país do mundo. Hoje mesmo, vi um crítico norte-americano dando receitas para nós*. Mas, não conheço país do mundo que tenha crescido em cima de recursos de fora. Só resta a possibilidade de investimentos via capital privado nacional. Nós só podemos criar recursos com um mercado interno forte. E isto está associado a uma renda nacional, a salários e objetivos sociais.

O desenvolvimento tecnológico no Brasil é uma espécie de tabu. Faltam projetos eficientes e sobretudo recursos para sustentar pesquisas. No entanto, temos cérebros para fazer grandes coisas. O que ocorre?

- Falta vontade política. A solução seria permitir que as empresas descontassem dos impostos a pagar as quantias que viessem a aplicar em pesquisas. Não é que ninguém tenha sugerido isso até agora: o problema é que falta vontade de adotar essa medida, que é forma eficiente de gerar tecnologia.

A indústria farmacêutica brasileira já foi dominante no país. Hoje parece reduzida a menos de 10%. O que significa esse pro-

cesso de dominação externa nessa área?

- É uma dominação tecnológica esmagadora. A indústria farmacêutica é na verdade uma indústria de embalagem. Ela não tem agregado tecnológico quase nenhum. Quem faz a transformação é a máquina, que bota dez quilos em cápsulas de 250 miligramas ou em ampolas, etc.. O que o laboratório faz é comprar a matéria-prima. Toda a estratégia está em você ter a fabricação local das matérias-primas. Nós, na Cibran, por exemplo, produzimos matéria-prima para antibióticos. Para fabricar essa matéria-prima a Cibran não importa nada, pois o produto é feito de microorganismos que precisam ser alimentados de produtos primários, como soja, amidos, farinhas, de que somos grandes produtores. Este é um tipo de fármaco, o antibiótico. Existem outros fármacos de origem química, de que talvez precisássemos importar um ou outro agregado, mas cujo sal básico não precisaríamos importar. Acontece que é um setor muito difícil, porque, ao mexer com o cerne do problema, defronta-se com todas as forças externas, que detêm a tecnologia. Afinal, quem fabrica a matéria-prima é quem tem condições de dominar o mercado final. No Brasil, não existia isso: só a partir da criação da Central de Medicamentos-Ceme foram nascendo as idéias de fabricação local das matérias-primas. Através de um instrumento muito eficiente, a Portaria nº 4, quase uma reserva de mercado, o Brasil conseguiu ter, hoje, mais empresas nacionais que estrangeiras fabricando fármacos básicos para a Ceme. Isto porque as indústrias estrangeiras não se interessam, efetivamente, em se instalarem aqui, a não ser que surja a ameaça

*Trata-se de Alan Webber, definido como "especialista em questões de planejamento estratégico relacionadas com a economia mundial" - *Jornal do Brasil*, 22/01/90 - que defendeu, a idéia de ser o Japão desleal para com os Estados Unidos e duvidosamente democrático, devido ao seu "capitalismo-cooperativo-socialista", além de o povo japonês ser "filosófica e politicamente subdesenvolvido", o que torna aquele país, por tais defeitos, inadequado para liderar a economia mundial. Ainda segundo Alan Webber, seria urgente que a América Latina colaborasse com os Estados Unidos, para bloquear o avanço oriental, pois "não podemos confiar nos japoneses como bons líderes". O jovem editor da "Harvard Business Review" não esqueceu também de avisar que a América Latina e África fiquem a reboque das grandes alianças econômicas - MCE e EUA/Canadá - pois unir subdesenvolvidos será compor "um clube dos que já não têm poder e que, reunidos, continuarão não tendo". E explicitou seu recado: "Seria melhor que vocês abrissem suas economias para o mundo..."

de que perderão o mercado. Se ocorresse essa situação, elas logo viriam abrir fábricas aqui. Mas, como está a situação é mais lucrativo para elas dominar o mercado, exportando desde a matriz. Não têm que trazer tecnologia, não precisam empregar ninguém, nem pagar salários e impostos, e menos ainda conviver com a inflação. Assim, as filiais que têm aqui estão programadas para dar sempre prejuízos. Afinal, o povo paga as importações. É o mesmo esquema colonial da Companhia das Índias Ocidentais, nada de diferente.

Em termos estratégicos, é indiferente que o nosso mercado de medicamentos seja dominado por empresas estrangeiras ou nacionais, desde que o mercado seja atendido?

– Não, não é indiferente. O setor de saúde forçosamente se identifica com nossas necessidades, e estas não se identificam com os interesses das matrizes das multinacionais. É por isso que não se faz pesquisa sobre doenças regionais, como febre amarela, dengue, malária, etc.. Estas doenças regionais não são mercado atrativo para essas multinacionais, que visam prioritariamente a seu próprio mercado, investindo em pesquisas para remédios sobre doenças de lá. É impraticável conciliar o interesse comercial dessas empresas com as necessidades de saúde do país.

Afinal, elas não têm coração nem pátria...

– Essa é outra história, porque as multinacionais têm país, sim, são fortemente patriotas. O Brasil precisaria conhecer o grau de patriotismo desses povos adiantados. Aqui, há uma falta de patriotismo terrível. E ainda fazem com que os patriotas precisem se sentir mal, como o patriotismo fosse um sentimento condenável.

A pregação neoliberal que está por aí não é outra coisa senão esse tipo de patulhamento ao avesso.

– Essa onda neoliberal é uma grande armação. Não existe nada de neoliberal. O Congresso norte-americano acaba de contratar uma empresa de pesquisa da área financeira para fazer uma análise do comportamento do setor de enge-

nharia genética dos Estados Unidos em relação ao setor dos demais países. Isso, para que – se for necessário, se o estudo assim mostrar – o Congresso baixe uma série de normas, para reforçar a engenharia genética norte-americana e aumentar sua competitividade internacional. Isso se repete na área do aço, na agricultura e em outros campos, onde os incentivos governamentais são fundamentais para sustentar tais áreas e protegê-las da competição internacional. Os Estados Unidos só importam aço, por exemplo, naquela proporção que sua siderurgia não consegue produzir. Se precisa de 100 e só produz 60, importa então os outros 40, mas somente 40. É assim que se faz no mundo inteiro, e não abrindo o mercado.

Na área dos remédios, ganha destaque a questão das plantas medicinais. As mul-

“Nunca soubemos aproveitar as oportunidades que a vida nos ofereceu”

tinacionais demonstram interesse crescente por essa área. Qual a importância disso, num país de flora tão rica?

– É verdade. Se um pesquisador brasileiro avança no estudo de uma planta ou em projeto qualquer, pode estar certo que ele vai ser topado, logo, logo. Essa nossa postura nacionalista não é algo preconcebido: nasceu, ao contrário, do que a gente vê e contra o que a gente se rebela. Veja um exemplo: um pesquisador brasileiro, de nível internacional, do interior de S. Paulo – dr. Sérgio Cardoso – desenvolveu um estudo sobre o veneno de determinada cobra, que provocava nas vítimas da mordida uma violenta queda de pressão e síncope. E conseguiu isolar a substância ativa que fazia descer a pressão. Em seu entusiasmo, ele divulgou isso pelo mundo inteiro. Uma multinacional aproveitou a pesquisa e criou um medicamento para pressão, que é hoje o quinto produto mais vendido no mundo. O remédio, naturalmente, é patenteado pela multinacional, que sequer deu um “bom dia” para nosso pesquisador.

Um dos assuntos mais conflitantes do momento é o das patentes, pelas quais os

Estados Unidos têm pressionado o Brasil, até com retaliações. Como está a situação na área dos medicamentos?

– Ao longo do pós-guerra nosso setor foi desnacionalizado. Mas, ainda não está totalmente desnacionalizado, motivo pelo qual há uma luta pelo mercado. Não há luta no setor automobilístico, por exemplo, pois é totalmente desnacionalizado. Mas, no nosso ainda há luta, apesar do alto nível de desnacionalização. E somos nós que representamos a concorrência a eles. Agora mesmo, entreguei ao Ministério da Ciência e Tecnologia uma opinião sobre a questão das patentes. Os norte-americanos, que se dizem defensores da livre concorrência, querem agora fechar o mercado com patentes, que são, na verdade, instrumentos de monopólio. Patente é monopólio. E monopólio é a entrega ao monopolista do direito de fixar livremente os preços. Na prática, reconhecida a patente, o Brasil vai adquirir o tal medicamento aos preços que o exportador irá fixar. Além disso, sob o ângulo do desenvolvimento nacional, reconhecer as patentes das multinacionais significa fechar a porta ao desenvolvimento de nossas potencialidades e de criação autônoma de tecnologia. Vamos ficar atrelados, a reboque, seremos asseinhoreados por decisões externas. Lembrei ao Ministério da Ciência e Tecnologia uma série de exemplos. Produtos que eram importados a determinados valores baixaram de preço em: mais de 90%, tão logo entrou no mercado um concorrente nacional. Portanto, o país estava gastando dez vezes mais, com tais importações. Assim, aceita essa tese das patentes, logo as multinacionais retirarão do mercado os produtos que têm concorrência nacional e os lançarão, com outros nomes e modificações mínimas. Só que esses produtos novos ficarão sem a concorrência nacional. A propaganda induzirá nossos médicos a receitar esses remédios e a indústria nacional sairá do mercado. Resultado: pagaremos pelos mesmos remédios de 10 a 50 vezes mais caro. Patente é isso. E o próprio Itamarati dispõe de estudos, que comprovam o emprego de práticas protecionistas no mundo inteiro, hoje em dia. Agora, se quisermos ser liberais, devemos nos preparar para pagar a conta. ●

O grito das crianças

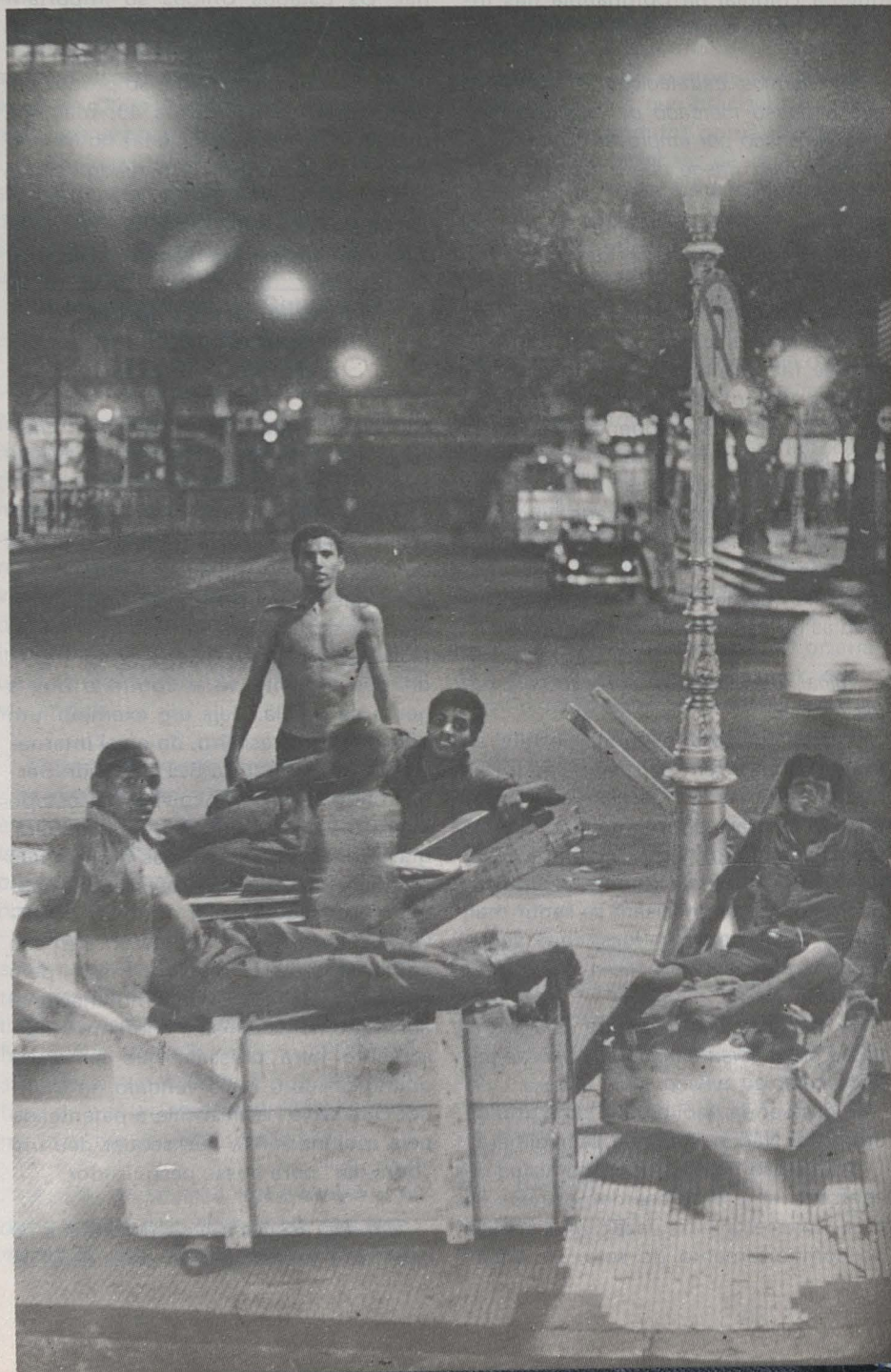
Entre os dramas da infância abandonada no Brasil destaca-se o daquela parcela de menores obrigados a romper os próprios caminhos na agressiva solidão das ruas e praças, onde cada dia é uma lição de violência e desesperança. Mas, os meninos e meninas de rua começam a aprender a tomar para si a parte de cidadania que a sociedade insiste em lhes negar

Fernando Mesquita

Não somos marginais, fomos marginalizados". Esta frase, que resume toda uma consciência, foi pronunciada no discurso de um menino, no plenário da Câmara dos Deputados, numa sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada especialmente para recepcionar uma comissão do II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado no final de setembro em Brasília. O desabafo não poderia ter platéia mais adequada, marcando o ponto culminante da Caminhada pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, que levou mais de duas mil crianças ao Congresso.

A crescente organização do movimento das crianças de rua parece indicar que surge uma luz a distância para minorar o sofrimento que atinge um crescente número de menores largados à própria sorte, nas massacrantes e insensíveis ruas das grandes cidades brasileiras. Mas, até que se possa conseguir reduzir esse drama social, o caminho se apresenta repleto de dificuldades e, sobretudo, de violências contra essa parte da infância e da juventude obrigada a encontrar sozinha seus próprios meios de sobrevivência física e moral.

A violência é um dos aspectos mais presentes e dolorosos da experiência desses meninos e meninas. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-Ibase - "Crianças e Adolescentes no Brasil: a Vida Silenciosa" - aponta números simplesmente sinistros: de 1984 a 1989, foram assassinados no país 1.397 menores, entre zero e 18 anos. Em 1989, houve um aumento de 17% no ritmo



de rua

anual dessa chacina, em relação a 1988. Nos primeiros seis meses de 1989, uma criança foi assassinada a cada dois dias.

Nos cinco anos entre 1985 e 1989, as 1.275 crianças mortas representam um número quase três vezes superior ao de trabalhadores rurais assassinados em conflitos de terras (459), no mesmo período. Segundo o levantamento, 73% das mortes de menores se dão por armas de fogo e 74% dessas vítimas têm entre 15 e 18 anos; 87% são meninos e 52% dos mortos são negros e mulatos. Ou seja, a vítima típica dos esquadrões da morte é um menor, negro ou mulato, que tem entre 15 e 18 anos e que mora nas grandes cidades do país.

O que o relatório revela em números, as crianças mostraram e contaram, de viva voz e corpo presente, naquele II Encontro de Meninos e Meninas de Rua. Os depoimentos, as conversas, as trocas de experiência permitiram a compreensão de que a situação de cada um é a verdadeira condição universal dos que vivem nas ruas, seja qual for a cidade do país.

Drama do Terceiro Mundo

– Ampliar a questão da juventude marginalizada para o âmbito do Terceiro Mundo, aproveitando o momento do II Encontro, foi uma opção consciente dos organizadores. Educadores africanos e de oito nações latino-americanas foram convidados. Também compareceram meninos de vários países latino-americanos, que participaram integralmente dos trabalhos, inclusive com depoimentos.

Ficou patente a experiência comum com uma situação de miséria, marginalidade e opressão. Embora ressaltando que a situação dos meninos de rua de seus países não é tão grave ou nu-

mericamente tão impressionante, os educadores hispano-americanos ressaltaram dois pontos em que a experiência brasileira pode ser usada na escala do continente: a decisão de ir ao encontro dos menores marginalizados no seu ambiente físico – a rua – e a opção de reconhecer o menino de rua como sujeito do processo, isto é, um ser capaz de auto-reflexão, autoconhecimento e responsabilidade por si mesmo, a partir de um apoio proporcionado pelos educadores.

“Aqui, o movimento dos meninos tem raízes históricas, pela violência radical da situação brasileira. No Uruguai, temos que fazer uma leitura e uma adaptação à nossa realidade. Mas, sem dúvida, do ponto de vista dos educadores, aqui estão sendo colocadas as primeiras pedras do que poderá ser um movimento latino-americano de *chicos de la calle*, talvez mesmo um movimento de todo o Terceiro Mundo, por que não?”, observou Macarena Duarte, coordenadora de um programa uruguaio para crianças de rua.

Esta não é a opinião geral, porque muitos educadores consideram que a extrema diversidade do Terceiro Mundo impede um movimento homogêneo. Mas, de qualquer forma, entre os educadores latino-americanos a troca de experiência possibilitou um amplo con-

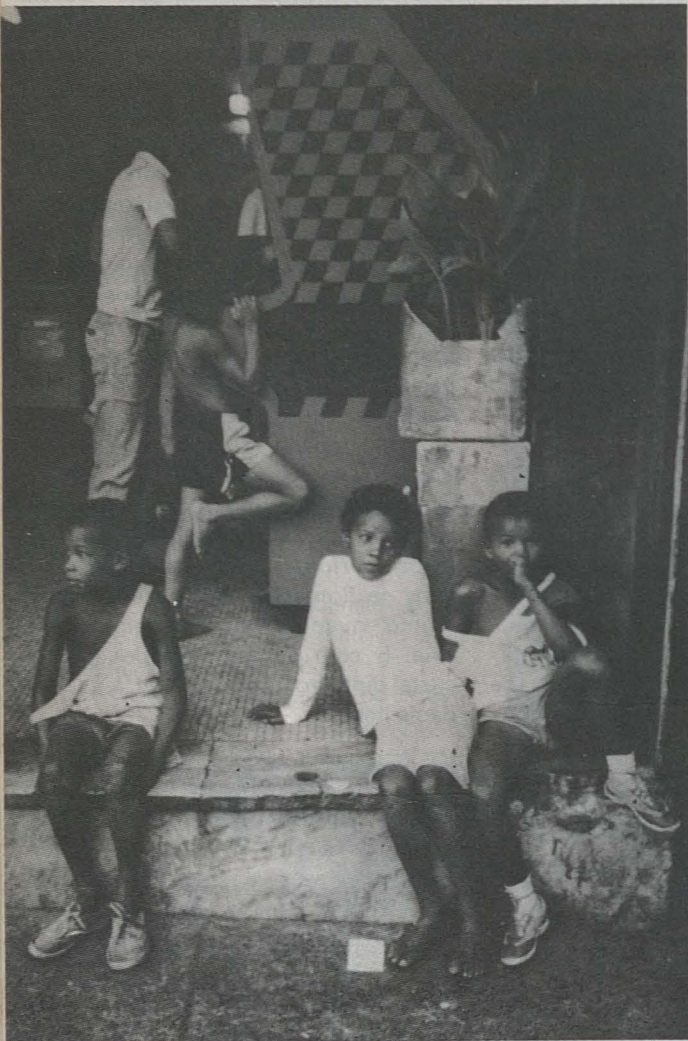
senso, de que resultou uma proposta para a implantação de um centro de formação para educadores de meninos de rua, a publicação de um boletim para apoio metodológico desses professores e o desenvolvimento de um centro de documentação.

Uma das experiências mais avançadas na aplicação de metodologias novas está sendo desenvolvida pela *Asociación de Muchachos de la Calle*, de Caracas, na Venezuela. Seu coordenador, Gustavo Misle, é também ativo participante do movimento ecológico de seu país e tem procurado aliar os dois caminhos. “Um dos nossos exercícios consiste em ir para uma região florestal, perto de Caracas”, conta Misle. “Ali, vendidos, a atenção dos meninos é focalizada nos outros sentidos, geralmente embotados pelo condicionamento urbano. Aprendem o que é o espaço, o que é se deslocar sem auxílio dos olhos, aprendem a ouvir os barulhos da floresta, a sentir o cheiro das flores e das cascas das árvores. A idéia é ajudá-los a descobrir que o corpo, em contato com a natureza, pode produzir, pelos perfumes, pelo silêncio, pelos sons da floresta, tanto prazer e relaxamento quanto, por exemplo, cheirar cola. E com a vantagem de que não custa dinheiro, não faz mal à saúde e não é ilegal...”



O abandono infantil aumenta, sob a indiferença da sociedade que prioriza outras questões

Criança abandonada pede prioridade



As ruas deformam os valores de crianças obrigadas a lutar cedo pela sobrevivência

Para esta década que desponta, ele assinala a importância que terá a conscientização crescente que ocorre entre os meninos e meninas de rua das cidades brasileiras.

Qual o balanço que a Coordenação Nacional do Movimento dos Meninos de Rua fez do II Encontro?

– Num primeiro balanço que a gente fez com os meninos, eles disseram que o que tinham programado estava acontecendo muito bem. E o que ficou claro foi a capacidade e a responsabilidade que eles tiveram: o Encontro foi preparado por eles. Outra coisa

Benedito Rodrigues dos Santos é o coordenador nacional do Movimento dos Meninos e Meninas de Rua e avalia que o governo não poderá mais ignorar essa massa infantil que começa a desenvolver o senso de reivindicação. Define como trágica a política para o menor, nos últimos 30 anos, e aponta a necessidade de se estabelecerem novas formas de abordagem para a questão, o que envolverá uma percepção especial dos educadores.

que a gente observou, comparando o primeiro encontro com este, foi o crescimento da consciência deles a respeito de direitos. Você sabe que muitos chegaram com aquela postura dolorida de menino de rua: olhar cabisbaixo de pessoa jogada, o trapo, o coitadinho. Mas, a imagem deles, no final do Encontro, estava muito bonita: uma imagem altiva. Estava no rosto deles escrito: cidadão. Houve um momento muito bonito lá no plenário do Congresso Nacional. A

votação simbólica, que aconteceu lá, foi um marco e a coroação de toda a luta que a gente empreendeu nesta década. Marca o fortalecimento desses meninos para o enfrentamento da nova década.

O que seria este "enfrentamento da nova década"?

– A questão do menino de rua, hoje, com essas ações, está na pauta das autoridades. Mas, nós queremos, agora, que ela fique nessa pauta como prioridade absoluta. Neste ano de 1989, construímos o arcabouço jurídico da nação brasileira. Então, é esta a hora de, por assim dizer, "assegurar o direito na lei", porque aquilo que não está na lei não pode ser juridicamente arguido. Esta é uma primeira tarefa.

A tarefa da nova década será a de efetivar os direitos que estão sendo conquistados. E esta meninada, acredito, está mostrando que tem garra para fazer isso. Outro desafio muito grande para o futuro é a formação desses meninos para a cidadania e a dos educadores. Os educadores têm que conseguir captar todo o novo que está apontando e, assim, ser capaz de continuar inventando e reinventando o pedagógico.

Em termos resumidos, qual a diferença entre esta proposta e a ação tradicional do Estado junto ao menor?

– A política para o menor, de 1964 até 1984, foi cruel. Tratava a criança abandonada como um ser anormal, que precisava ser recuperado numa instituição. Considerava que a cabeça dessa criança precisava ser "trabalhada", como se fosse uma peça de engrenagem, antes de ser devolvido para a sociedade. A partir da fala das crianças, com a crítica que elas fizeram, com a crítica dos meios de comunicação e dos intelectuais, essa política foi sendo desmontada aos poucos. Hoje você percebe uma tendência nova, até mesmo nos órgãos governamentais, a tendência de, pelo menos, repensar a questão. Inclusive, a gente tem muitos técnicos desses órgãos dispostos a colaborar e a apoiar a proposta que estamos fazendo, que é a extinção desse sistema de bem-estar de menores no Brasil. Podemos até mesmo perceber, em alguns setores desse

sistema – se bem que ainda restritos e fruto mais da abertura de algumas pessoas, que assumiram cargo de direção – a tendência de desenvolver as próprias propostas do Movimento dos Meninos de Rua.

Quais são essas propostas?

– Antes de tudo, o atendimento a estes meninos, no meio em que eles estão inseridos. Depois, considerá-los como sujeitos. Ou seja, isto quer dizer que não se pode fazer um projeto de cima para baixo, um projeto de gabinete. Todo e qualquer projeto tem que começar com uma discussão com esses meninos, porque eles também têm condição de apontar os caminhos que a

ças. Nós não somos uma federação de programas. Achamos que essa estrutura de federação também tem a tendência de se institucionalizar, de se cristalizar e virar uma máquina burocrática. Temos muito cuidado em criar uma estrutura ágil, dinâmica, de movimento. O movimento, hoje, está articulado em 23 estados e no Distrito Federal. E em processo de articulação em quatro (Roraima, Acre e Tocantins), que são estados mais novos. Estão envolvidos, num compromisso cotidiano com o movimento, cerca de três mil educadores. Existem também muitos colaboradores e simpatizantes, o que eleva o conjunto todo para seis mil educadores. A nossa ação chega a cerca de 80 mil

que eles mesmos vão apontando e planejando.

Depois, esse trabalho se desdobra em outras fases, buscando oferecer acolhida, alfabetização, complementação escolar, educação pelo trabalho, nessa linha. No geral, a experiência tende a reproduzir os mesmos caminhos. Alguns estados têm experiências mais antigas, como é o caso do Pará, com a “República do Pequeno Vendedor”, que já existe há 18 anos. São Paulo e Recife também têm lutas antigas.

Quando o educador se aproxima do menino de rua – aquele que já perdeu contato com a família, que já é, digamos, um sozinho na vida, se entendi bem – a função desse trabalho seria a de provocar um processo de tomada de autoconsciência, de auto-educação. Não há, então, preocupação em se encontrar uma família substituta. Isso confere?

– Nossa proposta é essa mesmo. Desejamos, que esses meninos adquiram consciência dos fatores que os levaram a ser marginalizados. E também que adquiram consciência dos direitos e das possibilidades que têm no enfrentamento dos seus problemas. É lógico que a decisão cabe a eles. Mas, é só assim que a gente consegue fazer o trabalho. A gente se pronuncia, claramente, contra as chamadas operações de arrastão, ações que pretendem “limpar” as ruas das cidades, para deixá-las “bonitas” para turistas, como é o caso do Rio de Janeiro, ou em Goiânia, quando a fórmula 1 de motocicletas vai realizar uma prova. Ou ainda no fim de ano, quando a burguesia sai para fazer compras.

Denunciou-se, no encontro, uma política de extermínio de meninos por esquadrões da morte. Será que, paralelamente à tomada de consciência de seus direitos por estes meninos, não está havendo um agravamento das suas condições?

– É, ocorre esse paradoxo. De modo geral, você percebe que a situação piora, em correlação com o arrocho salarial. Porque esses meninos, a maioria sai para a rua para trabalhar, para buscar a própria sobrevivência e a da família. Hoje em dia, onze milhões e meio de famílias brasileiras são chefiadas por



Na encenação, os meninos mostraram como vêem as múltiplas agressões que sofrem nas ruas

gente tem que percorrer. O Estado tem incorporado tais propostas, mas de forma mecânica. A nossa luta é para que o Estado desenvolva um atendimento de qualidade. Nós, enquanto movimento popular, não queremos desobrigar o Estado do papel que ele tem na educação e assistência destas crianças. Queremos que ele amplie e melhore a cobertura.

Qual o porte do movimento? Quantos educadores e quantos meninos estão envolvidos?

– O movimento é uma articulação de educadores que trabalham com crian-

ças em todo Brasil, através do funcionamento de 88 comissões.

Em rápidos traços, você poderia ilustrar como se desenvolve um trabalho típico com os meninos de rua?

– Existe uma coisa nova, que começou nos anos oitenta, que é o trabalho de educação de rua. Esses meninos, excluídos da escola, excluídos da comunidade, da família, passam a contar com a presença de um educador de rua, que é aquela figura solidária, que vai até onde eles estão. A partir daí, estabelece-se um processo pedagógico, discutindo-se com eles, ajudando-se a executar ações

mulheres. Em tais famílias, esses meninos têm uma contribuição muito grande para o orçamento doméstico. É claro que, com o arrocho e a crise, aumenta a necessidade de os meninos irem para a rua.

Mas, junto com as dificuldades, corre uma intensa busca de saídas. A gente nota que as reivindicações deles passam a abranger a questão do salário. Eles percebem que os pais deveriam ter um salário justo. Como disse, no Encontro, uma menina do Espírito Santo: "Menino tem que brincar e ir para a escola". Hoje, ocorre que a sociedade brasileira vê os meninos trabalhando - e eles trabalham jornadas muito mais duras do que quem está com carteira assinada - em condições insalubres ou perigosas.

Esses meninos estão ingressando no mercado de trabalho em idade extremamente precoce, às vezes com cinco ou seis anos.

A sociedade não acha que isso seja violência e aplaude o fato, porque é um menino pobre, trabalhando, ajudando a família. Mas, estas crianças percebem que nenhum filho de classe média da sua idade está trabalhando. Pelo contrário, está se formando nas melhores escolas, dançando jazz, fazendo piano, natação, numa vida saudável e educativa.

Outra coisa que eles discutem muito e que lhes parece cada vez mais clara é a questão da reforma agrária. Muitos pais destes meninos vieram da zona rural e eles têm na cabeça as imagens

que os pais trazem, de que no campo pode haver fartura, etc.. E um grupinho ainda menor de meninos já está começando a compreender a questão da dívida externa. Eles são muito espertos, estão atentos à televisão, e vêem as propagandas dos candidatos e já começam a conversar com a gente sobre isso e a se posicionar contra o pagamento da dívida externa.

Existem também reivindicações mais imediatas, como a de poder ser atendido num hospital, sem estar acompanhado dos pais. Porque eles adoecem e estão sozinhos, sem carteira de trabalho, sem nada.

É importante perceber que o Movimento dos Meninos de Rua não está trabalhando só com meninos que dor-

Estatuto, objetivo estratégico

O artigo 227 da nova Constituição de 1988 dispõe o seguinte: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Para o Movimento, o reconhecimento constitucional desses direitos é de uma importância que não pode ser exagerada. "A base já foi conquistada", diz Benedito dos Santos. "Trata-se agora de expandir esses conceitos para as constituições estaduais e municipais e - o que é tão importante, quanto ter o direito escrito na Constituição - conseguir aprovar leis complementares, que os regulamentos, os tornem uma realidade, uma prática social".

A regulamentação do art. 227 já está proposta ao Congresso, na forma dos projetos de lei 193/89, de autoria do senador Ronan Tito, e 1506/89, do deputado Nelson Aguiar (este último com apoio dos líderes de todos os partidos).

Tais projetos configuram o chamado "Estatuto da Criança e do Adolescente", aquele mesmo que foi defendido por cinco meninos no plenário da Câmara e votado simbolicamente por todos os participantes do II Encontro, na sessão conjunta do Congresso, na tarde do dia 28 de setembro.

Quais as inovações desse Estatuto? Em primeiro lugar, a abolição de categorias ideológicas estigmatizantes, como "menor", "situação irregular", etc., o que implica a imediata revogação da Lei 6697/79, que cria o chamado "Código de Menores". A criança e o adolescente passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, que devem ser tratados (nos termos do art. 227 citado) com absoluta prioridade, reconhecida a sua condição de pessoa em desenvolvimento.

Em seguida, a desvinculação da questão de uma visão

jurídica e policiaesca. A situação da criança e do adolescente passa a ser considerada, basicamente, uma questão de justiça social e, secundariamente, de justiça ou de polícia. Em consequência, dá-se uma vasta transferência de responsabilidade e autoridade da justiça para a cidadania, que passa a participar decisivamente, nos termos do art. 204 da nova Constituição, que garante a participação da sociedade na assistência social realizada com recursos do orçamento de seguridade social.

Os novos direitos das crianças e adolescentes supõem a criação de mecanismos e instrumentos para a sua efetivação, sob o controle da cidadania. São eles: os Conselhos da Criança e do Adolescente (municipais, estaduais e federal), cujos fundos poderão provir de doações, com isenção de imposto de renda, análogas às que já são feitas no campo da cultura; e os Conselhos Tutelares, a serem criados em todos os municípios e nos bairros das grandes cidades.

A idéia é que essas instituições, atuando com cidadãos, pais, educadores etc., terão competência real para resolver a grande maioria das questões que, na legislação atual, estão nas mãos da justiça e da polícia. Apenas as infrações mais graves, implicando ameaça ou violência à pessoa, entrarão na área de competência judicial ou policial. Nesse caso, entrará em ação a Justiça da Infância e da Juventude. Na ação judicial, serão garantidos aos adolescentes imputados todos os direitos assegurados na Constituição, incluindo defesa técnica por profissional habilitado (advogado), em lugar do atual curador de menores (promotor público).

Correspondência:

MOVIMENTO NACIONAL DOS MENINOS E MENINAS DE RUA
SDN-CNB - 3º andar - 3ª etapa - sala L-403
CEP: 70.070 - Brasília - D.F. - Brasil
Tels: (061)226-9334 / 225-1577 - Telex 613518



Em Brasília, as crianças fizeram reflexão

mem na rua, mas com a totalidade dos meninos que trabalham na rua e que também dormem em favelas, cortiços, morros, meninos filhos de trabalhadores. Aliás, essa massa não é, como querem alguns, afuncional em relação ao sistema capitalista. Muito pelo contrário, são muito funcionais: servem de mecanismo para redução dos salários.

De um ponto-de-vista a longo prazo, o Movimento dos Meninos de Rua vê alguma possibilidade de solução para o problema do menor abandonado?

– Para os educadores, está muito claro que tem que mudar o modelo, o sistema econômico, esse modelo baseado em produzir para exportar. O Brasil, todo mundo sabe, é a oitava eco-

nomia do mundo, mas é a octogésima-oitava em investimentos em educação.

Há aí uma questão importantíssima: ter a consciência de que só vão acontecer mudanças substanciais com a mudança da estrutura da sociedade, não pode servir de justificativa para uma posição imobilista. Este foi o grande erro da esquerda tradicional. Eu vivi isso, eu fui militante de movimento sindical. Quando parti para o trabalho com meninos de rua, tive que enfrentar argumentos do seguinte tipo: “Você vai trabalhar com menor abandonado, com pivete? A classe trabalhadora vai te cobrar isso um dia”. E eu respondi: “O que é isso, companheiro? Esses meninos não são filhos de marcanos, nem bebês de proveta. São filhos de trabalhadores”.

Claro, existe um grupo de meninos de rua, muito pequeno, aliás, que assumiu uma identidade delinquencial. Aí, não adianta você mudar sistema, porque existe uma coisa mais funda, que é a questão de identidade, de valor. Mas, a grande maioria provém de grupos miseráveis, empobrecidos, de trabalhadores. E mesmo que amanhã, por um passe de mágica, amanhecêssemos no socialismo, teríamos que continuar convivendo com legiões de meninos de rua. Então, fazer esse trabalho, desde já, é uma forma de você, a partir das consequências, começar a atacar as causas. Aliás, durante muito tempo, a esquerda

cometeu o equívoco de considerar os meninos de rua como uma “fração do lumpesinato”, portanto, incapaz de assumir qualquer perspectiva política progressista. Mais uma vez, a ortodoxia se revela falha. Você viu aqui meninos filhos de prostitutas, que moram em barracos, com a cara erguida, encarando deputados e dizendo: “Não, não somos marginais, nós fomos marginalizados”.

Estiveram no Encontro muitos representantes de países hispano-americanos. Qual a opinião deles?

– Fizemos uma avaliação, que foi muito emocionante. Eles acharam toda a experiência de uma riqueza extraordinária. Como foi dito: a gente está vendo a nossa utopia sendo concretizada num lugar. E também a gente acabou de definir a criação de uma articulação latino-americana, porque entendemos que há um projeto latino-americano, um projeto do Terceiro Mundo, que precisa ser viabilizado e construído. Enquanto a classe dominante, através de sua ideologia, que é hegemônica, apresentou um modelo de atendimento do menor, que foi seguido no mundo inteiro – esse modelo de tirar o menino da sociedade para fazer a recuperação em instituições fechadas, a ortopedia social – nós, que estamos tateando o novo, estamos isolados, sem condição de agir em conjunto.

(F.M.)



No Congresso, o discurso infantil por um estatuto da criança e do adolescente

REVELAÇÃO POLICIAL

Matador do milionário Diniz é rei dos bandidos no Rio

Crime abala a alta sociedade carioca e traz à tona comportamentos de submundo, que surpreendem a própria crônica policial, num caso que ainda parece longe de esgotar suas revelações

José Louzeiro

Com apenas 31 anos de idade, Paulo Sérgio Mollo Fonseca pode ser considerado uma enciclopédia viva do crime. O moço chega a assustar aqueles que se consideravam grandes delinquentes e pode ficar na crônica policial como o mais versátil bandido dos últimos tempos. Além de ter dominado emocionalmente Jacqueline Carr, fazendo com ela o que bem entendia, o extraordinário vigarista, conforme o delegado Frederico Henning vai apurando pacientemente, está envolvido, entre outras coisas, com: atuação de "justiceiros", roubo de automóveis, contrabando de armas, contrabando de pedras preciosas e ouro, extorsões, além de ser perito atirador com qualquer tipo de arma, exímio jogador de pôquer, roleta e bacará e eficiente agente financeiro.

Tanto Paulo Sérgio quanto o tio Hélio Fonseca, 50 anos, ex-presidiário, seriam habituados a viagens marítimas, em que fortunas são postas sobre os números coloridos enquanto a roda gira. Pelo que contam, embora isso ainda não seja oficial, dificilmente a dupla perdia, por mais revoltado que estivesse o mar e mais longe que fosse o iate.

Além disso, confirma-se a denúncia feita anteriormente por Lucimar Viana de que, dias antes do assassinato a tiros, um grupo de desconhecidos – homens de Paulo Sérgio? – tentou sequestrar o empresário Nogueira Diniz quando ele deixava as filhas na escola. Houve um problema qualquer com um dos delin-



Paulo Sérgio: um perigoso play-boy

quentes e, graças a isso, Diniz pôde entrar no carro e fugir.

Previsto o sequestro das meninas – À medida que as denúncias surgiram com mais espontaneidade e por parte de quem sabe das coisas, tudo se tornou claro ou espantosamente claro. Em primeiro lugar, conforme depoimento de d. Léa Diniz, mãe de José Carlos Nogueira Diniz, Jacqueline Carr é mulher ambiciosa e seu sonho era ocupar a cobertura de 5,5 milhões de dólares. De outra parte, ainda segundo o mesmo depoimento, Jacqueline estava aprendendo a atirar, pois pretendia, mais dia menos dia, eliminar o ex-marido. Disse d. Léa que seu filho havia determinado investigações em torno da vida de Paulo Sérgio, namorado da ex-mulher, pois imaginava que ele pretendesse sequestrar as meninas Shalimar, Yasmin e Lilah, filhas de Diniz com Jacqueline.

Vai ficando claro, como disse o juiz Paulo de Tarso Neves, do 3º Tribunal do Júri, que "Paulo Sérgio vive de expedientes, transações não especificadas com ouro, dólar e tráfico de armas, além de terem sido encontrados em sua casa dois veículos furtados e várias placas de carros e armas de diferentes calibres. Noticia-se o envolvimento dele em grupo de extermínio, assim como o cabo Campos e o X-9 Cláudio Silva. Sem dúvida ele é um indivíduo sem qualquer reserva moral e tem uma voracidade insaciável pelo dinheiro, e sua principal fonte de renda era a amante, Jacqueline. Resulta, até intuitivamente, que, morrendo o marido, a fonte voltaria a jorrar, posto que dela ele tinha o domínio do coração e da bolsa".



Diniz: deixou as pistas do criminoso

Por gostar de "coisas fáceis", Jacqueline Carr deixou-se enlouquecer pelo mundo das riquezas. Sua aproximação de Diniz, o casamento relâmpago, tudo caminhava na direção das "facilidades". E são exatamente as "facilidades" que vão tornando esta história um autêntico manual de psicopatia. Hábil, capaz de amplos entendimentos por um simples gesto, Paulo Sérgio foi dominando a amante a fim de transformá-la em cúmplice. E o fez com charme e elegância. Jacqueline disse que "as meninas adoravam Paulo Sérgio". Mas é claro que adoravam. Ele é, também, um profissional da sedução.

Quando Paulo Sérgio decidiu dar o tiro no próprio ombro, porque pretendia retardar o pagamento "da propina a um juiz", como mencionou Jacqueline, não estava em jogo apenas a pensão paga por Diniz. O bandidaço fechava o cerco da sedução sobre a amante com a prova física. Se Jacqueline permanecesse no carro, Paulo Sérgio poderia ter certeza de que ela o acompanharia, daí em diante, em qualquer outra loucura. E ela permaneceu.

Frio e calculista – O delegado Frederico Henning, acostumado a lidar com os mais diferentes tipos de criminosos, está impressionado com a capacidade que Paulo Sérgio tem de mentir, de negar, de lançar afirmações aparente-

mente idiotas, visando a proveito futuro. É incrível, também, a calma que apresenta nos interrogatórios. Não se deixa confundir, o cansaço não parece irritá-lo. Está sempre sorridente, falando pausadamente e, é claro, dizendo-se inocente.

Na verdade, segundo alguns policiais que investigam o crime, Paulo Sérgio poderá até ser condenado à pena máxima, mas dificilmente as autoridades vão ficar sabendo metade de sua história, que tem ramificações em inúmeros setores da criminalidade. Não está fora de cogitação que ele esteja envolvido com o tráfico de drogas. Mas, sua função seria específica: dar proteção aos grandes do narcotráfico, que por aqui transitam ou fixaram residência. O delegado Henning pretende chegar ao capítulo das drogas, mas antes, natural-

mente, terá que escrever o verbete inicial desta autêntica enciclopédia do crime.

Outra coisa que está intrigando os detetives da 16ª Delegacia: por onde costumava viajar Paulo Sérgio? Já se confirmou que, em certas temporadas, ele sumia, depois reaparecia com a mesma "disposição de trabalho". Como se, frequentemente, tirasse férias. E, curiosamente, Jacqueline Carr ficava inquieta nesses momentos. Ainda não se sabe se isso era apenas ciúme ou medo que o amante, por fora, estivesse lhe armando alguma surpresa. Há quem afirme, também, que Jacqueline Carr, em matéria de maquiavelismo, é parecida com o amante, daí se entenderem tão bem, não sendo válida a afirmação dela de que estava afastada de Paulo Sérgio. Este seduzia ao mesmo tempo

Crime de profissionais

O empresário José Carlos Nogueira Diniz Filho, ex-marido de Jacqueline Carr, pai de três filhas menores – Lylah e Yasmin (ambas de 6 anos) e Shalimar (4 anos) – foi assassinado a tiros na madrugada de 26 de novembro, na Rua Rodolfo de Amoedo, Barra da Tijuca, após sair de um jantar no restaurante Antiquarius com amigos e a segunda mulher, Lucimar Viana. O carro dele foi seguido pelo carro em que estavam os assassinos. O principal suspeito do crime é Paulo Sérgio Mollo Fonseca, namorado de Jacqueline Carr, juntamente com o policial Edmilson Carmo Dias, do 18º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, sediado em Jacarepaguá; o X-9 Cláudio Silva e o oficial de Justiça Manoel de Oliveira, o Manoelzinho, da cidade de Duque de Caxias.

No início das investigações, Lucimar Viana fez declarações importantes, o que possibilitou às autoridades chegarem sem demora ao principal suspeito: Paulo Sérgio, visto nas imediações do restaurante por um segurança.

Paulo Sérgio negou as acusações, disse que já não era mais namorado de Jacqueline. Depois, as coisas foram se tornando claras. Jacqueline acusou Paulo Sérgio e disse que, em certa ocasião, ele fizera um disparo contra o próprio ombro, a fim de fingir um assalto e tirar vantagem disso.

Quando foi preso o X-9 Cláudio Silva, novas luzes se abriram sobre o caso: Jacqueline era mesmo namorada de Paulo Sérgio, tinha uma arma igual à que matou o marido e frequentava a casa em que o amante recebia amigos policiais e praticava tiro. Depois, em novo depoimento, Jacqueline dizia ao delegado Frederico Henning (16ª Delegacia Policial, na Barra da Tijuca), que temia por suas filhas. Paulo Sérgio, mesmo preso, poderia tramar o sequestro delas. Aí ficou entendido, como imaginava a polícia: Paulo Sérgio não apenas matou Nogueira Diniz como está envolvido numa série de outros crimes, desde roubos de carros, extorsões, crime organizado, contrabando e, possivelmente, sequestros e "venda de segurança" a traficantes de entorpecentes. Embora o delegado Frederico Henning tenha encaminhado o inquérito à Justiça, com 494 páginas, muita coisa ainda poderá ser acrescentada a partir do momento em que o inquérito se transformar em processo. Enquanto isso, a pedido do promotor Murilo Bernardes Miguel, do I Tribunal do Júri, o juiz Adilson Bevilacqua decretou a prisão preventiva de Jacqueline Carr como co-autora do crime.

A dor das mães

Agora, são as mães – Léa Diniz e Célia Nogueira – que defendem seus filhos. Paulo Sérgio, como se não tivesse pai nem mãe, acabou ficando na roda. Com o depoimento do parceiro X-9, está definitivamente enquadrado em uma série de artigos do Código Penal e sua pena pode vir a ser bastante elevada.

Dona Léa e pessoas da intimidade dela afirmam que Jacqueline é fria, calculista e sempre quis apoderar-se dos bens do marido, principalmente da tal cobertura de 5,5 milhões de dólares. Há quem diga que ela é “uma verdadeira artista”, capaz de usar “sua beleza para conseguir o que quer”, mas, logo depois, “modifica-se por completo e passa a hostilizar, seja quem for”. Dona Léa acusa Jacqueline de ter ameaçado ocupar a cobertura após o crime. Nessa ocasião, chegou a ser grosseira. Dona Léa Diniz lamenta que seu filho tenha casado com uma mulher que mal conhecia.

Para dona Célia Nogueira, mãe de Jacqueline, a vítima do casamento foi sua filha, moça educada que, de repente, passou a viver uma vida infernal ao lado de um homem desregrado, que tomava tranquilizante com uísque e, em vez de ficar em casa, saía à noite, percorrendo boates e inferninhos, metendo-se com garotas que faziam *strip-tease* e “certa vez, acordou em um motel, ao lado de um casal nu. Telefonou para Jacqueline dizendo que não sabia o que tinha acontecido. Eu ainda disse a ela que não fosse lá, pois aquilo era um absurdo, mas ela terminou indo”. Dona Célia desmente que sua filha tivesse qualquer pretensão de aprender a atirar com revólver, até por ser míope. Depois disso, acrescenta: “Jacqueline foi à cobertura onde mora a Léa, acompanhada do advogado Régis Fischtnner e do cardiologista Ênio, para dar a notícia. Temia que Léa tivesse alguma reação forte. Não foi tomar posse de nada. Isto é uma inverdade”.

Enquanto as mães defendem seus filhos, cada vez mais o cerco aperta em torno de Paulo Sérgio. Seu único parente na crônica é o tio e ex-presidiário Hélio Rocha Fonseca, 50 anos. Foi com ele que a polícia apreendeu o Gol branco, de S. Paulo, placa TS-4518, que estaria dando cobertura aos pistoleiros que mataram Nogueira Diniz. Na véspera de Paulo Sérgio ser metido na cela comum, ao lado de outros bandidos, seu advogado Raimundo Paiva dizia, em tom de lamentação, que seu cliente caminhava para ser “jogado no lodo”.

Estranhamente, até aqui Paulo Sérgio não fez acusações contra ninguém. Nem mesmo contra Jacqueline, com quem teve longa acareação. Houve apenas contradições. Muitas. Uma delas: negou a história do tiro no ombro, mas, logo em seguida, o fato era confirmado. Ele próprio terminaria admitindo. É claro que, daqui em diante, para rebater as afirmações do X-9, terá que inventar mais histórias. O que esconde Paulo Sérgio é uma indagação que os policiais envolvidos no caso ainda não conseguiram digerir.

No depoimento de Jacqueline ao delegado Frederico Henning e que, agora, vai sendo divulgado aos poucos, há afirmações que dão o empresário Nogueira Diniz como viciado em Optalidon e Roipinol, que ele adicionava a bebidas alcoólicas, transformando os efeitos desses medicamentos em psicotrópicos. Por causa disso e ainda conforme o depoimento, Diniz chegou a ser internado algumas vezes numa clínica de Botafogo.

Disse também Jacqueline que, por não se conformar com a separação, Diniz mandou segui-la e, a partir daí, ela começou a receber telefonemas ameaçadores. Por essa época, “ele já estava envolvido com uma mulher de nível social muito baixo”.

Jacqueline não definiu se essa mulher “de nível social muito baixo” seria Lucimar, mas garantiu que, quanto a Lucimar, Diniz a tratava como escrava branca e brigavam muito.

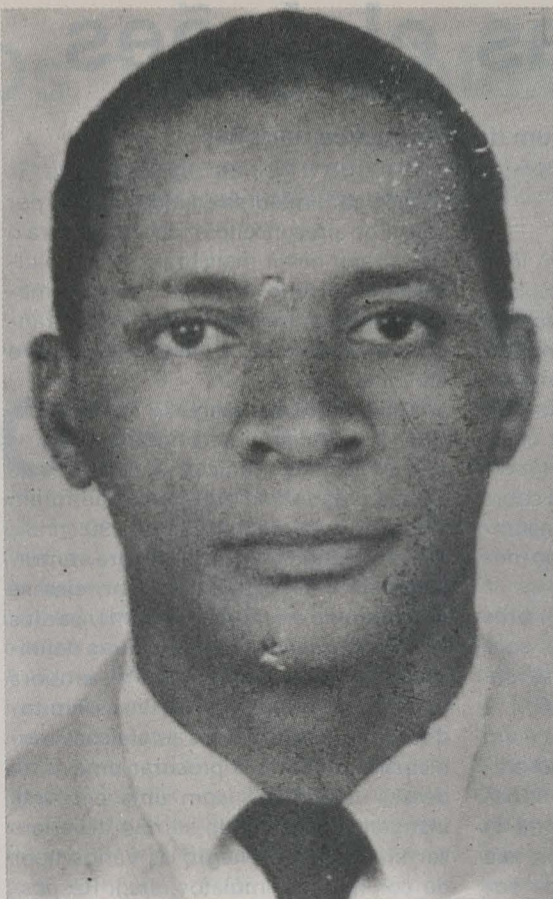
em que era seduzido? E por que esse jogo? Tudo com o objetivo de que Diniz fosse eliminado? Eis o que Jacqueline falta dizer, um dia desses, quando o delegado Henning tiver permissão para ouvi-la, sem o acompanhamento dos advogados, ou diante do juiz.

É provável também que o delegado Henning necessite conversar com Lucimariana Deccottignes, última namorada de Diniz. Afinal, foi graças a ela que o caso ficou mais ou menos claro desde o primeiro momento, quando tinha tudo para tornar-se a história mais nebulosa do mundo, não fosse a suspeita dela indicando na direção do amante de Jacqueline. É óbvio que Lucimar deve estar a par de muitos outros envoltimentos de Jacqueline com Paulo Sérgio, assim como sabia da tentativa de sequestro, que, a princípio, a polícia tentou descartar.

Lucimar deve saber, por exemplo, se Paulo Sérgio mantinha seus homens seguindo Diniz. E mais: como eram as transas de Jacqueline com o amante, pois, ao que parece, após seduzi-la suficientemente, e também comprometê-la, como bom delinquente, já não lhe dava tanta importância. Isso, pelo que vai ficando demonstrado, foi atordoando Jacqueline, a tal ponto que chegou a dizer a dona Léa que ia aprender a atirar para matar o marido. Ele era o culpado por tudo aquilo.

Evidencia-se, cada vez mais, que Jacqueline tinha por fim apoderar-se dos bens de Diniz, ainda segundo depoimento de dona Léa, mas fica evidente, também, que ela usou seu poder de sedução para que Diniz elaborasse um testamento nos termos em que está feito.

Parece história de novela, mas, na verdade, temos aqui dois personagens e seus auxiliares, empenhados naquela velha coisa de como chegar à riqueza através do crime. Amor, ódio, vingança, cobiça e sangue. Todos os ingredientes dos bons romances *noir*. Não falta, inclusive, o suspense, pois de repente surge um personagem, como o alcaquete X-9, Cláudio Silva, que, sem maiores constrangimentos, afirma aos repórteres e ao delegado Henning ter participado do assassinato, para o qual fora contratado por 50 mil cruzados no-



Cláudio Silva: a confissão esperada

vos, e que no carro estavam com ele mais "três elementos", sendo que Paulo Sérgio também atirou no empresário. Curiosamente, quando o X-9 havia sido localizado pelo delegado Álvaro Luís Pinto, também da 16ª Delegacia, Paulo Sérgio dizia ao delegado Henning que sua maior vontade era que Cláudio Silva fosse logo preso, para que provasse sua inocência. Colocado diante do companheiro, o X-9 não teve dúvida: afirmou que Paulo Sérgio fora seu companheiro de matança. Surpresa de Paulo Sérgio? Nenhuma. Simplesmente, passou a dizer que não entendia por que o X-9 agia daquela maneira tão estranha, como se quisesse prejudicá-lo.

Megalomania do exterminador - Ninguém precisa ser psicanalista para apontar Paulo Sérgio como megalômano. Até instantes antes de ser levado à cela nº 4 da

delegacia da Barra da Tijuca, onde foi festivamente recebido pelos delinquentes que lá estavam, ele continuava a dizer-se inocente, sem saber de provas que estavam em sua própria casa, como é o caso da seringas hipodérmicas encontradas na embalagem da farmácia. Ele desmente o plano para sequestrar o empresário, repetindo sempre o que dissera antes: "Estive algumas vezes com o Diniz, mas foram encontros cordiais. Nada sabia da vida dele, nem estava interessado. Não desgostava dele, pois insistia em manter a Jacqueline sob vigilância, embora não tivesse mais nada com ela".

Outras coisas inacreditáveis estão sendo levantadas contra o namorado de Jacqueline. O delegado Álvaro Luís anda investigando, para descobrir "pessoas importantes" ludibriadas por Paulo Sérgio, graças à sua maneira simples e envolvente de falar. Entre essas pessoas, estariam alguns sábios banqueiros do jogo de bicho, que também teriam acusado os golpes do bandidaço.

Como se isso não bastasse, indica o passaporte de Paulo Sérgio que ele fizera viagens aos Estados Unidos, com passagem por Miami, São Francisco e Nova Iorque. Em certas ocasiões, demorou-se por lá mais de dois anos, atuando como agente financeiro do mercado de capitais para clientes brasileiros.

Quer saber o delegado Álvaro Luís se o passaporte de Jacqueline Carr também indica viagens para encontrar-se com Paulo Sérgio e quem eram os "brasileiros e brasileiras" que se faziam representar pelo delinquente. Talvez aí esteja a chave de muita coisa nova, que ainda poderá surgir neste caso.

Para isso está sendo feito um pedido de ajuda ao FBI, via embaixada brasileira nos Estados Unidos. É preciso saber, ainda, quando Paulo Sérgio fazia constar no passaporte uma tão longa permanência nos EUA, se ele estava mesmo por lá ou se a indicação significava um alibi para suas muitas e complicadas peripécias.

Como dá para ver, Paulo Sérgio apresenta-se como um gênio do crime, capaz de causar inveja aos "ídolos" norte-americanos da delinquência, onde se alinham figuras como Al Capone, Dillinger, Alvin Kerpis e Cock Barker. ●



Jacqueline: negando envolvimento com o crime

O povo negro e as eleições

A questão do negro começa a ser assumida como um desafio político nacional

Comissão de Religiosos Negros*

Sentimos que, nos últimos dez anos, começou a esboçar-se uma nova fase de tomada de consciência e organização do povo negro. Ela vem, um pouco, impulsionada pela tomada de consciência e organização dos empobrecidos em todos os países da América Latina e no mundo. As três maiores organizações negras do Brasil surgiram nesta fase. A descoberta dos heróis e mártires negros aconteceu nesta fase. Foi durante esta etapa que, pela primeira vez no Brasil, elegeram-se mais de cinco deputados federais negros, enquanto, nos Estados Unidos, os negros ocupam hoje 6.384 cargos eletivos, sem contar com a recente eleição de David Dinkins, para prefeito da cidade de Nova Iorque, e de Doug Wilder para governador da Virgínia. No continente africano, somos revigorados em nossa luta por justiça para o povo negro, com a vitória da Swapo contra os brancos da África do Sul que controlavam a Namíbia.

A Comissão de Religiosos, Seminaristas e Padres Negros começou a discutir, no início de 1988, a importância de um trabalho de pesquisa sobre o voto do povo negro a nível de Baixada Fluminense. A discussão tomou fôlego e se assumiu este desafio, como um serviço ao povo negro da Baixada e do Brasil, que começa a ampliar a sua organização. Era o ano da eleição municipal. Numa região como a Baixada Fluminense, onde 75% do povo descendem da etnia negra, é inadmissível que as Câmaras de Vereadores e outros setores da organização social não tenham um número de representantes proporcional à população negra. Este fato revela o grande desafio que temos pela frente: intensificar o trabalho de conscientização do povo negro e brancos solidários, em vista de uma nova ordem social que passe, necessaria-

mente, pela questão racial.

Pesquisa – A pesquisa atingiu um total de 1.277 pessoas negras, cuja escolaridade é a seguinte: não lê/não escreve: 37; alfabetizado: 77; 1º grau incompleto: 555; 1º grau completo: 262; 2º grau incompleto: 123; 2º grau completo: 164; superior incompleto: 32; superior completo: 26; pós-graduado: 1.

As análises abaixo foram feitas sobre as fichas do grupo de 1º grau incompleto (555), considerado o padrão dominante.

À pergunta "Você acha importante que a comunidade negra lance seus próprios candidatos?", disseram *não saber* 4,2%; responderam *não* 10,5%; e afirmaram *sim* 85,3%. Este dado já é um forte indicativo de que os futuros candidatos negros poderão e deverão trabalhar sua campanha também em cima do voto negro. Os candidatos negros não devem continuar na armadilha da sociedade européia implantada no Brasil, tendo medo de tocar na questão racial em seu trabalho de campanha.

À pergunta "Caso seu candidato seja eleito, cite três ações que você exigiria, que ele tomasse com relação aos direitos do povo negro?", houve grande número de respostas diferentes, que classificamos em dois grupos: respostas raciais (56,8%) e respostas sociais (43,2%). As mais frequentes respostas de fundo racial foram: igualdade em relação ao branco; acesso do negro a lugares e cargos sociais; trabalho que favorecesse a comunidade negra.

Quanto às respostas de fundo social, as mais frequentes foram: educação (creches, 1º, 2º, 3º graus); saneamento básico; calçamento.

À pergunta "Quem tem mais vantagem para se eleger: um candidato negro ou um candidato branco?", 73% responderam que era o candidato branco; 11,2% apontaram que era o negro; 11,9% consideraram as chances iguais. As justificativas do grupo que vê o

branco com maiores chances foram: por causa do preconceito e racismo contra o negro; por haver mais brancos na política; porque tudo o que é branco é melhor; porque, mesmo o candidato branco sendo safado, é nele que o povo acredita.

Uma parte da pesquisa foi feita exclusivamente com os candidatos negros a vereador nos municípios de Duque de Caxias e São João de Meriti, que foram 290 num total de 1.457. Dos 290 candidatos oriundos da etnia negra, entrevistamos 47,2%. Quanto à cor, eles se definiram como mulatos (5,3%), pardos (27,2%), morenos (13,9%), outras definições (14,9%) e negros (38,2%), embora os entrevistadores os classificassem todos como negros. Após as eleições municipais, voltamos a procurar uma parte desses candidatos, com uma pergunta instigante, insinuando se não deveriam ser chamados de negro os vários tipos de cor (pardos, mulatos, etc.). Respostas: depende (11,8%); discordo (11,8%); concordo (76,4%). A pergunta queria medir a capacidade de sustentação da posição anterior do candidato, diante de uma posição política do movimento negro. O resultado foi surpreendente. Há forte indício de que o tabu de se assumir a própria negritude está prestes a cair no Brasil. Este trabalho é parte de uma pesquisa que continuará sendo tabulada e analisada. É plano da comissão elaborar um pequeno livro com o resultado da pesquisa, tendo uma avaliação dos dados que aponte para a perspectiva de futuro.

Acreditamos que a questão do povo negro começa a ser assumida como um desafio político nacional. Os seis principais candidatos a presidente da República foram obrigados, pela conjuntura, a tocar no assunto do negro, nos seus programas de televisão. ●

* A Comissão de Religiosos, Seminaristas e Padres Negros do Rio de Janeiro tem sua sede na Praça Getúlio Vargas, 1 - Igreja Matriz - São João de Meriti - CEP 25.520 - RJ. O telefone é (021)756-0804.

Os 1.200 males do fumo

Prática incorporada ao modo de vida moderno, o ato de fumar sustenta poderosa indústria, mas multiplica males para a saúde

Prof. Krishnamurti Sarmento

O fumo gera doenças que tornam inválidos ou semi-inválidos muitos dos seus adeptos. A maioria das pessoas acha que, no cigarro, só a nicotina prejudica a saúde. Mas, na verdade – podem ficar pasmos – existem 1.200 substâncias isoladas, constantemente, do fumo do cigarro e todas provocam sérios danos à saúde. A lista é imensa, como prova a enumeração de apenas algumas delas: fenóis, hidrocarbonetos aromáticos, cresóis, benzopireno, aldeídos, criseno, cetonas, álcoois, polióis, oxigênio, hidrogênio, monóxido de carbono, argônio, metano, hidrocarbonetos saturados, carbonilas, ácido cianídrico, amônia, óxido de nitrogênio, dióxido de nitrogênio, formaldeídos, acetoldeídos, acroleína, proprionaldeídos, isovaliraldeídos, acetona, butanona, metiletilcetona, furfural, dimetil, metilfuran, ácido acético, acetonitrila, benzeno, tolueno, xileno, cloreto de metila, carbonilas, ácidos orgânicos, arsênico, níquel, cádmio, etc..

O fumo contém ainda elementos radiativos, tais como carbono-14 e o polônio-210. Um fumante de 30 cigarros por dia recebe, por ano, uma irradiação equivalente a 8.000 rems, ou seja a 300 radiografias.

É indiscutível que o cigarro leva a um excesso de mortalidade, em confronto com os não-fumantes, através do câncer, cardiopatias isquêmicas, lesões cerebrais, arteriosclerose, úlceras pépticas, bronquite e o dramático enfisema.

Câncer – De acordo com o Ministério da Saúde, em 1987 o coeficiente da mortalidade por câncer, em relação aos não-fumantes, alcançou os seguintes índices: câncer do pulmão (1 a 9 cigar-

ros/dia) - 362%; câncer da laringe - 1.250%; câncer da cavidade bucal - 1.305%; câncer do esôfago - 543%; câncer do pâncreas - 143%; câncer do rim - 166%; câncer da bexiga - 80%.

Doenças do coração – Segundo a American Cancer Society, as coronariopatias incidem de 90% a 155% a mais nos fumantes, com o consumo de um a 20 cigarros por dia. Há íntima relação entre o número de cigarros fumados e o infarto do miocárdio (infarto cardíaco) com morte súbita, constatado no estudo de Framingham, nos Estados Unidos.

Bronquite – O fumante é fadado à chamada bronquite crônica, resultante da lesão permanente da mucosa brônquica, passo inicial e fundamental para se instalar o câncer do pulmão, que começa, em geral, pelo brônquio. Enquanto só há bronquite, a pessoa apresenta tosse, secreção, fadiga, cansaço, tornando-se fraca. Ao enfisema, que resulta da bronquite e é o mais dramático sofrimento pulmonar, caberá um dos nossos próximos artigos. Em um estudo envolvendo um milhão de pessoas, o aumento da mortalidade entre os fumantes de um a nove cigarros diários, em relação aos não-fumantes, foi de 45%.

Combate ao fumo – O maior problema de combate ao fumo é a força dos grandes interesses econômicos envolvidos nessa indústria. O orçamento nacional brasileiro, por exemplo, recebe uma contribuição notável de impostos resultantes da venda de cigarros. Mas, o que nós não conseguimos aceitar é que o Brasil venda a saúde e a vida de seus filhos para melhorar as suas finanças. Aliás, a história não nos diz isto. No século XVI, a economia do país era eminentemente agropastoril, baseada na mão-de-obra dos escravos, época em



Cigarro: mau hábito de alto prestígio

que a moral recebia a escravidão como um fato normal. Na antiguidade, Aristóteles, o filósofo, admitia homens livres e escravos por natureza, como condição útil e justa. Com tudo isto, a abolição da escravatura aconteceu.

No Brasil, já em 1975, a taxa cobrada sobre o tabaco era de 11,65% do total da arrecadação tributária, correspondendo a 11,79 bilhões de cruzeiros. No mesmo ano, 55,56% do imposto sobre produtos industrializados-IPI, veio do cigarro.

Está comprovado que o dinheiro pago pelas indústrias do tabaco ao governo termina por ser gasto – todo ele e mais ainda – para cuidar das doenças que o cigarro cria. A França fez este estudo e a conclusão foi óbvia: o fumo dá prejuízo financeiro ao governo. A República Federal da Alemanha arrecadou desta fonte, em 1973, a quantia de 8,9 milhões de marcos. Em 1971, os óbitos de apenas duas das enfermidades imputadas ao tabagismo, naquele país, alcançaram os seguintes números: 20 mil mortos por câncer do pulmão e 30 mil por doenças cardiovasculares.

Vale, portanto, incorporarmos à nossa Saúde Pública uma firme campanha de esclarecimento, além de nos preocuparmos com uma legislação rigorosa, principalmente sobre os meios de comunicação, no que diz respeito à propaganda de cigarros, protegendo assim nossas crianças e jovens. •

Expectativas

A um mês da posse do novo presidente, adensam-se as expectativas com relação às políticas que serão estabelecidas para a área crucial da economia brasileira. Choque, pacote especial ou uma versão melhorada do feijão-com-arroz do ministro Mailson da Nóbrega – chegaremos a um arroz à grega? – são conjecturas que somente poderão obter confirmação após 15 de março. Um ponto negativo desde já, porém, é o clima de pessimismo que envolve as expectativas: o gradualismo é apontado por seus adversários como receita certa para o descontrole maior, enquanto a hipótese de medidas de impacto, como um choque de qualquer tipo, provoca arrepios no empresariado, nos trabalhadores e, sobretudo, nas taxas inflacionárias, na medida em que tal possibilidade torna ainda mais frenéticas as máquinas de remarcação de preços.

O tempo entre a eleição de Collor e sua posse parece desperdiçado, em termos psicológicos. Na condução direta dos acontecimentos do dia-a-dia não havia, de fato, nada a fazer, na medida em que a iniciativa ainda é, totalmente, do governo Sarney. Mas, no aspecto do clima psicológico, a iniciativa, inegavelmente, pertence nesse período ao governo eleito. E isto parece não estar sendo aproveitado: vive-se uma espera pessimista, que não é o clima apropriado para uma administração que tem a missão de reduzir os problemas nacionais e ordenar uma inumerável série de desajustes.



Zona quente

A crise brasileira adquiriu suas formas inquietantes ao longo de um processo que estrangulou, de forma muito especial, as economias da América Latina. Em termos mundiais, é a América Latina a área do Terceiro Mundo mais penalizada pelos males decorrentes da inflação (ou pela inflação decorrente de certos males, como os condicionamentos da dívida externa e a eterna desigualdade nas relações de troca entre os países em desenvolvimento e o pequeno grupo dos industrializados).

Levantamento preliminar do ano de 1989, realizado pela Comissão Econômica para a América Latina-Cepal, órgão das Nações Uni-

das, indica que o continente latino-americano registrou inflação média acima de 1.000%, no ano passado, despontando como o conglomerado de nações mais problemático em termos econômicos, políticos e sociais. Por trás de tudo, 415,9 bilhões de dólares de dívida externa, que significam uma voragem anual de recursos desviados para os países industrializados, como pagamento de juros e serviços da dívida. Em 1989, o PIB por habitante caiu mais 1% na América Latina, regredindo aos níveis de 1978, destacando-se, negativamente, o Peru, a Venezuela, a Argentina e a Nicarágua, esta devido à situação de guerra que continua a viver. Os preços explodiram mais na Argentina (3.731%), Nicarágua (3.452,4%), Peru (1.722,6%) e Brasil (1.476,1%). A exceção foi o Panamá (0,1% de inflação), atropelado nos últimos dias de dezembro, porém, pela invasão militar dos Estados Unidos.

O continente latino-americano ganhou 110 bilhões de dólares em exportações, mas gastou 82 bilhões de dólares com importações. O saldo de 28 bilhões de dólares não foi suficiente, porém, de acordo com o relatório da Cepal, sequer para fazer frente a todos os compromissos com a dívida externa regional. Ou seja, os países tiveram que acrescentar mais 10 bilhões de dólares para cumprir as amortizações exigidas. Tiraram esse dinheiro de reservas ou assumiram novos empréstimos para serem considerados bons pagadores e, com isso, poderem continuar com acesso a futuros empréstimos, a maio-

ria dos quais será certamente para pagar compromissos atrasados, os quais não conseguem resgatar, apesar de todos os esforços e sacrifícios – como o de aumentar as exportações, em geral à custa da redução de preços de suas mercadorias. É, a nível continental, a imposição de uma política de barracão: a dívida funciona como o barracão – a venda das fazendas – onde os peões são obrigados a comprar, a preços sem controle, e acabam sempre endividados, por mais que trabalhem, chegando mesmo a sofrer situações de escravidão branca. Viram pasto permanente, barato e farto, da cupidez do patrão.

Apesar de terem alcançado um saldo de 28 bilhões de dólares no comércio internacional, em 1989, os latino-americanos precisaram, pois, arranjar mais 10 bilhões de dólares para fazer frente aos 38 bilhões de dólares de compromissos anuais com os bancos e governos dos países desenvolvidos. Em 1990, precisarão ainda mais, porque – apesar de todo o esforço – o conjunto da dívida externa regional cresceu de 412,9 bilhões para 415,9 bilhões de dólares. A desgraça é comum, mas existem os desgraçados especiais, pelo volume da dívida: Brasil (115 bilhões de dólares), México (110), Argentina (60), Venezuela (38). A integração econômica regional – já com passos importantes entre Brasil e Argentina – impõe-se como saída estratégica para o continente. Mas, a gravidade dos problemas indica o tamanho das dificuldades, só superáveis por vontade política muito especial.

Seringueiro teme o pior

No último 22 de dezembro, os seringueiros acreanos lembravam o primeiro aniversário da morte de seu líder, Chico Mendes, num clima de pessimismo muito intenso. Vários eram os motivos para as lamentações. Em primeiro lugar, os seringueiros reconhecem que a ausência de Chico Mendes é um prejuízo de muito maior profundidade do que se poderia imaginar, pois sua liderança ainda não obteve uma substituição à altura da experiência e da penetração dele. Em segundo lugar, a movimentação de ecologistas nacionais e entidades internacionais - muito grande no correr do ano - resultou em praticamente nada, pois as promessas não se realizaram, especialmente quanto ao envio de recursos para projetos em torno da luta pela qual perdeu a vida o líder seringueiro. Em terceiro lugar, como já se temia, o crime ainda não teve um desfecho judicial: alguns acusados estão presos na capital acreana, Rio Branco, mas outros permanecem soltos (no início do ano, o fazendeiro Darli Alves da Silva e seus filhos Darci e

Olaci chegaram a fugir da cadeia em Rio Branco, sendo recapturados por pura sorte da polícia, que conseguiu localizá-los nas matas, devido a problema de saúde de Darli). E, em quarto lugar, o primeiro aniversário da morte de Chico Mendes ocorria no momento em que se tornara clara a vitória do candidato Collor de Mello para a presidência da República. O programa conservador, segundo os seringueiros, significa para eles, nos próximos anos, a retomada de força por parte dos latifundiários em todo o país, especialmente naquela parte da Amazônia. E isto quer dizer aumento da violência contra lideranças camponesas e contra movimentos como os dos seringueiros do Acre.

"A morte de Chico Mendes foi uma grande vitória dos latifundiários", lamentou Júlio Barbosa, presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, que contabilizou, entre as perdas, a lentidão que impede o desenvolvimento do projeto das reservas extrativistas, principal plano de Chico Mendes.

Chico: ausência do líder será sentida por muito tempo



Dureza no seringal

Confirmando a importância da luta dos seringueiros acreanos, a Procuradoria-Geral da República denunciou a existência de trabalho escravo em seringais do município de Cruzeiro do Sul, na região do Alto Juruá, no Acre. O relatório do procurador-geral Aristides Junqueira foi entregue ao presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis-Ibama, Fernando César Mesquita, expondo a situação de cerca de 10 mil pessoas e propondo ao instituto a criação na área de uma reserva extrativista, reivindicada pelos trabalhadores.

O levantamento feito pela Procuradoria-Geral foi a pe-

dido de seringueiros e índios, que denunciaram as violências durante o Encontro dos Povos da Floresta, ainda no primeiro semestre de 1989. Segundo o extenso relatório, os trabalhadores dos seringais sofrem uma exploração desumana por parte dos seringalistas, caracterizando-se uma situação de escravidão: ausência ou má remuneração; dívidas eternizadas pelo sistema do barracão, onde os trabalhadores são obrigados a comprar alimentos por preços superiores em até 500% aos vigentes nas cidades; e aquisição, por preços vis, da borracha coletada pelos seringueiros. Com isso, se cria o ciclo da escravidão branca, pois o trabalhador em débito permanente é impedido de mudar-se, sem que pague a dívida, a qual ele jamais consegue eliminar, pois o preço de seu trabalho é estabelecido arbitrariamente pelo seringalista e dono do armazém. O documento relaciona 14 proprietários de seringais que mantêm trabalhadores nessa situação de escravidão.

Segundo o presidente do Ibama, está para sair a regulamentação do decreto 7804/89, que criou o programa "Nossa Natureza", pelo qual o governo federal assumiu a reivindicação dos seringueiros pelas reservas extrativistas. Com tal regulamentação, segundo Fernando César Mesquita, novas reservas poderão ser implantadas imediatamente, o que o governo pretenderia fazer até 15 de março, segundo ele, uma vez que não se acredita que o futuro governo venha a dar força ao programa, por compromissos políticos com os donos dos seringais.

Perdendo oportunidades



Álcool: a alternativa de combustível renovável e menos poluente

Gasolina cara, álcool raro, metanol na lista de importações – este o quadro que agitou dezembro e janeiro, numa discussão de química forte entre fabricantes de carros, diversas áreas do governo federal, usineiros e donos de automóveis a álcool, sob os acordos de ecologistas e a interferência da Justiça e de técnicos, chamados a opinar sobre a eventualidade de perigo pelo uso do metanol. Esta crise do combustível revela a facilidade com que se perdem oportunidades na luta pelo desenvolvimento.

Nascido da crise do petróleo de 17 anos atrás, o Pró-Álcool rapidamente dotou o Brasil de um combustível alternativo e renovável, menos poluente e mais barato que a gasolina. A crise que se anunciava – ante a perspectiva de o país não poder importar todo o petróleo de que precisaria – pôde assim ser afastada, ao mesmo tempo em que se estabelecia como meta dinamizar a prospecção petrolífera, através da Petrobrás, em busca da plena autono-

mia fixada para o final da atual década. Era o sonho de ter o Brasil auto-suficiente em petróleo e dono de um combustível alternativo, colhido por safra.

O sonho não fracassou ainda, mas parece tornar-se distante: há quem pregue o fim do Pró-Álcool, enquanto a Petrobrás é um dos churrascos mais apetitosos oferecidos à imaginação dos que lutam pela extinção das estatais. Estrangulada nos últimos tempos, inclusive pelo peso que significaram más condições administrativas impostas ao programa do álcool, a Petrobrás já dúvida que possa realizar todos os investimentos necessários para garantir a autonomia petrolífera antes do ano 2000. Quanto ao programa do álcool, está no ponto em que se encontra: o país está se vendo obrigado a importar metanol para garantir o abastecimento de combustível pelos próximos meses, até a entrada do álcool da safra que começa em maio.

Afora a disputa judicial provocada por ecologistas –

pareceres técnicos comprovaram que o metanol, extraído da madeira, é menos poluente que a gasolina e só oferece mais risco no manuseio – esta importação também chama a atenção, porque o Brasil, que tem o maior e mais vitorioso programa de álcool do mundo, precisa importar o produto dos Estados Unidos, para onde exporta gasolina de primeira qualidade a baixo preço, por não ter mercado para toda a gasolina extraída do petróleo que produz ou compra. E não se coloca toda esta gasolina no mercado interno, devido ao projeto – mais que justificável – de fugir à dependência externa do petróleo. Por outro lado, deixa-se o Pró-Álcool sofrer tropeços desse porte, sobretudo afetando a credibilidade do programa, que envolve centenas de milhares de proprietários de carros a álcool por todo o país.

A confusão pode estar longe de chegar a um final definitivo. Pode-se supor que tudo, por fim, resulte até em aperfeiçoamento de métodos no tratamento da questão do combustível no país. Mas, pode-se também temer que, mais uma vez, se esteja complicando desnecessariamente uma solução ou deixando escorrer, por entre os dedos, uma oportunidade de ouro. Afinal, não seria a primeira vez. Só para lembrar um caso, ainda somos grande importador de um produto nosso, a borracha, aproveitada de forma mais competente pelos ingleses do início do século. Será que, ao pânico da dependência petrolífera, teremos que juntar, proximoamente, o pânico da dependência do álcool, no país da madeira e dos canaviais?

Plantando menos

Nestes próximos dois anos, os brasileiros deverão assistir a inesperadas altas no preço de alguns produtos básicos, especialmente o arroz e os derivados do milho: os produtores reduziram a área plantada e o governo será obrigado a recorrer a seus estoques nos próximos meses. Além de significar problemas já neste ano, o quadro aponta para dificuldades ainda maiores em 1991. A opinião de técnicos é de que o combate à inflação terá um de seus pontos fracos exatamente na questão dos alimentos.

Estima-se que o arroz terá a produção reduzida em cerca de 11% a 17%, no segundo ano consecutivo de quebra, chegando a um máximo de 8,9 milhões de toneladas, para um consumo superior a 11 milhões. Isto obrigará o governo a recorrer a seu estoque de 4,8 milhões de toneladas, o que desenha para 1991 um quadro de escassez do produto, levando a importações de arroz – operações nem sempre satisfatórias, quanto a preço e qualidade.

Para o milho, a área de plantio no Centro-Sul reduziu-se entre 3% e 5%. Em termos nacionais, os técnicos da Comissão de Financiamento da Produção-CFP calculam que a área plantada ficou entre uma redução de até 4% e um aumento de no máximo 2%. As perspectivas são de se recorrer aos estoques de pouco mais de 1 milhão de toneladas. Produto difícil, preço alto. No caso do milho, isto resultará no agravante de que não fi-

carão mais caros apenas o óleo e as farinhas, mas também os produtos para os quais o milho é insumo, como as carnes bovina, suína e de aves.

A diminuição em termos de área plantada e de produção prevista atinge também a soja, embora no caso, por se tratar de produto de exportação, o abastecimento não sofra abalos maiores, a não ser no aspecto do óleo, um componente importante da cesta básica. No entanto, a fabricação do óleo de soja consome apenas uma pequena parte dos 21 milhões de toneladas previstas, que representam uma redução de 7% a 10% na produção de 89/90, em relação à safra 88/89.

Num país que cresce, anualmente, em cerca de 3 milhões de bocas, a vital questão alimentar remete para o problema da divisão da terra e do número de produtores. As variações

negativas, num país de terras aptas, indicam a desorganização a que leva a excessiva concentração da propriedade rural em mãos de poucos privilegiados, que deixam improdutivos ou mal aproveitados os seus latifúndios, sem que a sociedade possa impor-lhes suas necessidades.

É significativo que produtos característicos da pequena propriedade, como o feijão, apresentem expansão: aumento de 12% a 18% na área plantada para a safra 89/90, e uma produção prevista acima de 1 milhão de toneladas, que correspondem a uma expansão de 30% a 38% em relação à safra 88/89. Estes resultados positivos do feijão parecem comprovar que a multiplicação da pequena e média propriedades rurais é uma necessidade do mercado e tem o caráter de um objetivo estratégico.

Multiplicar o número de proprietários rurais é desafio secular



Avançando, apesar do sítio

A maior parte do faturamento do setor de informática no Brasil, em 1989, coube a indústrias nacionais, correspondendo a 70% do total - 3,6 bilhões de dólares dos 5 bilhões de dólares movimentados na área. Os montantes foram considerados muito significativos pela Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos-Abicomp, pois representaram um crescimento real de 22% em relação aos resultados alcançados em 1988.

Uma das tecnologias de ponta, sem a qual nenhum país em desenvolvimento pode aspirar a chegar ao pleno crescimento, a informática brasileira continua sendo um dos alvos preferenciais das políticas restritivas dos Estados Unidos, devido a seu aspecto estratégico e por contrariar interesses imediatos da indústria norte-americana.

Segundo o presidente da Abicomp, Edson Fregni, os resultados alcançados em 1989 comprovam o crescente amadurecimento da indústria nacional do setor, ampliando as perspectivas de desenvolvimento. Portanto, ele prega a necessidade de mais alguns passos, como o de integrar a política de informática com as de setores como a microeletrônica, telecomunicações e eletrônica de consumo, que são áreas afins aos interesses da informática. Uma colaboração mais dirigida produzirá, sem dúvida, resultados mais rápidos e mais amplos, na medida em que cada área atuará sabendo as



Informática: arma para crescer

potencialidades e necessidades dos demais setores.

Outro aspecto que Fregni enfatiza é o de se criarem estímulos mais ágeis para as universidades, visando a dinamizar as pesquisas em informática e multiplicar a presença de programas brasileiros. Esta é uma meta considerada essencial, uma vez que 63% dos programas em uso no Brasil são ainda de origem estrangeira. O presidente da Abicomp chama também a atenção para o fato de que devem ser examinadas com cuidado as sugestões de associações de indústrias estrangeiras com as nacionais na área de informática. Segundo ele, critérios amplos demais poderão resultar em prejuízos para o trabalho de pesquisa e criação nacional - essencial para o salto tecnológico - transformando o pesquisador brasileiro em simples vendedor da tecnologia estrangeira incorporada através da associação empresarial.

A pirataria gringa na América Central

Neiva Moreira

O assassinato do líder salvadorenho Héctor Oqueli e de sua companheira, a militante Silva Flores, é mais um crime monstruoso dos esquadrões da morte da América Central. O duplo assassinato foi cometido na Guatemala, por onde Héctor transitava a caminho da Nicarágua, vindo de El Salvador, depois de um período de intensa atividade política no seu país. O braço armado da oligarquia salvadorenha alcançou-os na Guatemala, para confundir a opinião internacional e estabelecer uma desvinculação aparente entre o crime e os esquadrões da morte de El Salvador, responsáveis pelos recentes massacres de freiras e padres que tanto chocaram a opinião pública internacional.

Oqueli era dirigente do Movimento Nacionalista Revolucionário-MNR e companheiro de lutas do líder desse partido, Guillermo Ungo. Recentemente, havia sido escolhido para secretário da Internacional Socialista para a América Latina.

Quando estava exilado no México convivi muito com Oqueli, que frequentava nossa redação e colaborava com **terceiro mundo** na dura luta contra as oligarquias centro-americanas e o poder norte-americano que as sustenta. Posteriormente, encontrei-o algumas vezes no Brasil, já como prestigiado dirigente da Internacional Socialista.

Embora o MNR faça parte da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional, que dirige a luta armada em El Salvador, está integrado ao seu

braço político.

Tanto Oqueli como Ungo foram sempre expoentes de idéias progressistas e renovadoras, empenhados numa solução política para a grave situação do seu país. Para eles, a guerra a que o povo foi levado por não ter outra saída se enquadra na colocação clássica de Clausewitz, da política por outros meios.

O governo, os políticos, os jornais, TVs e rádios dos Estados Unidos condenam esses crimes. Em muitos casos, é uma indignação programada, pois tanto o governo de El Salvador como o de Honduras e Guatemala são títeres da Casa Branca, mantidos pelos Estados Unidos para defender os seus interesses na região.

É notória sua cumplicidade com o crime organizado, mas contra os mesmos nada se diz ou se procura, sempre, atenuar suas culpas.

O governo de Washington não pode, assim, esquivar-se das suas responsabilidades pela proliferação do banditismo paramilitar naqueles países, do mesmo modo como ocorre na Nicarágua, fruto do sistema neocolonial que ali implantaram para impedir ou bloquear a verdadeira independência dos seus povos.

E como negar essas responsabilidades se o que ocorre na Guatemala e El Salvador é apenas a face mais aberta da mesma política mafiosa e do mesmo estilo que o governo norte-americano está usando na invasão e ocupação do Panamá? Que diferença há entre assassinar Oqueli na calada da noite e matar centenas de civis, destruir com ataques aéreos bairros populares inteiros, confinar em campos de concentração milhares de patriotas panamenhos que

lutam pela independência de sua pátria?

Um fato profundamente lamentável nesses episódios, relacionados com a velha pirataria dos Estados Unidos na região, é a posição da França e da Internacional Socialista. Um dos votos que acompanharam Washington nas Nações Unidas, na moção de condenação à invasão do Panamá, foi o do governo socialista francês.

Um voto inexplicável e absurdo, tendo em vista, inclusive, as posições corretas que a França de Mitterrand vem assumindo no confronto com a agressão neocolonialista e ditatorial em outros países. O governo francês deve às forças progressistas internacionais uma explicação para aquele voto contraditório e comprometedor.

Do mesmo modo, a Internacional Socialista, que teve uma posição vacilante na defesa da soberania do Panamá, está agora desafiada a apoiar a luta dos panamenhos contra a ocupação estrangeira e a fortalecer a resistência que o Partido Revolucionário Democrático encarna, de novo, nesta etapa decisiva do país.

Milhões de latino-americanos estão de olhos fixos nas posições da Internacional Socialista para aferir a sua verdadeira posição face às lutas libertadoras dos povos.

Quanto a nós, da América Latina, não podemos aceitar, sem luta, essa situação. Seria fútil pensar que os agressores norte-americanos se deterão na América Central e no Caribe. Devemos ajudar os centro-americanos e enfrentá-los hoje no Canal do Panamá se não queremos, amanhã, ter de expulsá-los do rio da Prata ou do Amazonas. •

ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30

chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30

Chegada / Luanda: 04:30

(dia seguinte)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional



Abrimos este espaço para debater os problemas do terceiro mundo.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO